



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 663

Segunda-feira - 24 de Janeiro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Arroio Trinta.....	2
Atalanta.....	2
Biguaçu	3
Braço do Trombudo	3
Caçador.....	8
Campos Novos.....	8
Canoinhas.....	17
Capinzal	17
Catanduvas.....	18
Chapadão do Lageado	21
Concórdia	21
Cordilheira Alta	22
Coronel Martins.....	28
Corupá	30
Ermo	31
Fraiburgo.....	31
Garopaba.....	33
Gaspar	36
Governador Celso Ramos	41
Herval do Oeste	42
Imbituba	43
Irineópolis	43
Itapoá	44
Joaçaba.....	45
Luzerna	46
Massaranduba.....	46
Monte Carlo	46
Novo Horizonte	47
Pinheiro Preto	48
Porto Belo.....	48
Porto União.....	48
Rio do Sul.....	49
Salto Veloso	49
São Pedro de Alcântara.....	53
Schroeder	54
Timbó	94
Tunápolis.....	97
Turvo	97
Videira.....	98

Associações

FECAM	101
-------------	-----

Consórcios

CIGA	101
CINCO.....	102

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N°007/2011

DECRETO N°007/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.303 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 79.748,07 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 39.849,96

04.01.12.361.0002.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 21.679,89

04.01.12.361.0002.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 3.251,73

04.01.12.361.0002.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 14.666,49

09 - ENCARGOS GERAIS

09.01 - ENCARGOS GERAIS

09.01.28.845.0009.0.004-3.3.20.00.00.00.00.00 - Transferências a União R\$ 300,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro R\$ 79.748,07

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 20 de Janeiro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 20 de Janeiro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Aviso de Licitação - PL Nº 009/2011
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 009/2011; Modalidade: Tomada de Preços; Tipo: Menor preço por item; Objeto: A presente Licitação tem por objeto a Contratação de empresa e ou pessoa física (professores) especializada para atuar em várias modalidades de esporte na Secretaria de Esporte do Município de Antônio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 09/02/2011 às 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 20 de janeiro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato do 1º Termo Aditivo

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 193/2010

Processo Licitatório n.º 134/2010. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: Kobramax Construções Ltda.

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao contrato de Construção de Ponte sob o Rio Rachadel, na Localidade de Vila 12 de Outubro. Objeto: Alteração de serviços, conforme pedido e parecer técnico, sem reflexos financeiros. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 19 de janeiro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Arroio Trinta**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº 034, de 19/01/2011.**

PORTARIA Nº 034, de 19/01/2011.

Concede Licença Prêmio a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido LICENÇA PRÊMIO ao servidor Municipal FERNANDO ANDRÉ MANENTI, admitido por concurso público para o cargo efetivo de VIGILANTE SANITÁRIO, através da Portaria nº 122 de 02/05/2002, relativas aos períodos aquisitivos de 02/05/2002 a 02/05/2007 (30 dias) e gozo das mesmas no período de 03/01/2011 à 02/02/2011, ou seja, 30 (trinta) dias consecutivos, conforme previsto na Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03/01/2011.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 19 de janeiro de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Atalanta**PREFEITURA MUNICIPAL****Pregão Presencial Nº 1/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2011

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, conforme segue: Aquisição de gêneros alimentícios, para as escolas de ensino fundamental municipal - em convênio FAE, para manutenção da Creche - convênio - FNAS- Piso de Transição Básica - Creche e PNAC, PETI. Julgamento: Menor Preço. Abertura as 09:00 horas do dia 08/02/2011. Informações e/ou copia na integra deste Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, no horário das 08:00 as 13:00 horas. Ou pelo fone (47) - 3535-0101.

Atalanta, 20 de janeiro de 2011.

BRAZ BILCK
Prefeito Municipal

Edital de Convocação Nº 01/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2011

CADASTRO DE FORNECEDORES.

A Prefeitura Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, torna público no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 21, da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 15/07/2009, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Prefeitura Municipal de Atalanta, SC, durante o período de 20 a 04 de fevereiro de 2011, com finalidade de apresentar Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e habilitação dos fornecedores.

Atalanta, 20 de janeiro de 2011.

BRAZ BILCK
Prefeito Municipal

Edital de Convocação Nº 02/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2010

CADASTRO DE FORNECEDORES

A Prefeitura Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados que, na forma do Artigo 34 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93 e com alterações introduzidas pelas Leis: 8.883/94 e 9.648/98 encontram-se abertas, a partir das 08:00 horas do dia 20 de janeiro do corrente ano, as inscrições no Cadastro de Fornecedores de Bens e Serviços do

município de Atalanta, Cópia do respectivo Edital e demais informações serão fornecidas pelo Setor de Compras, na Prefeitura, à Av. XV de novembro, 1030 na cidade de Atalanta, no horário das 08:00 as 13:00 horas.

Atalanta, 20 de janeiro de 2011.

BRAZ BILCK

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Licitação PP 016 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 016/2011-PMB

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de impressão personalizada de carnês do IPTU 2011 para a Prefeitura Municipal de Biguaçu. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 03/02/2011 às 13:30 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu 20 de Janeiro de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Republicação de Licitação PP 293 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 293/2010 - PMB

Aos dias 20 de Janeiro de 2011, às 14:00 horas, reuniram-se a Comissão de Licitação, nas dependências da PMB, situada na Praça Nereu Ramos, 90, Centro, Biguaçu - SC, para a realização do referido Processo Licitatório destinado a contratação de empresa prestadora de serviços de caminhão hidrojetado e de sucção para a limpeza nas redes pluviais do Município de Biguaçu para o ano de 2011, entretanto nenhuma empresa demonstrou interesse em participar do certame.

Diante do exposto, fica republicado o Pregão Presencial supracitado para o dia 11 de Fevereiro de 2011, às 14:00 horas.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010 8020 e 8048.

Biguaçu 20 de Janeiro de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 003/2011

PORTARIA 003/2011

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Elzira Deucher, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de 26.11.2010 a 15.01.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 26.11.2010.

Braço do Trombudo, em 20 de janeiro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria 004/2011

PORTARIA Nº 004/2011

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Isonia Payerl, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de 29.12.2010 a 01.02.2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 29.12.2010.

Braço do Trombudo, em 20 de janeiro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria 005/2011

PORTARIA 005/2011

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT - nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, etc

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir para atuar em caráter temporário, nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nº	Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
01	Neuza Aparecida Branco Meurer	40	Professor nível II	03.01.2011 a 07.02.2011

Art. 2º - Conceder gratificação de 10% (dez por cento), regência de classe, conforme art. 19, da Lei nº 07/98.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 03.01.2011.

Braço do Trombudo, em 20 de janeiro de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 006/2011

PORTARIA 006/2011

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT - nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, etc

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir para atuar em caráter temporário, nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nº	Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
01	Maria Angelica do Nascimento	40	Professor nível II	03.01.2011 a 07.02.2011

Art. 2º - Conceder gratificação de 10% (dez por cento), regência de classe, conforme art. 19, da Lei nº 07/98.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 03.01.2011.

Braço do Trombudo, em 20 de janeiro de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 007/2011

PORTARIA 007/2011

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT - nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, etc

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir para atuar em caráter temporário, nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nº	Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
01	Juliana Kurtz	40	Professor nível II	03.01.2011 a 07.02.2011

Art. 2º - Conceder gratificação de 10% (dez por cento), regência de classe, conforme art. 19, da Lei nº 07/98.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 03.01.2011.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 20 de janeiro de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 008/2011

PORTARIA 008/2011

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT - nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, etc

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir para atuar em caráter temporário, nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nº	Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
01	Deiziane de Souza Probst	40	Professor nível II	03.01.2011 a 07.02.2011

Art. 2º - Conceder gratificação de 10% (dez por cento), regência de classe, conforme art. 19, da Lei nº 07/98.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 03.01.2011.

Braço do Trombudo, em 20 de janeiro de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 009/2011

PORTARIA 009/2011

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT - nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, etc

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir para atuar em caráter temporário, nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nº	Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
01	Simoni Schaefer	40	Professor nível II	03.01.201 a 07.02.2011

Art. 2º - Conceder gratificação de 10% (dez por cento), regência de classe, conforme art. 19, da Lei nº 07/98.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 03.01.2011.

Braço do Trombudo, em 20 de janeiro de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 010/2011

PORTARIA 010/2011

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT - nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, etc

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir para atuar em caráter temporário, nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nº	Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
01	Joice Muniz da Costa Marangoni	40	Professor nível II	03.01.201 a 07.02.2011

Art. 2º - Conceder gratificação de 10% (dez por cento), regência de classe, conforme art. 19, da Lei nº 07/98.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 03.01.2011.

Braço do Trombudo, em 20 de janeiro de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 011/2011

PORTARIA 011/2011

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT - nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, etc

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir para atuar em caráter temporário, nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nº	Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
01	Carmelita de Souza	40	Professor nível II	03.01.201 a 07.02.2011

Art. 2º - Conceder gratificação de 10% (dez por cento), regência de classe, conforme art. 19, da Lei nº 07/98.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 03.01.2011.

Braço do Trombudo, em 20 de janeiro de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 012/2011

PORTARIA 012/2011

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT - nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, etc

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir para atuar em caráter temporário, nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nº	Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
01	Arcia de Oliveira	40	Professor nível II	03.01.201 a 07.02.2011

Art. 2º - Conceder gratificação de 10% (dez por cento), regência de classe, conforme art. 19, da Lei nº 07/98.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 03.01.2011.

Braço do Trombudo, em 20 de janeiro de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 013/2011

PORTARIA 013/2011

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a servidora Beatriz Pereira, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - Mer./Serv., do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 076/2010 de 17.05.2010, a partir de 14.01.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos

do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 14.01.2011.

Braço do Trombudo, em 20 de janeiro de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 014/2011

PORTARIA 014/2011

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a servidora Ana Paula Siebert de Souza, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - Mer./Serv., do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 104/2010 de 13.08.2010, a partir de 14.01.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 14.01.2011.

Braço do Trombudo, em 20 de janeiro de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 015/2011

PORTARIA Nº 015/2011.

Concede Licença para Tratar de Assuntos de Interesse Particular.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 09/99 de 17.11.99, Lei Complementar 060/2007 de 10.05.2007, Artigo 62, incisoVII, Artigo 71-A, Parágrafo 1º e 2º, etc

RESOLVE:

Art.1º- Conceder, nos termos do Artigo 62, inciso VII e Art. 71 - A, da Lei Complementar nº 09/99, e Lei Complementar 060/2007, Licença para tratar de assuntos de interesse particular, sem remuneração a servidora Irene Maria Seifert pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 01.02.2011.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 20 de janeiro de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 2/2011

PORTARIA 002/2011

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor Waldemar Heinert, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - Trab. Braçal , do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de 22.10.2010 a 08.02.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 22.10.2010.

Braço do Trombudo, em 20 de janeiro de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/1

Ata de Registro de Preço 2/2010**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2010****Número do Registro de Preços: 2/2010 Data do Registro: 04/01/2010 Válido até: 04/01/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de óleo diesel para abastecimento frota Secretaria de Obras, Agricultura e Transporte Escolar.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	OLEO DIESEL (16)	L	WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA (7710)	WDCOM	1,8400	1
			VEGA DISTRIBUIDORA PETROLEO LTDA (8620)	PETROBRAS	1,8450	2

BRACO DO TROMBUDO , 4 de Janeiro de 2010.

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Resumo Ata de Propostas CV 01-2011 PREFEITURA

RESUMO ATA DE PROPOSTAS CV 01-2011 PREFEITURA

Após abertos os envelopes contendo as propostas de preço a Comissão constatou que o valor cotado ficou dentro do previsto, desta forma encaminha-se o presente processo para homologação uma vez que a Comissão entende como possível a contratação da empresa vencedora, abre-se o prazo legal de 02 (dois) dias úteis data para apresentação de eventuais recursos, tendo em vista que os representantes legais não encontram-se presentes. Melhor proposta: Postmix Soluções Gráficas Ltda. R\$ 12.600,00.

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.592 DE 22/12/2010

LEI Nº 3.592 DE 22/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no valor de R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais).

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

Unidade: 01 - Administração da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Projeto/Atividade: 2.062 - Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio - Rec. Próprios

Elemento de Despesa: 7-3.1.90.00.00.00.00.01.0116.0 - Aplicações Diretas R\$ 67.000,00

Art. 2º - Para cobertura da suplementação que se refere o Art. 1º ficam anulados nos projetos e nas atividades abaixo, os seguintes elementos de despesas:

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

Unidade: 01 - Administração da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Projeto/Atividade: 0.008 - Manutenção da Dívida Fundada Interna - Fund. Hosp. Dr. José Athanázio

Elemento de Despesa: 1-4.6.90.00.00.00.00.01.0116.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Projeto/Atividade: 1.042 - Obras, Reformas e Ampliações na FHD-JA

Elemento de Despesa: 2-4.4.90.00.00.00.00.01.0116.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Projeto/Atividade: 1.043 - Reequipamento da Fundação Hosp. Dr.

José Athanázio

Elemento de Despesa: 4-4.4.90.00.00.00.00.01.0116.0 - Aplicações Diretas R\$20.000,00

Elemento de Despesa: 5-4.4.90.00.00.00.00.01.0139.0 - Aplicações Diretas R\$38.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 22 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.593 de 22/12/2010

LEI Nº 3.593 DE 22/12/2010

AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social ao Motoclube Campos Novos Bixo do Mato, CNPJ 04.545.092/0001-46, localizado neste município, na importância de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), para despesas referentes à realização do 2º Encontro de Trilheiros (Passeio Trilha Tirolesa) e 1º Festival de Rock (Velho Oeste Rock Festival).

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente abaixo citada:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJ/ATIVIDADE: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração

93-3.3.50.00.00.00.00.01.1.0000.0-Transf. Inst. Priv. s/Fin.Lu-crativos

Art. 3º - A entidade beneficiada na forma da presente Lei deverá prestar contas dos recursos repassados na forma desta lei, no prazo de 30 dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 22 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.593 de 22/12/2010

LEI Nº 3.593 DE 22/12/2010

AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social ao Motoclube Campos Novos Bixo do Mato, CNPJ 04.545.092/0001-46, localizado neste município, na importância de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), para despesas referentes à realização do 2º Encontro de Trilheiros (Passeio Trilha Tirolesa) e 1º Festival de Rock (Velho Oeste Rock Festival).

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente abaixo citada:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJ/ATIVIDADE: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração
93-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0-Transf. Inst. Priv. s/Fin.Lu-crativos

Art. 3º - A entidade beneficiada na forma da presente Lei deverá prestar contas dos recursos repassados na forma desta lei, no prazo de 30 dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 22 de dezembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.594 de 22/12/2010

LEI Nº 3.594 DE 22/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no valor de R\$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais).

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
Unidade: 01 - Administração da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
Projeto/Atividade: 2.062 - Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio - Rec. Próprios
Elemento de Despesa: 7-3.1.90.00.00.00.00.01.0116.0 - Aplicações Diretas R\$ 119.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais), parte do excesso de arrecadação recursos próprios

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 22 de dezembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.595 de 22/12/2010

LEI Nº 3.595 DE 22/12/2010

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA 12ª EDIÇÃO DA FEIRA DA MELANCIA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a promoção da 12ª Edição da Feira da Melancia, evento que será realizado de 18 a 20 de fevereiro de 2011.

Art. 2º - Para cobertura dos encargos previstos no Art. 1º, serão utilizadas as dotações orçamentárias para o exercício de 2011, prevista sob a rubrica:

Art. 3º - A entidade beneficiada na forma da presente Lei, deverá prestar contas dos recursos repassados na forma desta lei no prazo de 30 dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 22 de dezembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.596 de 22/12/2010

LEI Nº 3.596 DE 22/12/2010

AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder subvenção social, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), ao CTG Mágoa de Boiadeiro, CNPJ 95.994.976/0001-33, situado na Fazenda da Lagoa, neste Município, para despesas com a realização do 48º Rodeio Crioulo, nos dias 15 e 16 de janeiro de 2011.

Art. 2º. Os encargos decorrentes do Artigo 1º, serão suportados por dotação consignada no orçamento do Poder Executivo, sob a rubrica:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO/ATIVIDADE: 2.030 - Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio
Elementos de despesa: 55-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0 - Transf. a Instit. Privadas s/Fins Lucrativo 2.000,00

Art. 3º. A entidade terá prazo de 30 (trinta) dias para prestação de contas dos valores recebidos.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 22 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.597 de 22/12/2010

LEI Nº 3.597 DE 22/12/2010

DENOMINA SERVIDÃO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Denomina de "NEUZA MARIA DA SILVA" a Rua Servidão localizada no Bairro Nossa Senhora Aparecida, entre a Rua Rio do Sul e Rua Herval D'Oeste, transversal com a Rua Chapecó, conforme mapa em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 22 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.199 de 22/12/2010

DECRETO Nº 6.199 DE 22/12/2010

AUTORIZA A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA CONJUGADA (NF-E CONJUGADA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais; Considerando o disposto no Art. 222 da Lei Complementar nº 01/2002 de 27 de dezembro de 2002 do Código Tributário Municipal;

Considerando o disposto no art. 23, do Anexo 11, do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre as Obrigações Fiscais Acessórias em Meio, entre os quais a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, emitida em substituição da Nota Fiscal modelo 1 ou 1A, por contribuinte previamente credenciado pela Secretaria de Estado da Fazenda;

Considerando o disposto no art. 8º da Portaria SEF nº 48/2010, que estabelece que "Nas operações que envolvam serviços de competência municipal, o emitente da NF-e deverá obter prévia autorização da secretaria de finanças do município de localização, para uso da NF-e Conjugada".

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a utilização de Nota Fiscal Eletrônica Conjugada (NF-e conjugada) para os contribuintes do ICMS que também exerçam atividade sujeita à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, nos termos do modelo conceitual e do leiaute aprovados pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Os contribuintes poderão utilizar-se da NF-e conjugada desde que estejam regularmente inscritos no Cadastro Mobiliário deste Município e solicitem autorização.

Art. 3º A solicitação deve ser dirigida ao Departamento Tributário

do Município, devendo constar o nome e endereço do contribuinte, o CNPJ, a inscrição estadual e a inscrição municipal.

§ 1º. A autorização pelo órgão competente será registrada no Cadastro do contribuinte, no sistema de Cadastro Mobiliário, e terá validade por tempo indeterminado.

§ 2º. O contribuinte que passar a utilizar NF-e conjugada sem autorização do Fisco Municipal se sujeitará às penalidades cabíveis na legislação tributária vigente.

Art. 4º O contribuinte, ao solicitar autorização para emissão Nota Fiscal Eletrônica Conjugada (NF-e conjugada), autoriza a Administração Tributária Municipal a recepcionar os arquivos digitais das NF-e conjugadas, mediante integração de sistemas de informação entre o Município, a Federação Catarinense de Municípios e a Secretaria de Estado da Fazenda, nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM - Federação Catarinense de Municípios nº 001/2010.

Art. 5º O Departamento Tributário fica responsável por dirimir eventuais dúvidas ou omissões pertinentes à matéria.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 22 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.200 de 22/12/2010

DECRETO Nº 6.200 DE 22/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ/ATIV. 1.027 - Obras, Reformas e Ampliações na Assist. Social do Mun.

Inclusive para o CRAS

12-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), parte do excesso de arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 22 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.201 de 22/12/2010

DECRETO Nº 6.201 DE 22/12/2010

DECRETA PONTO FACULTATIVO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado "Ponto Facultativo" nas repartições públicas municipais no dia 24/12/2010 (sexta-feira) e dia 31/12/2010

(sexta-feira).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 22 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.202 de 22/12/2010

DECRETO Nº 6.202 DE 22/12/2010

REGULAMENTA LEI Nº 3.592/2010

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no valor de R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais) na rubrica constante no Art. 1º da Lei nº 3.592/10.

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no Art. 1º, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida Lei.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em 22 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.203 de 22/12/2010

DECRETO Nº 6.203 DE 22/12/2010

REGULAMENTA LEI Nº 3.594/2010

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no valor de R\$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais) na rubrica constante no Art. 1º da Lei nº 3.594/10.

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais), parte do excesso de arrecadação recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em 22 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.204 de 23/12/2010

DECRETO Nº 6.204 DE 23/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 18 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

UNIDADE: 01 - ADM. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 - Manutenção da FHDJA - Recursos Próprios

Elementos de despesa: 7-3.1.90.00.00.00.00.0116.0-Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

8-3.3.90.00.00.00.00.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), parte do excesso de arrecadação recursos próprios

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 23 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.205 de 23/12/2010

DECRETO Nº 6.205 DE 23/12/2010

AUTORIZA A ABERTURA DE LINHA URBANA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Considerando a expansão urbana às margens da BR-282;

Considerando o pleito das indústrias lá estabelecidas;

Considerando o expressivo número de empregos gerados por essas indústrias;

Considerando as dificuldades de deslocamento dos operários por falta de linha regular de transporte coletivo;

Considerando o parecer jurídico e despacho nos autos do Processo Administrativo nº 30.336;

Com amparo na Lei nº 2.673/01 de 25 de outubro de 2001, Decreto nº 4.540 de 17 de junho de 2002, c/c Art. 100, inciso VIII e X da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º Fica a empresa Transportes e Turismo Manfredi S/A, concessionária dos serviços de transporte coletivo de passageiros no perímetro urbano da cidade de Campos Novos, a abrir e explorar uma linha conforme itinerário abaixo.

Art. 2º A nova linha de transporte coletivo de passageiros terá o seguinte percurso: O ponto inicial fica na Rua Genoval Alves Sampaio nº 245, passando pelas ruas Apolinário Thibes, Cel. Lucidoro,

Marechal Floriano, Cel. Augusto Carlos, Avenida Caetano Belincanta neto, Vergílio Antunes de Souza, João Maria Becker, Avenida Sagrado Coração de Maria (Bairro N. S. Aparecida), Cel. Farrapo, Marechal Deodoro até a rótula BR-282, segue pela BR-282 até o frigorífico Copercampos.

Art. 3º Ficam estabelecidos dois horários diários, às 7h e 13 horas, com saída do ponto de partida e roteiro fixado no Art. 2º.

Art. 4º O retorno será às 12h e 17 horas, com percurso inverso ao previsto no Art. 2º.

Art. 5º A empresa em comum acordo com o Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN demarcará os pontos de embarque e desembarque dos passageiros.

§ único. A empresa concessionária deverá construir abrigo de passageiros nos locais previstos no caput, conforme modelo padrão adotado pelo município.

Art. 6º Fica estabelecida e homologada a tarifa de R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos) para os usuários da linha autorizada por este decreto.

§ único. O preço da tarifa poderá ser alterado, mediante requerimento da concessionária.

Art. 7º A autorização prevista neste decreto terá validade por 6 (seis) meses.

Art. 8º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 23 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.206 de 23/12/2010

DECRETO Nº 6.206 DE 23/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) nas dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 - DEPTº DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJ/ATIV. 0.003 - Manutenção da Contribuição ao PASEP - Prefeitura

86-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas..R\$ 15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), parte do excesso de arrecadação de recursos próprios..

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 23 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.207 de 23/12/2010

DECRETO Nº 6.207 DE 23/12/2010

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 140 de 07/10/2010 da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do Anexo IV do Quadro de Pessoal - Lei nº 1.814/91 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, em decorrência do falecimento da titular, Marlei das Graças Carneiro, retroagindo seus efeitos a 07 de setembro de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 23 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.208 de 23/12/2010

DECRETO Nº 6.208 DE 23/12/2010

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 141 de 07/10/2010 da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Enfermagem, integrante do Anexo IV do Quadro de Pessoal - Lei nº 1.814/91 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, em decorrência da aposentadoria da titular, Marisa Lins Pereira, retroagindo seus efeitos a 30 de setembro de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 23 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.209 de 23/12/2010

DECRETO Nº 6.209 DE 23/12/2010

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 142 de 07/10/2010 da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Enfermagem, integrante do Anexo IV do Quadro de Pessoal - Lei nº 1.814/91 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Fundação Hospitalar

Dr. José Athanázio, em decorrência da aposentadoria por idade da titular, Suely Terezinha Moreira, retroagindo seus efeitos a 30 de setembro de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 23 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.210 de 23/12//2010

DECRETO Nº 6.210 DE 23/12//2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 18 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 - Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio-Rec. Próp.

Elementos de despesa: 6-3.1.90.00.00.00.00.00.0113.0-Aplicações Diretas R\$ 663,93

7-3.1.90.00.00.00.00.00.0116.0-Aplicações Diretas R\$ 4.952,16

Art. 2º - Por conta da abertura de crédito adicional suplementar a que se refere o Art. 1º, fica anulado no projeto e na atividade abaixo o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 18 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 - Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio-Rec. Próp.

Elementos de despesa: 8-3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 5.616,09

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 23 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.211 de 23/12/2010

DECRETO Nº 6.211 DE 23/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 231.415,00 (duzentos e trinta e um mil quatrocentos e quinze reais) nas dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - GABINETE DO PREFEITO

PROJ/ATIV. 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal
109-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas..R\$ 44.505,00

108-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas..R\$ 300,00

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJ/ATIV. 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração
92-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas..R\$ 64.850,00

86-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas..R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 - DEPTº DE EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL-PRÉ-ESCOLAR

PROJ/ATIV. 2.011 - Manutenção do Deptº. Educação Ensino Fundamental-Pré-Escolar

126-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0066.0-Aplicações Diretas..R\$ 18.500,00

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 14 - DEPTº DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - GERÊNCIAS

PROJ/ATIV. 2.022 - Manutenção do Deptº. Assistência Social e da Família _Gerências

34-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 10.850,00

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 19 - DEPTº DE AGRICULTURA - GERÊNCIA

PROJ/ATIV. 2.028 - Manutenção do Deptº. da Agricultura - Gerência

20-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 8.500,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPTº DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJ/ATIV. 2.037 - Manutenção do Deptº. de Estradas de Rodagem

60-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 55.860,00

61-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 - DEPTº DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJ/ATIV. 2.039 - Manutenção do Deptº. de Esportes

46-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 3.050,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 231.415,00 (duzentos e trinta e um mil quatrocentos e quinze reais), parte do excesso de arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 23 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.212 de 29/12/2010

DECRETO Nº 6.212 DE 29/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 2.750,00 (dois mil e setecentos e cinquenta reais) nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

28.846.0036.0.007 - Manutenção da Contribuição ao PASEP - SAMAE

3.3.90.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 2.750,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito a ser aberto no artigo 1º, será utilizado o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 29 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.213 de 29/12/2010

DECRETO Nº 6.213 DE 29/12/2010

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO NO CAPS CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Vilivaldo Eric Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado o horário especial de funcionamento do CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, das 8h às 17 horas, não fechando para o almoço, no período de 3 de janeiro a 3 de fevereiro de 2011.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 29 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.216 de 03/01/2011

DECRETO Nº 6.216 DE 03/01/2011

FIXA TABELA DE VALORES DAS TARIFAS DO SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica;

Considerando o INPC acumulado nos últimos 12 (doze) meses;

Com amparo no Art. 2º, Parágrafo Único, da Lei nº 3.412/09 de 10/06/09,

DECRETA:

Art. 1º. A tabela de valores das tarifas de água e esgoto, praticados pelo SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no exercício de 2011, passará a vigorar na forma abaixo estabelecida.

Categoria "A"	Residência sem Limitador de Consumo
Até 10 m3	R\$ 18,19
De 11 m3 a 15 m3	R\$ 18,19 + 3,42 por m3 excedente a 10 m3
De 16 m3 a 25 m3	R\$ 35,29 + 3,91 por m3 excedente a 15 m3
De 26 m3 a 50 m3	R\$ 74,39 + 4,99 por m3 excedente a 25 m3
Acima de 50 m3	R\$ 199,14 + 6,37 por m3 excedente a 50 m3

Com Limitador de Consumo R\$ 18,19

Categoria "B"	Comercial, Industrial e Poderes Públicos
Até 10m3	R\$ 38,58
De 11 m3 até 30 m3	R\$ 38,58 + 4,89 por m3 excedente a 10 m3
De 31 m3 até 100 m3	R\$ 136,38 + 5,62 por m3 excedente a 30 m3
Acima de 100 m3	R\$ 529,78 + 6,81 por m3 excedente a 100 m3

Art. 2º. A tarifa de esgoto será 80% (oitenta por cento) do valor correspondente a conta do consumo de água.

Art. 3º. A tarifa de esgoto para os imóveis abastecidos por poços artesianos próprios, será cobrada na forma prevista no Art. 4º da Lei nº 3.412/09 de 10/06/09.

Art. 4º. O preço dos serviços prestados pelo SAMAE obedecerá à Tabela constante no ANEXO ÚNICO, parte integrante deste Decreto.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2011.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 03 de janeiro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.217 de 04/01/2011

DECRETO Nº 6.217 DE 04/01/2011

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 01 de 04/01/2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Operador de Máquinas, integrante do Anexo IV do quadro de pessoal - Lei nº 1.981/93 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por tempo de contribuição do titular, Adão de Camargo, retroagindo seus efeitos a 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 04 de janeiro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.218 de 05/01/2011

DECRETO Nº 6.218 DE 05/01/2011

ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido a partir de 10 de janeiro de 2011, o novo horário de funcionamento na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo:

- 7h 30 às 11h 30 horas

- 13h 30 às 17:30 horas

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2011.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 5 de janeiro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.220 de 11/01/2011

DECRETO Nº 6.220 DE 11/01/2011

DISPENSA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e,

Considerando que não houve participantes interessados na concorrência pública realizada pelo edital nº 01/2010 - Processo Licitatório 115/10;

Considerando que a concorrência destina-se à concessão dos serviços de guarda e remoção de veículos apreendidos ou recolhidos pela autoridade de trânsito;

Considerando ser esta uma atribuição da Administração Pública do Município;

Com amparo no artigo 100, inciso VIII e X da Lei Orgânica, c/c art. 24, incisos IV e V da Lei Federal nº 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a realização de licitação, modalidade concorrência pública, que visa a concessão para a execução dos serviços de remoção, guarda e depósito de veículos automotores apreendidos ou recolhidos em decorrência de infração de trânsito.

Art. 2º A empresa contratada executará os serviços observando o disposto nos artigos 3º e 5º da Lei Complementar nº 04 de 19 de julho de 2010.

Art. 3º Além do previsto no artigo anterior, a empresa contratada submeter-se-á à cláusula e condições estabelecidas em contrato.

Art. 4º As despesas decorrentes deste decreto serão suportadas com recursos financeiros originários da aplicação da Tabela de Tarifas que integra o Anexo I da Lei Complementar nº 04 de 19/07/2010.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 11 de janeiro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.221 de 11/01/2011

DECRETO Nº 6.221 DE 11/01/2011

HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2010 DE 23/11/2010

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições do Concurso Público, objeto do Edital nº 01/2010, conforme descrição constante no Anexo I deste decreto.

Art. 2º - Fica estabelecido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da publicação deste Decreto, para interpor recursos, quanto ao indeferimento do pedido de inscrição.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 11 de janeiro de 2011..

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.222 de 11/01/2011

DECRETO Nº 6.222 DE 11/01/2011

REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e,

Considerando que o objeto descrito no Processo Licitatório nº 146/2010 é impreciso;

Considerando que a falta de precisão do objeto, gera dúvidas aos licitantes e a comissão de licitação;

Considerando a superveniência da imprecisão do objeto no decorrer do processo licitatório;

Considerando o parecer da Assessoria Jurídica de 11/01/2011 anexa ao processo;

Com amparo no artigo 100, incisos VIII e XXXIII da Lei Orgânica, c/c artigos 49 e 59 da Lei Federal 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Processo Licitatório nº 146/2010 - Modalidade Pregão Presencial nº 027/2010.

Art. 2º - Em decorrência do estabelecido no artigo 1º, a revogação prevista neste decreto, opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele ordinariamente produziria.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 11 de janeiro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.223 de 13/01/2011

DECRETO Nº 6.223 DE 13/01/2011

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 48 de 10/01/2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do Anexo IV do quadro de pessoal - Lei nº 1.981/93 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por invalidez da titular, Vitalina de Lourdes Osorio Fagundes, retroagindo seus efeitos a 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 13 de janeiro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.224 de 18/01/2011

DECRETO Nº 6.224 DE 18/01/2011

AUTORIZA LICENÇA DE DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os pareceres técnicos e jurídicos exarados no Processo Administrativo nº 30.405;

Com amparo no Artigo 95 e seguintes da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor, c/c Artigo 100, incisos VIII, XXVI e 8º, inciso I "H" da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º- Art. 1º- Fica concedida Licença de Desmembramento do imóvel urbano de propriedade de João Pedro da Silva com a área de 1.692,64m² (hum mil seiscentos e noventa e dois metros e sessenta e quatro centímetros quadrados), sem benfeitoria, matriculados no CRI da Comarca de Campos Novos, sob nº 22.312, localizado na Rua Chapecó, esquina com a Rua Herval D'Oeste, Bairro Nossa Senhora Aparecida, nesta cidade.

Art. 2º. O imóvel mencionado no Art. 1º possui as seguintes confrontações:

Área Total Atual: 1.692,64m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: confronta com Rua Chapecó, em 27,59 metros;

Ao Sul: confronta com Basílio Locatelli, em 6,00 metros;

Ao Leste: confronta com Rua Herval D'Oeste, em 27,00 metros; e com Basílio Locatelli, em 44,80;

Ao Oeste: confronta com Servidão, em 66,00 metros.

Art. 3º - A Licença de Desmembramento autorizada por este Decreto, dará origem a 04 (quatro) unidades imobiliárias, com as seguintes confrontações:

Área "A": 302,50m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Rua Chapecó, em 13,75 metros;

Ao Sul: confronta com Fração "B", em 13,75 metros;

A Leste: confronta com Fração "D", em 22,00 metros;
A Oeste: confronta com Servidão, em 22,00 metros.

Área "B": 330,00m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Fração "A", em 13,75 metros; e com a Fração "D", em 13,75 metros;

Ao Sul: confronta com Fração "C", em 19,00 metros;

A Leste: confronta com Basílio Locatelli, em 13,00 metros; e com Rua Herval D'Oeste, em 5,00 metros;

A Oeste: confronta com Servidão, em 14,00 metros.

Área "C": 306,00m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Fração "B", em 19,00 metros;

Ao Sul: confronta com Basílio Locatelli, em 6,00 metros;

A Leste: confronta com Basílio Locatelli, em 33,80 metros;

A Oeste: confronta com Servidão, em 30,00 metros.

Área "D": 371,25m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Rua Chapecó, em 13,75 metros;

Ao Sul: confronta com Fração "B", em 13,75 metros;

A Leste: confronta com Fração "A", em 22,00 metros; e com Fração "B", em 5,00 metros;

A Oeste: confronta com Servidão, em 27,00 metros.

Área ocupada por ruas: Servidão 340,65m²

Rua Herval D'Oeste 42,24m²

Totalizando: 382,89 m²

Art. 4º - Ficam aprovados a planta arquitetônica de desmembramento e memorial descritivo das unidades imobiliárias descritas, dimensionadas e caracterizadas no Art. 3º deste Decreto.

Art. 5º - Ficam os cartórios de Tabelionato e do registro de Imóveis da Comarca, autorizados a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias à transferência de domínio e registro dos imóveis objetos deste decreto.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 18 de janeiro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PREGÃO 05_11

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2011

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 04/02/2011 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE ÁGUA E GAS PARA USO NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, CRECHES, PREDIO DA PREFEITURA E SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO NA PROPOSTA PADRONIZADA.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 24 de janeiro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PREGÃO 06_11**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2011

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 07/02/2011 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, MÓVEIS ESCOLARES, APARELHOS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS E ELETROPORTÁTEIS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO CAMPOS NOVOS. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA;. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 24 de janeiro de 2011

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Canoinhas**PREFEITURA MUNICIPAL****Edital de Pregão Eletrônico n.º 01/2011**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 04/2011

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/02/2011, às 10:00 horas, a abertura das propostas para aquisição de 01 (um) veículo novo, zero quilometro, tipo furgão, destinado central de congelamento e armazenamento de pequenos frutos. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Edital de Pregão Eletrônico n.º 02/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 05/2011

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/02/2011, às 11:00 horas, a abertura das propostas para aquisição de 26 (vinte e seis) balanças pesadoras, destinadas as Escolas e Centros de Educação Infantil do Município. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Edital de Tomada de Preços n.º 01/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 06/2011

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 14 de fevereiro de 2011, às 14:15 horas, a abertura de propostas para contratação de empresa especializada para execução das obras de Reurbanização da Rua Guilherme Prust. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Capinzal**PREFEITURA MUNICIPAL****Contrato 001/2011 - FMS**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0001/2011

Pregão Presencial 0032/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: F. VACHILESKI & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição fracionada de Pneus Novos e Recapagens, para uso em veículos do Fundo Municipal de Saúde, no transporte de pacientes para tratamento de saúde para o ano de 2011, Recursos próprios.

VALOR R\$: 1.980,00

VIGÊNCIA: 20/01/2011 A 31/12/2011

Contrato 002/2011 - FMS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0002/2011

Pregão Presencial 0032/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA

OBJETO: Aquisição fracionada de Pneus Novos e Recapagens, para uso em veículos do Fundo Municipal de Saúde, no transporte de pacientes para tratamento de saúde para o ano de 2011, Recursos próprios.

VALOR R\$: 6.120,00

VIGÊNCIA: 20/01/2011 A 31/12/2011

Contrato 003/2011 - FMS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0003/2011

Pregão Presencial 0032/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: LAGB ACESSÓRIOS DE PEÇAS LTDA ME

OBJETO: Aquisição fracionada de Pneus Novos e Recapagens, para uso em veículos do Fundo Municipal de Saúde, no transporte de pacientes para tratamento de saúde para o ano de 2011, Recursos próprios.

VALOR R\$: 19.085,56

VIGÊNCIA: 20/01/2011 A 31/12/2011

Contrato 004/2011 - FMS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0004/2011

Pregão Presencial 0032/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA

OBJETO: Aquisição fracionada de Pneus Novos e Recapagens, para uso em veículos do Fundo Municipal de Saúde, no transporte de pacientes para tratamento de saúde para o ano de 2011,

Recursos próprios.
VALOR R\$: 2.154,00
VIGÊNCIA: 20/01/2011 A 31/12/2011

Contrato 005/2011 - FMS

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0005/2011
Pregão Presencial 0033/2010
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
CONTRATADA: OUROMAQ IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA
OBJETO: Aquisição fracionada de Óleo Lubrificante para o uso dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2011, Recursos Próprios.
VALOR R\$: 2.118,00
VIGÊNCIA: 20/01/2011 A 31/12/2011

Contrato 005/2011 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0005/2011
Pregão Presencial 0149/2010
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: ORIGINAL DIESEL PEÇAS LTDA
OBJETO: Aquisição fracionada de Óleos Lubrificantes destinados a manutenção de veículos da Secretaria de Infraestrutura e Transporte Coletivo Urbano (veículos, caminhões, máquinas e ônibus); Secretaria de educação Cultura e Esportes (Transporte Escolar- ônibus, Micros, Bestas e veículos) Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente -Patrulha Agrícola Mecanizada (Tratores Pneu, Equipamentos e máquina, veículos); e veículos das Secretarias da Administração, Finanças e Planejamento, Gabinete do Prefeito e Conselho Tutelar para o ano de 2011, recursos próprios.
VALOR R\$: 10.758,50
VIGÊNCIA: 18/01/2011 A 31/12/2011

Contrato 006/2011 - FMS

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0006/2011
Pregão Presencial 0033/2010
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
CONTRATADA: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
OBJETO: Aquisição fracionada de Óleo Lubrificante para o uso dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2011, Recursos Próprios.
VALOR R\$: 1.182,00
VIGÊNCIA: 20/01/2011 A 31/12/2011

Contrato 006/2011 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0006/2011
Pregão Presencial 0149/2010
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
OBJETO: Aquisição fracionada de Óleos Lubrificantes destinados a manutenção de veículos da Secretaria de Infraestrutura e Transporte Coletivo Urbano (veículos, caminhões, máquinas e ônibus); Secretaria de educação Cultura e Esportes (Transporte Escolar- ônibus, Micros, Bestas e veículos) Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente -Patrulha Agrícola Mecanizada (Tratores Pneu, Equipamentos e máquina, veículos); e veículos das Secretarias da Administração, Finanças e Planejamento, Gabinete do Prefeito e Conselho Tutelar para o ano de 2011, recursos próprios.
VALOR R\$: 18.030,00

VIGÊNCIA: 18/01/2011 A 31/12/2011

Contrato 007/2011 - FMS

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0007/2011
Pregão Presencial 0033/2010
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
CONTRATADA: MERCANTIL PP DE LUBRIFICANTES LTDA
OBJETO: Aquisição fracionada de Óleo Lubrificante para o uso dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2011, Recursos Próprios.
VALOR R\$: 2.410,00
VIGÊNCIA: 20/01/2011 A 31/12/2011

Contrato 007/2011 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0007/2011
Pregão Presencial 0149/2010
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: MERCANTIL PP DE LUBRIFICANTES LTDA
OBJETO: Aquisição fracionada de Óleos Lubrificantes destinados a manutenção de veículos da Secretaria de Infraestrutura e Transporte Coletivo Urbano (veículos, caminhões, máquinas e ônibus); Secretaria de educação Cultura e Esportes (Transporte Escolar- ônibus, Micros, Bestas e veículos) Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente -Patrulha Agrícola Mecanizada (Tratores Pneu, Equipamentos e máquina, veículos); e veículos das Secretarias da Administração, Finanças e Planejamento, Gabinete do Prefeito e Conselho Tutelar para o ano de 2011, recursos próprios.
VALOR R\$: 47.370,00
VIGÊNCIA: 18/01/2011 A 31/12/2011

Catanduvás

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato FMS Nº 00010/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATO FMS Nº 00010/2011
Pregão nº 0044/2010 (processo licitatório nº 122/2010).

Objeto: Aquisição de medicamentos da farmácia básica visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor global contratado: R\$ 23.386,50 (vinte e três mil trezentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos).

Vigência: de 20 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 20 de janeiro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Contrato FMS Nº 00018/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATO FMS Nº 00018/2011

Pregão nº 0044/2010 (processo licitatório nº 122/2010).

Objeto: Aquisição de medicamentos da farmácia básica visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): MEDICAMENTOS DE AZ LTDA.

Valor global contratado: R\$ 13.241,80 (treze mil duzentos e quarenta e um reais e oitenta centavos).

Vigência: de 20 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 20 de janeiro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Contrato FMS Nº 0008/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO FMS Nº 0008/2011

Pregão nº 0044/2010 (processo licitatório nº 122/2010).

Objeto: Aquisição de medicamentos da farmácia básica visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor global contratado: R\$ 10.596,46 (dez mil quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos).

Vigência: de 20 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 20 de janeiro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Contrato FMS Nº 0009/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO FMS Nº 0009/2011

Pregão nº 0044/2010 (processo licitatório nº 122/2010).

Objeto: Aquisição de medicamentos da farmácia básica visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS.

Valor global contratado: R\$ 9.933,92 (nove mil novecentos e trinta e três reais e noventa e dois centavos).

Vigência: de 20 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 20 de janeiro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Contrato FMS Nº 0012/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO FMS Nº 0012/2011

Pregão nº 0044/2010 (processo licitatório nº 122/2010).

Objeto: Aquisição de medicamentos da farmácia básica visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde

e Desenvolvimento Social.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor global contratado: R\$ 17.184,30 (dezesete mil cento e oitenta e quatro reais e trinta centavos).

Vigência: de 20 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 20 de janeiro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Contrato FMS Nº 0013/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO FMS Nº 0013/2011

Pregão nº 0044/2010 (processo licitatório nº 122/2010).

Objeto: Aquisição de medicamentos da farmácia básica visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): METROMED - COMERCIO DE MATERIAS HOSPITALARES LTDA.

Valor global contratado: R\$ 1.221,34 (um mil duzentos e vinte e um reais e trinta e quatro centavos).

Vigência: de 20 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 20 de janeiro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Contrato FMS Nº 0014/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO FMS Nº 0014/2011

Pregão nº 0044/2010 (processo licitatório nº 122/2010).

Objeto: Aquisição de medicamentos da farmácia básica visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA.

Valor global contratado: R\$ 30.167,50 (trinta mil cento e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

Vigência: de 20 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 20 de janeiro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Contrato FMS Nº 0015/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO FMS Nº 0015/2011

Pregão nº 0044/2010 (processo licitatório nº 122/2010).

Objeto: Aquisição de medicamentos da farmácia básica visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA.

Valor global contratado: R\$ 12.604,05 (doze mil seiscentos e quatro reais e cinco centavos).

Vigência: de 20 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 20 de janeiro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Contrato FMS Nº 0016/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATO FMS Nº 0016/2011

Pregão nº 0044/2010 (processo licitatório nº 122/2010).

Objeto: Aquisição de medicamentos da farmácia básica visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): 1000 MEDIC. DISTRIBUIDORA IMPORTADORA EXPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Valor global contratado: R\$ 11.877,75 (onze mil oitocentos e setenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

Vigência: de 20 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 20 de janeiro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Contrato FMS Nº 0017/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATO FMS Nº 0017/2011

Pregão nº 0044/2010 (processo licitatório nº 122/2010).

Objeto: Aquisição de medicamentos da farmácia básica visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

Valor global contratado: R\$ 17.320,20 (dezessete mil trezentos e vinte reais e vinte centavos).

Vigência: de 20 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 20 de janeiro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Contrato FMS Nº 011/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATO FMS Nº 011/2011

Pregão nº 0044/2010 (processo licitatório nº 122/2010).

Objeto: Aquisição de medicamentos da farmácia básica visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA.

Valor global contratado: R\$ 9.356,53 (nove mil trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e três centavos).

Vigência: de 20 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 20 de janeiro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Contrato FMS Nº 082/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATO FMS Nº 082/2010

Objeto: estabelecimento de cooperação financeira entre o Município, através FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e o Hospital Universitário Santa Terezinha - HUST, para prestação de serviços em pronto atendimento, com plantão emergencial e especialidades, com plantão à distância, através de escalas, à população do Município de Catanduvas (SC), pelo HUST.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST.

O valor da parcela mensal, para o ano de 2011, será de R\$ 4.602,50 (quatro mil, seiscentos e dois reais e cinquenta centavos).

O prazo de vigência deste convênio é de seis (06) meses a contar de 01 de janeiro de 2011, vencendo em 31 de junho de 2011, podendo ser renovado por termo aditivo, mediante o interesse das partes.

Data e assinatura do contrato: 22 de dezembro de 2010.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 0106/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0106/2010

Carta Convite nº 0050/2010 (Processo Licitatório nº 0093/2010).
Objeto: contratação de serviços especializados de consultoria e assessoria técnica nas áreas de Projetos de Saúde.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): MARLI AGOSTINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTAO DE SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula IX do contrato, que trata do fundamento legal;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 57, inciso II da Lei 8.666 onde "à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal";

Resolvem:

CLAUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo de vigência do contrato para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2011 a 31 de maio de 2011.

CLAUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Data e assinatura do contrato: 03 de dezembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato FMS Nº001/ 2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº001/2009

Objeto: contratação de empresa especializada para cessão de direito de uso, locação, implantação, treinamento e manutenção de sistemas de informatização para a saúde pública da Secretaria Municipal da Saúde.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

Considerando, a contratação de empresa especializada para cessão de direito de uso, locação, implantação, treinamento e manutenção de sistemas de informatização para saúde pública da Secretaria Municipal da Saúde;

Considerando, a necessidade da continuidade da presente contratação e da prestação dos serviços;

Resolve:

Cláusula Primeira - Prorrogar o prazo de vigência do contrato de 03 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Clausula Segunda - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Data e assinatura do contrato: 08 de dezembro de 2010.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde.

Chapadão do Lageado**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº 40/2011 de 20.01.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 40/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder e autorizar o servidor FLAVIO DA SILVEIRA, servidor desta Prefeitura, ocupante do cargo ocupante do cargo Efetivo de Fiscal de Tributos, na Secretaria Municipal da Fazenda, gozar as férias regulamentares, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário conforme art.78, § 3º da LC nº 008, de 23.12.99, relativas ao período aquisitivo de 2009/2010, para serem gozadas de 24.01.2011 à 12.02.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de janeiro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 41/2011 de 21.01.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 41/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, de acordo com o art. 10 e anexo V da Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art.1º Nomear PATRICIA MACHADO, para ocupar o cargo em Comissão de Diretor Nível II, no Centro Educacional e Esportivo Valdomiro Manoel Chiquio, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 006 de 23.12.99, a partir de 24.02.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de janeiro de 2011.

JOSÉ BRÁULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia**PREFEITURA MUNICIPAL****Adendo 01 ao Edital Tomada de Preços Nº 32-2010 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 32-2010 PMC

O Município Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para elaboração de projetos de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial de ruas do Município, foi alterado. Ficando desta forma alterado o prazo de recebimento do envelope 01 - Documentação, dos interessados não cadastrados para o dia 15/02/2011, às 08h15min, e o prazo até as 08h15min do dia 18/02/2011 para entrega dos envelopes 01 - Documentação e 02 - Proposta de Preços de todos os interessados cadastrados e para a entrega dos envelopes 02 - Proposta de Preços dos interessados não cadastrados, sendo que o início da abertura dos envelopes se dará às 08h30min do mesmo dia.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2125.

Concórdia, SC, 21 de janeiro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

CÂMARA DE VEREADORES**Decreto Legislativo Nº 2.305**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.305, DE 20 DE JANEIRO DE 2011.

Dispõe sobre o enquadramento de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Poder Legislativo.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com o disposto nos arts. 11, II e 49 a 56 da Lei Complementar nº 574, de 13 de dezembro de 2010 e relatório de enquadramento da Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - CPCCS, constituída pela Resolução nº 340 de 17.01.2011,

RESOLVE:

Art. 1º Enquadrar, conforme Anexo Único deste Decreto Legislativo, os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo, nos cargos integrantes do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, criado através da Lei Complementar nº 574, de 13 de dezembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2011.

Concórdia, 20 de janeiro de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA
Presidente

ARLAN GULIANI
2º Secretário

Cordilheira Alta

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº005/2011

DECRETO Nº 005, DE 20 DE JANEIRO DE 2011.

"DISPÕE SOBRE A RECOMPOSIÇÃO DO VALOR DA TARIFA PRATICADA PELO SERVIÇO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que o cargo lhe confere, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal c/c o disposto no Art. 19 da Lei Municipal n. 161/95 e,

Considerando:

a) A necessidade de se manter a capacidade permanente de investimento do Serviço Municipal de Abastecimento de Água, visando atender a demanda urbana provocada pelo desenvolvimento da cidade, a qualidade da água e dos serviços prestados pela Autarquia;

b) o aumento dos preços dos principais insumos utilizados nas atividades de captação, tratamento, análise e distribuição de água, no ano de 2010, ocasião do último reajuste da tarifa;

c) a necessidade de observância ao princípio da anualidade nas correções dos valores das tarifas praticadas pelo Serviço de Abastecimento de Água, tendo como premissa básica o atendimento ao princípio da universalidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica recomposto o valor da tarifa praticada pelo Serviço Municipal de Abastecimento de Água, em 11,32% (onze vírgula trinta e dois em pontos percentuais), sobre as faturas vincendas a partir de 01 de fevereiro de 2011.

Parágrafo Único - O índice utilizado para a recomposição da tarifa foi o IGP-M/FGV, correspondente a variação de preços acumulado no ano de 2010.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta - SC, 20 de janeiro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra

Portaria Nº018/2011

PORTARIA Nº 018 DE 19 DE JANEIRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Servidora Pública, Sra. SONIA CRISTINA DELLA TORRES BRIANCINI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 20 (vinte) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 17/01/2010 à 16/01/2011, que serão gozadas no período de 24/01/2011 à 12/02/2011.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês janeiro do corrente ano.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 19 de janeiro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

SONIA C. DELLA TORRES BRIANCINI Ciente em:
_____/_____/_____

Portaria Nº019/2011

PORTARIA Nº 019 DE 19 DE JANEIRO DE 2011

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA EM CARGO COMMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Srª. ANA CLAER NASSINGER, ocupante do cargo de Assessora de Secretaria, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão por conta do orçamento municipal do exercício de 2011.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 31 de janeiro de 2011.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.



Cordilheira Alta SC, 19 de janeiro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento
Registrada e publicada em data supra.

Portaria Nº020/2011

PORTARIA Nº 020 DE 20 DE JANEIRO DE 2011

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DISPENSA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em que o cargo lhe confere;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Servidora Pública JAQUELINE FIORESE, 02 (dois) dias de dispensa do serviço, com base no artigo 98, da Lei 9.504/97, de 30/09/1997, por ter prestado serviços ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Serviço Eleitoral de Eleição do Conselho Tutelar do Município de Cordilheira Alta, que serão usufruídos nos dias 24 e 25 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 20 de janeiro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Portaria Nº021/2011

PORTARIA Nº 021 DE 20 DE JANEIRO DE 2011.

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA PÚBLICA, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos 07 (sete) dias de licença, para tratamento de saúde, sendo do dia 26 de janeiro até dia 01 de fevereiro de 2011, à Servidora Sra. JAQUELINE FIORESE, ocupante do cargo de Técnica de Apoio Administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir do dia 26 de janeiro de 2011.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 20 de janeiro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria Nº022/2011

PORTARIA Nº 022 DE 20 DE JANEIRO DE 2011

“CONSTITUI EQUIPE TÉCNICA JULGADORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados, para comporem a Equipe Técnica Julgadora da Secretaria Municipal de Educação de Cordilheira Alta, os seguintes membros:

Isadir Osilia da Rosa

Vania Cristina P. Graciani

Flavia Perim

Art. 2º Os Membros que compõem a Equipe Técnica Julgadora, nomeados por esta Portaria, exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para o Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 20 de janeiro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº023/2011

PORTARIA Nº 023, DE 20 DE JANEIRO DE 2011.

“ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso das atribuições que o cargo lhe confere e em conformidade com o Art. 71 - IV da LOM e Art. 7 da Lei Complementar nº 70/2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Atribuir Adicional de Responsabilidade, na ordem de 40% sobre o vencimento do cargo que ocupa, ao Servidor Municipal Sr. ENIO LUIZ TECCHIO, matriculado sob o registro n. 6301-01, ocupante do cargo de operador de máquina, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, para responder cumulativamente com suas funções, pela chefia da garagem de máquinas do Município, assumindo a partir desta data todos os encargos inerentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, 20 de janeiro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº024/2011

PORTARIA N.º 024 DE 21 DE JANEIRO DE 2011.

"DESIGNA SERVIDOR PARA DISCIPLINAR A ORGANIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES NO MURAL PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designa o Servidor Sr. MARCELO ADOLFO FRANZOSI, ocupante do cargo de Gerente de Administração Geral, lotado na Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento, para disciplinar a organização dos documentos a serem publicados no Mural Público, o qual está afixado no Paço Municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir do dia 24 de janeiro de 2011.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário, em especial a portaria nº 154/2010.

Cordilheira Alta - SC, 21 de janeiro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Extrato de Edital de Pregão Presencial

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 06/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2011

A Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, nos termos da Lei 10.520/02 e Decreto Municipal 017, de 17 de janeiro de 2007, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 04/2011, do tipo menor preço unitário por item, tendo como objeto: Contratação de empresa, associação ou entidade especializada em Arbitragem de Futsal e Suíço, para prestação de serviços de Arbitragem, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos. Os envelopes serão aceitos até as 09:00 horas do dia 03 de fevereiro de 2011, e Credenciamento será realizado a partir das 09:00 horas do dia 03 de fevereiro de 2011. Abertura da sessão será realizada às 09:30 horas do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta. Informações: de segunda a sexta, no horário de expediente da Prefeitura Municipal, Rua Celso Tozzo, 27, centro ou pelo fone (49) 3358-9100.

Cordilheira Alta, em 20 de janeiro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito

Extrato ADM. 011/2011

Extrato Contrato Administrativo Nº.: 011/2011

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada : ANDRADE E MATTOS ADVOGADOS ASSOCIADOS

Valor : 73.200,00 (setenta e três mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 10/01/2011 Término: 31/12/2011

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 20/2010

Recursos: Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00 (41)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ASSESSORIA JURÍDICA, PARA ASSISTIR E REPRESENTAR O MUNICÍPIO EM JUÍZO E FORA DELE, de acordo com as especificações constantes da proposta da CONTRATADA - Anexo I - que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, anexos ao Edital.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalia e João Rogério de Andrade.

Cordilheira Alta, 10 de Janeiro de 2011.

Extrato ADM. 012/2011

Extrato Contrato Administrativo Nº.: 012/2011

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada : ACCAP - ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL S/S LTDA

Valor : 89.400,00 (oitenta e nove mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 10/01/2011 Término: 31/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2010

Recursos: Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00 (41)

Objeto : Contratação de prestação de serviços de assessoria contábil, controle interno, tributação e na elaboração das informações ao Tribunal de Contas, inspeções in loco, dentre outros, para atuação no Departamento de administração e Planejamento do Município, com carga horária de 16 horas semanais, de acordo com as especificações do Edital.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalia e Fernando Krahel.

Cordilheira Alta, 10 de Janeiro de 2011.

Notificação de Recebimento Recursos Federais dia 18/01/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 18/01/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		6.974,36
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	6.296,50
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	5.296,50
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	5.296,50
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	1.000,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBT	1.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	677,86
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	677,86
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	406,72
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	271,14

Notificação de Recebimento Recursos Federais dia 19/01/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 19/01/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		15.685,23
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	16.998,68
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	13.997,32
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	13.997,32
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - 60 %	8.398,39
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25%	3.499,33
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15%	2.099,60
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	3.001,36
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistencia Farmaceutica Basica	3.001,36
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.486,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.486,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	891,60
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	594,40
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-2.799,45
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-2.799,45
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-2.799,45

Notificação de Recebimento Recursos Federais dia 20/01/2011
Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 20/01/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		63.493,97
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	71.678,78
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	71.678,78
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	71.667,18
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - 60 %	43.000,31
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25%	17.916,79
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15%	10.750,08
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	11,60
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR - 60 %	6,96
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR - 25%	2,90
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR - 15%	1,74
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	6.150,94
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	6.150,94
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	3.690,56
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	2.460,38
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-14.335,75
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-14.335,75
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-14.333,43
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-2,32

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 014, de 14 de Janeiro de 2011.

DECRETO Nº. 014, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ASSINAR E RESPONDER POR FUNDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados o Senhor Gibrair José Madella, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e o Senhor Carlos Willian Castro dos Santos, ocupante do cargo de Diretor Geral de Compras Licit. e Patrimônio, para assinar e responder pelo Fundo Agropecuário - FUNAGRO, bem como autorizados a responder por pagamentos a partir de 16 de janeiro a 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 14 de janeiro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 015, de 14 de Janeiro de 2011.

DECRETO Nº. 015, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ASSINAR E RESPONDER POR FUNDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados a Srta. Lorinete da Aparecida de Jesus, ocupante do cargo de Diretora de Departamento Social e o Senhor Carlos Willian Castro dos Santos ocupante do cargo de Diretor Geral de Compras Licit. e Patrimônio, para assinar e responder pelo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, bem como autorizados a responder por pagamentos a partir de 16 de janeiro a 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 14 de janeiro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 016 de 14 de Janeiro de 2011.

DECRETO Nº. 016 DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ASSINAR E RESPONDER POR FUNDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados a Senhora Índia Nara Turmina Santetti, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social, e o Senhor Carlos Willian Castro dos Santos, ocupante do cargo de Diretor Geral de Compras Licit. e Patrimônio, para assinar e responder pelo Fundo Municipal de Saúde - FUNSAU, bem como autorizados a responder por pagamentos a partir de 16 de janeiro a 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 14 de janeiro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 022, de 11 de Janeiro de 2011.

PORTARIA Nº. 022, DE 11 DE JANEIRO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 10/01/2011 à 08/02/2011.

Nome	Cargo	Referência
Juliana Alves Brum	Agente Comunitário de Saúde	01/09/2009 à 31/08/2010

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 11 de janeiro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 023, de 11 de Janeiro de 2011.

PORTARIA Nº. 023, DE 11 DE JANEIRO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 15 (quinze) dias no período de 10/01/2011 à 24/01/2011.

Nome	Cargo	Referência
Fabiana Cenci Inácio	Assessora de Saúde e Saneamento	02/01/2009 à 01/01/2010

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 11 de janeiro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 024, de 11 de Janeiro de 2011.

PORTARIA Nº. 024, DE 11 DE JANEIRO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS E ABONO PECUNIÁRIO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, RESOLVE:

CONCEDER:

Art. 1º FÉRIAS ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 17/01/2011 à 15/02/2011.

Nome	Cargo	Referência
Ivair Carlos Baldissera	Agente de Vigilância Sanitária	01/08/2009 à 31/07/2010

Art. 2º Abono pecuniário de 10 (dez) dias de FÉRIAS ao Servidor relacionado no item 01 do período e referência especificados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 11 de janeiro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 025, de 11 de Janeiro de 2011.

PORTARIA Nº. 025, DE 11 DE JANEIRO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 15 (quinze) dias no período de 17/01/2011 à 31/01/2011.

Nome	Cargo	Referência
Pedrinho Ravarena	Agente Comunitário de Saúde	01/09/2009 à 31/08/2010

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 11 de janeiro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 026, de 11 de Janeiro de 2011

PORTARIA Nº. 026, DE 11 DE JANEIRO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 20/01/2011 à 18/02/2011.

Nome	Cargo	Referência
Valdete Chittó	Agente Comunitário de Saúde	01/09/2009 à 31/08/2010

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 11 de janeiro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 027, de 19 de Janeiro de 2011

PORTARIA Nº. 027, DE 19 DE JANEIRO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 07/02/2011 à 08/03/2011.

Nome	Cargo	Referência
Gilson Eduardo Pahl	Engenheiro Agrônomo	01/04/2009 à 31/03/2010

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 19 de janeiro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

CARLOS WILLIAN CASTRO DOS SANTOS
Diretor Geral de Compras Licit. e Patrimônio

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 013

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 013

MÊS/ANO: JANEIRO/2011 NÚMERO CONTRATO: 013/2011

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 4.465,00 (Quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/01/2011

DESCRIÇÃO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de arbitragem durante a realização do CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO - EDIÇÃO 2011. Que realizar-se-á:

- Cidade: CORONEL MARTINS - SC.

- Local: CAMPO MUNICIPAL

- Dia: INÍCIO DIA 23/01/2011 E TERMINO DIA 20/07/2011

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 1 CPF/CGC: 655.750.241-72

CONTRATADO: Valmir Jose Martins

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 309/11 - Declara em situação anormal, caracterizada como situação de emergência, a área do município afetada por chuva intensa e enxurrada bru

DECRETO Nº 309/11

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR CHUVA INTENSA E ENXURRADA BRUSCA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal, no artigo 17 do Decreto Federal nº 5376 de 17 de fevereiro de 2005, na Lei Estadual nº 10925, de 22 de setembro de 1998, no Decreto Estadual nº 3924, de 11 de janeiro de 2006 e na Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil e

CONSIDERANDO que, a ocorrência de chuva intensa e enxurrada brusca, no dia 19/01/2011, atingindo parte do Município, conforme Mapa das Áreas Afetadas, anexo ao presente Decreto;

CONSIDERANDO que, como consequência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este decreto.

CONSIDERANDO que, a recomendação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

CONSIDERANDO que, concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada a existência de situação anormal provocada por chuva intensa e enxurrada brusca, caracterizada como situação de emergência.

Parágrafo Único: Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo formulário de avaliação de danos e pelo croqui da área afetada, anexos a este decreto.

Art. 2º - Confirme-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do município, sob a coordenação da Comissão de Defesa Civil - COMDEC, e autorize-se o desencadeamento do Plano Emergencial de resposta aos desastres, após adaptado à situação real deste desastre.

Art. 3º - Autorize-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de respostas aos desastres e a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo Único: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente: I- Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia e da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para

determinar a pronta evacuação dos mesmos;

II- Usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos.

Parágrafo Único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se de início a processos de desapropriação por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§2º - Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras e o processo de desmontagem das edificações e de reconstituição das mesmas em locais seguros será apoiado pela comunidade.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único: O prazo de vigência deste decreto pode ser prorrogado, até completar o máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 20 de Janeiro de 2011.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Ermo

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo Licitatório Nº 01/2011 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2011 - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Do objeto: Contratação de serviços médicos especializados e exames não prestados no município, para atendimento a pessoas carentes do município de Ermo e assessoria e manutenção de programas na área de saúde, conforme especificações e quantidades estimadas em anexo, para o exercício de 2011.

Do Fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMESC.

Do Valor e do Pagamento: O valor previsto dos serviços contratados importam em R\$ 177.689,00 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e nove reais) que serão pagos mensalmente até o dia 15 do mês subsequente ao mês dos serviços prestados. Os valores pagos para cada serviço serão fixos e irrevogáveis.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para realização de exames, consultas médicas especializadas e assessoria e manutenção

de programas na área da saúde se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Ermo-SC., 21 de janeiro de 2011.

CINARA MATEUS RÉUS CLEMES

Pres. Com. Perm. Licitação

A vista do exposto, dispensa-se a licitação. Aprovo e autorizo a realização de dispensa, com fundamento na Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 0043/2011

DECRETO Nº 0043, DE 21 DE JANEIRO DE 2011.

FIXA TABELA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE GOVERNAMENTAL, VEICULADAS EM JORNAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado Tabela de Preços para contratação de serviço de publicidade governamental, para veiculação na forma impressa de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras, através de jornais de circulação regional, com abrangência no Município de Fraiburgo, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR (R\$)
		1 Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	620,00
	Serviço de veiculação de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras na forma impressa preto e branco, através de Jornal de circulação regional com abrangência no Município de Fraiburgo.	½ Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo	370,00
		¼ Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	200,00
01	Fraiburgo.	Avisos diversos no tamanho 8,5 cm de largura x 7,5 cm de comprimento.	70,00

02	Serviço de veiculação de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras na forma impressa colorido, através de Jornal de circulação regional com abrangência no Município de Fraiburgo.	1 Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	850,00
		½ Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	480,00
		¼ Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	295,00

Art. 2º. A "Publicidade de Utilidade Pública" tem como objetivo informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida, vinculando-se a objetivos sociais de inquestionável interesse público, sempre assumindo caráter educativo, informativo ou de orientação social.

Art. 3º. A "Publicidade Institucional" tem como objetivo divulgar informações sobre atos, obras e programas dos órgãos e entidades governamentais, suas metas e resultados.

Art. 4º. A publicidade dos programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos do Município de Fraiburgo, deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 5º. A contratação deverá ser feita através de Edital de Credenciamento onde todas as pessoas jurídicas editoras de jornais de circulação regional, com abrangência no município de Fraiburgo/SC e interessadas na prestação dos serviços acima citados, poderão se credenciar mediante o preenchimento de condições pré-estabelecidas.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 0162, de 30 de julho de 2009.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 21 de Janeiro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0044/2011

DECRETO Nº 0044, DE 21 DE JANEIRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 14 da Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde
08.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (57)

R\$ 200.000,00

Total R\$ 200.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2010, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Fraiburgo, 21 de Janeiro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0284/2011

PORTARIA N.º 0284 DE 21 DE JANEIRO DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006 de 17 de dezembro de 2010 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE MÁQUINAS, para atender excepcional interesse público, na área de saneamento;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, IVO PERETTI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 222.421.989-04, na função de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, no período de 24 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de janeiro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0285/2011

PORTARIA N.º 0285 DE 21 DE JANEIRO DE 2011.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de BELONIDA APARECIDA

DE JESUS LINS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 781.776.009-82, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, por 40 horas semanais, a partir de 12 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0286/2011

PORTARIA N.º 0286 DE 21 DE JANEIRO DE 2011.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LURIELLY ANGELICA PINHEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 080.808.339-23, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a portaria 2.339, de 26 de agosto de 2010.

Fraiburgo, 21 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0287/2011

PORTARIA Nº 0287, DE 21 DE JANEIRO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a solicitação da Secretaria de Saúde;

Considerando que está desempenhando atividades no setor de Vigilância Epidemiológica, sendo também coordenadora do Programa DST/HIV/AIDS;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora SIMONE CRISTINA VIECELI DRECH, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 016.400.869-19, nomeada no cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, no período de 01 de fevereiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0009/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009/2011 - PMF

Objeto: aquisição de materiais para uso do FUNREBOM no combate a incêndios e sinistros ocorridos neste Município. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 08/02/2011. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 20 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0001/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2011 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica CAUQ, na Rua Dorvalina dos Santos Andrade, situada no bairro Liberata, nesta cidade de Fraiburgo, com área total de 4.263,62 m², houve a participação da empresa ATERPLAN SERVIÇOS E CONTRUÇÕES LTDA, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA.

Fraiburgo (SC), 21 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 008/2011

DECRETO N.º 008, DE 20 DE JANEIRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 234.594,62 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 234.594,62 (duzentos e trinta e quatro mil e quinhentos e noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos) no Orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 24.594,62
20606481.011 - Const., Ref. e Apar. de Emp. Rurais e Pesqueiros 24.594,62
4.4.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas 4.000,00
4.4.90.0.3.24.001023 - Aplicações Diretas 20.594,62

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 15.000,00
23695512.029 - Func. e Manut. do Setor Turístico 15.000,00
3.3.90.0.3.24.001036 - Aplicações Diretas 15.000,00

14.02 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 195.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO 195.000,00
17512311.044 - Const., Ref., e Ampliação Sist. Saneamento Básico 100.000,00
4.4.90.0.3.65.000000 - Aplicações Diretas 100.000,00
17512312.079 - Serviços de Destinação de Resíduos Sólidos 95.000,00
3.3.90.0.3.65.000000 - Aplicações Diretas 95.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 234.594,62 (duzentos e trinta e quatro mil e quinhentos e noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos), correrão por conta do Superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Janeiro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/01/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 009/2011

DECRETO N.º 009, DE 20 DE JANEIRO DE 2011.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 179.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 179.000,00 (cento e setenta e nove mil reais) no Orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 159.000,00
20606481.010 - Aquisição de Equipamentos Agrícolas e Pesqueiros 159.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 12.000,00
4.4.90.0.1.24.001017 - Aplicações Diretas 147.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 20.000,00
10301252.074 - Manutenção do SAMU 20.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 179.000,00 (cento e setenta e nove mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Janeiro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/01/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N.º 089/2011

PORTARIA N.º 089, DE 21 DE JANEIRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata CARLA ANDREA NOSCHANG BATTISTELLA, CPF n.º 607.095.020-87, aprovada e classificada como 0013 colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 30 de junho de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HORAS.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de Janeiro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 24/01/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Aviso de Anulação Processo Licitatório 006/2011

AVISO ANULAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 006/2011

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados que anulou o processo licitatório 006/2011 na modalidade Pregão eletrônico PE001/2011 para aquisição de um trator agrícola com implementos. A anulação se deve por ilegalidade de ofício cometida no instrumento convocatório.

Garopaba, 20 de janeiro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PE002/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2011

A Prefeitura Municipal de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a aquisição de um trator agrícola com implementos para atender as necessidades da Secretária de Agricultura e Pesca.

As propostas deverão ser cadastradas no site www.cidadecompras.com.br até as 13h30min do dia 03/02/2011. A sessão pública será realizada a partir das 13h30min do mesmo dia no site www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 20 de janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES

Justificativa da Dispensa de Licitação Nº 02/2011

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2011
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2011
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2011

A Câmara Municipal de Garopaba necessita da locação do imóvel situado à Rua Professor Antônio José Botelho, nº. 113, Centro - Garopaba/SC, para atender as finalidades precípuas do Poder Legislativo Municipal, principalmente no sentido de funcionar como sede deste Poder. O imóvel a ser locado possui uma área total construída de 420,00 m2 (quatrocentos e vinte metros quadrados) de 590,74 m2 (quinhentos e noventa metros e setenta e quatro decímetros quadrados) da área total do terreno, exclusivo para o Poder Legislativo Municipal de Garopaba e mais uma área destinada a estacionamento compartilhado, com 400 m2 de superfície. Além disso, o locador irá dispor de uma garagem coberta para no mínimo três veículos, anexo ao prédio. O prédio está totalmente adaptado as necessidades dos Senhores Vereadores, inclusive no que se refere à realização das Sessões e na acomodação dos munícipes para o acompanhamento dos trabalhos da Casa. Contudo o preço de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) mensais é compatível com o preço praticado no mercado. Portanto, Solicito autorização para locar o imóvel acima citado de propriedade do Senhor SERGIO PACHECO DE LIMA, brasileiro, solteiro, natural da cidade de Garopaba/SC, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº 4.217.747 SSP/SC, CPF nº 066.734.809-39, residente e domiciliado à Rua Antônio Claudino dos Santos nº 40, Centro, Município de Garopaba/SC, pelo prazo de 01/01/2011 à 31/12/2011, com base no artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

Garopaba, 20 de janeiro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente
Câmara Municipal de Garopaba

Pelos motivos acima mencionados ratifico a DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2010.

Contrato Nº 03/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA
CONTRATO Nº 03/2011

Contrato de locação de imóvel que entre si faz, de um lado, como LOCADOR, o Senhor SERGIO PACHECO DE LIMA, brasileiro, solteiro, natural da cidade de Garopaba/SC, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº 4.217.747 SSP/SC, CPF nº 066.734.809-39, residente e domiciliado à Rua Antônio Claudino dos Santos nº 40, Centro, Município de Garopaba/SC e de outro lado o MUNICÍPIO DE GAROPABA - CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.987.423/0001-86, instalada à Rua Professor Antônio José Botelho, nº 113, Centro, Garopaba/SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Paulo Sergio de Araújo, brasileiro, casado, CPF 675.070.429-87, residente e domiciliado na Rua Prefeito João Orestes de Araújo, nº 1072, bairro Pinguirito, cidade de Garopaba/SC, daqui por diante denominado simplesmente LOCATÁRIO, submetendo-se ambos as normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, conforme Dispensa de Licitação nº 02/2011 e mediante às seguintes cláusulas contratuais legais.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DE LOCAÇÃO: O LOCADOR coloca à disposição do LOCATÁRIO um imóvel, sito à Rua Professor Antônio José Botelho, nº. 113, Centro, Garopaba/SC, com uma área total construída de 420,00 m2 (quatrocentos e vinte metros quadrados) de 590,74 m2 (quinhentos e noventa metros e setenta e quatro decímetros quadrados) da área total do terreno, exclusivo do Poder Legislativo Municipal de Garopaba e mais uma área destinada a estacionamento compartilhado, com 400 m2 de superfície.

CLÁUSULA SEGUNDA - O LOCADOR se compromete em construir dentro da área locada, uma garagem coberta para acomodar no mínimo três veículos

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZOS: O prazo de locação inicia-se em 01 de janeiro de 2011 e termina em 31 de dezembro de 2011, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, obrigando-se o Poder Legislativo Municipal a entrega-lo nesta data final, nas condições prevista no contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao final do contrato, este poderá ser renovado por meio de termo aditivo mediante acordo entre as partes, conforme inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - Em contraprestação o LOCATÁRIO se compromete a pagar o valor mensal de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) no final de cada mês. Ou seja, todo dia 30 (trinta) de cada mês. Correspondendo a importância global de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Havendo alterações no plano econômico governamental, a periodicidade do reajuste do locativo, acompanhará automaticamente e independentemente de qualquer autorização a menor possível e permitida em lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Todo e qualquer pagamento oriundo deste contrato, será efetuado diretamente ao LOCADOR ou representante legal, mediante cheque nominal.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Se o LOCATÁRIO não efetuar o pagamento do aluguel na data do vencimento, o valor devido será acrescido de multa de 2% (dois por cento) e mais juros de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA QUINTA - DA DISPENSA

Com base no artigo 24, X da Lei 8.666/93, é dispensável a licitação de locação do imóvel por atender as finalidades precípuas do Poder Legislativo Municipal, pois o mesmo encontra-se totalmente adaptado as necessidades dos Senhores Vereadores, inclusive no que se refere à realização das Sessões e na acomodação dos munícipes para o acompanhamento dos trabalhos. Sendo o valor pago compatível com o preço praticado no mercado.

CLÁUSULA SEXTA - ENCARGOS: O Poder Legislativo Municipal pagará integralmente as faturas de água e energia que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel locado.

CLÁUSULA SÉTIMA - O imóvel objeto deste contrato somente poderá ser usado para os serviços do Poder Legislativo Municipal, sendo expressamente vedado qualquer destinação diversa, sob pena da imediata rescisão do presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - O Poder Legislativo Municipal obriga-se a manter o imóvel sempre em perfeitas condições de conservação e limpeza, zelando, particularmente pelas instalações, estrutura e pintura, nas mesmas condições em que recebeu.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O LOCATÁRIO será responsável pela vigilância do imóvel com relação a incêndio, respondendo civil e criminalmente pelo evento, exceto os casos de força maior, conforme o novo artigo do código civil em vigor. Para prevenir responsabilidade dela decorrente, fica autorizado o LOCATÁRIO a contratar com Companhia Seguradora, prêmio de seguro contra incêndio do imóvel ora locado, e renová-lo anualmente, enquanto pendurar a locação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso o imóvel, suas dependências e instalações não forem restituídos nas mesmas condições estipuladas nesta cláusula, o aluguel continuará a ser exigido, até que o Poder Legislativo Municipal cumpra todas as exigências previstas neste contrato.

CLÁUSULA NONA - RECURSOS FINANCEIROS: As despesas decorrentes do presente Contrato serão objeto de empenho global no valor do contrato e correrão à conta dos recursos financeiros conforme dotação classificada e codificada descrita abaixo.

Cód. Red	Un.Orç.	Proj./Ativ.	Elemento Despesa	Compl.do Elemento	Saldo Dotação	Valor Previsto
1	01.01	2.002	3.1.90.92.39.00.00.00	3.1.90.92.39.00.00.00	359.925,00	90.000,00
Total Previsto						90.000,00

CLÁUSULA DÉCIMA - O Poder Legislativo Municipal não poderá fazer no imóvel nenhuma modificação ou obras, inclusive instalações de aparelhos que torne necessárias à modificação de paredes, sem o prévio e expresse consentimento por escrito do locador.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica terminantemente proibido ao Poder Legislativo Municipal ceder ou transferir o presente contrato, bem como sublocar ou emprestar no todo ou em parte, ainda que gratuitamente, o imóvel da presente locação, salvo se houver a expressa autorização por escrito do locador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente contrato considerará-se rescindido nos seguintes casos:

- Transgressão de disposições legais ou infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- Ocorrência de sinistro que venha a tornar o imóvel inabitável ou inutilizável, no todo ou em partes;
- O descumprimento de convenções e condições do regulamento interno do edifício, se existir;
- Desapropriação do imóvel por necessidade ou utilidade pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Quaisquer tolerâncias, concessões ou liberalidades do locador, para o Poder Legislativo Municipal, quando não manifestadas por escrito, não constituirão procedentes intocáveis por estes e não terão a virtude de alterar as obrigações estipuladas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Sem prejuízo da rescisão do contrato, à parte que infringir qualquer de suas cláusulas incidirá na multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de 12 (doze) meses de locação, afora perdas e danos a que se der causa, bem como o pagamento dos honorários advocatícios, desde já ajustados no montante de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, além das custas processuais, caso a pendência venha a alcançar a órbita judicial, mediante ação de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O presente contrato só se considera rescindido depois que o locador vistoriar o imóvel e verificar que foram cumpridas todas as obrigações do Poder Legislativo Municipal, quanto à conservação do imóvel.

PARÁGRAFO ÚNICO

Se houver necessidades de reparos, o Poder Legislativo Municipal os fará às custas no prazo máximo de 20 (vinte) dias, permanecendo sua responsabilidade, quanto ao pagamento dos aluguéis, até a efetiva entrega das chaves ao locador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Elegem as partes o foro da Comarca de Garopaba/SC, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, que é obrigatório para as partes, seus herdeiros e sucessores a qualquer tipo, seja qual for o futuro domicílio dos ora contratantes.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, que leram e acharam conforme, tudo na presença das testemunhas abaixo declaradas e assinadas.

Garopaba(SC), 18 de janeiro de 2010.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Locatário

SÉRGIO PACHECO DE LIMA

CPF: 066.734.809-39

Locador

Testemunhas:

MAURO SANTOS DO NASCIMENTO

1º Secretário

Câmara Municipal Garopaba

CPF: 675.070.429-87

Charlene Pacheco de Lima

CPF: 036.310.629-40

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 4.128, de 19 de Janeiro de 2011.

DECRETO Nº. 4.128, DE 19 DE JANEIRO DE 2011.

ESTABELECE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2011 E DESDOBRA A RECEITA RESPECTIVA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com os artigos 8º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o artigo 14 da Lei Municipal nº 3.256 de 05 de outubro de 2010, e a Lei Municipal nº 3.289, de 20 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso do Município de Gaspar para o exercício de 2011, conforme o que dispõe os anexos I e II, partes integrantes deste Decreto.

Art. 2º A receita prevista para o exercício de 2011 fica desdobrada em metas bimestrais de arrecadação, conforme o anexo III deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de janeiro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Anexos do Decreto nº 4.128/2011**ANEXO I****MUNICÍPIO DE GASPAR****Demonstrativo de Programação Financeira 2011 (LRF ART. 8º)**

Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Saldo Anterior 31/12/10	15.000.000,00	14.754.500,00	11.054.500,00	11.339.500,00	9.679.500,00	7.619.500,00	4.509.500,00	859.500,00	69.500,00	29.500,00	334.500,00	10.802.320,00
RCL	6.350.000,00	6.240.000,00	9.700.000,00	7.870.000,00	7.800.000,00	7.500.000,00	7.360.000,00	9.600.000,00	8.700.000,00	11.050.000,00	69.393.000,00	77.301.105,00
Despesa	6.595.500,00	9.940.000,00	9.415.000,00	9.530.000,00	9.860.000,00	10.610.000,00	11.010.000,00	10.390.000,00	8.740.000,00	10.745.000,00	58.925.180,00	85.764.015,00

Célia Margarete da Costa Souza
Diretora de Orçamento e Gestão

Michael Zimmermann
Secretário de Adm e Finanças

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal



ANEXO II

MUNICÍPIO DE GASPAR

Demonstrativo do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso 2011 (LRF ART. 8º)

R\$ 1,00

Unidades Gestoras	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
CÂMARA	263.500,00	160.000,00	145.000,00	150.000,00	150.000,00	145.000,00	130.000,00	140.000,00	130.000,00	125.000,00	698.500,00	690.000,00	2.927.000,00
Fundação Municipal Esportes	132.000,00	70.000,00	70.000,00	75.000,00	100.000,00	80.000,00	80.000,00	50.000,00	80.000,00	60.000,00	361.680,00	358.000,00	1.516.680,00
Fundo Municipal de Saúde	1.200.000,00	1.350.000,00	1.010.000,00	1.105.000,00	1.000.000,00	1.265.000,00	1.595.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.500.000,00	1.600.000,00	3.085.900,00	16.710.900,00
FMAS	210.000,00	220.000,00	150.000,00	260.000,00	170.000,00	180.000,00	165.000,00	160.000,00	190.000,00	220.000,00	225.000,00	2.099.315,00	4.249.315,00
FIA	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	941.500,00	1.381.500,00
SAMAE	750.000,00	900.000,00	1.000.000,00	900.000,00	900.000,00	900.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	800.000,00	800.000,00	1.000.000,00	1.376.300,00	11.326.300,00
PMG	4.000.000,00	7.200.000,00	7.000.000,00	7.000.000,00	7.500.000,00	8.000.000,00	8.000.000,00	8.000.000,00	6.500.000,00	8.000.000,00	55.000.000,00	77.213.000,00	203.413.000,00
Total	6.595.500,00	9.940.000,00	9.415.000,00	9.530.000,00	9.860.000,00	10.610.000,00	11.010.000,00	10.390.000,00	8.740.000,00	10.745.000,00	58.925.180,00	85.764.015,00	241.524.695,00

Célia Margarete da Costa Souza
Diretora de Orçamento e Gestão

Michael Zimmermann
Secretário de Adm e Finanças

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

**ANEXO III****MUNICÍPIO DE GASPAR****Demonstrativo do desdobramento da Receita em Metas Bimestrais de Arrecadação(LRF ART. 13º)**

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
Especificação da Receita	JAN/FEV 2011	MAR/ABR 2011	MAI/JUN 2011	JUL/AGO 2011	SET/OUT 2011	NOV/DEZ 2011	2011
RECEITA CORRENTE	12.540.000,00	17.520.000,00	15.200.000,00	16.860.000,00	19.550.000,00	85.094.001,99	166.764.001,99
RECEITA DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	100.000,00	100.000,00	200.000,00	61.600.103,01	62.100.103,01
TOTAL	12.590.000,00	17.570.000,00	15.300.000,00	16.960.000,00	19.750.000,00	146.694.105,00	228.864.105,00

Célia Margarete da Costa Souza
Diretora de Orçamento e Gestão

Michael Zimmermann
Secretário de Adm e Finanças

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Aviso de Suspensão da Concorrência Nº 132/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso de Suspensão da Concorrência nº 132/2010

O Município de Gaspar torna público e comunica aos interessados a SUSPENSÃO da Concorrência nº 132/2010, que tem por objeto a pré-qualificação para execução de obras para construção de ponte sobre o rio Itajaí-açu para ligação entre rodovias, inclusive adequação geométrica do sistema viário; que seria realizada no dia 03/02/2010, às 10h30min, em razão da análise mais acurada das impugnações apresentadas. A nova data para abertura do certame será divulgada posteriormente.

Gaspar (SC), 21 de Janeiro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Aviso do Convite Nº 136/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Convite nº 136/2010

O OBJETO é a recuperação do piso da quadra poliesportiva do Ginásio Bela Vista. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 01/02/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 01/02/2011 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 20 de janeiro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

SAMAE

Portaria Nº 01/2011 - SAMAE

PORTARIA Nº 01 DE 03 DE JANEIRO DE 2011

CONCEDE LICENÇA, SEM REMUNERAÇÃO, A SERVIDORA JEANNE ALESSANDRA SANTANA.

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem remuneração à servidora JEANNE ALESSANDRA SANTANA, ocupante do cargo efetivo de Bioquímica (Decreto de Nomeação nº. 368 de 25 de fevereiro de 2004), para tratar de interesse particular, pelo período de 02 (dois) anos, a partir do dia 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2011, revogadas disposições em contrário.

Gaspar (SC), 03 de janeiro de 2011.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação - Edital do Pregão Presencial Nº. 002/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2011.

Objeto: Aquisição de condicionadores de ar tipo split, instalados, conforme edital e anexo. Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: Dia 02 de fevereiro de 2011, às 15:00 horas. Local para retirada do Edital: No setor de licitações sito à Praça 06 de novembro, 01, Centro - Gov. Celso Ramos/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: (48) 3262-0141 Ramal 207.

Governador Celso Ramos, 20 de janeiro de 2011.
MANOEL MARCELO DA CUNHA.
Prefeito Municipal em exercício.

Aviso de Licitação - Edital do Pregão Presencial Nº. 003/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2011.

Objeto: Contratação de empresa para serviço de dedetização e desratização nos C.E.I.\s e escolas da rede municipal de ensino, conforme edital e anexos. Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: Dia 02 de fevereiro de 2011, às 17:00 horas. Local para retirada do Edital: No setor de licitações sito à Praça 06 de novembro, 01, Centro - Gov. Celso Ramos/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: (48) 3262-0141 Ramal 207.

Governador Celso Ramos, 20 de janeiro de 2011.
MANOEL MARCELO DA CUNHA.
Prefeito Municipal em exercício.

Extrato do termo aditivo Nº. 001/2011 ao contrato Nº. 087/2006

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº. 001/2011 AO CONTRATO Nº. 087/2006.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: FORTLUX MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA. OBJETO: É objeto do presente contrato, a contratação de empresa para serviços de manutenção da Rede de Iluminação Pública do Município, conforme anexo I do Edital e como determina o convite nº. 74/2006. CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO: Fica prorrogado o prazo do Contrato original, para até 31 de maio de 2011, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 18 de Janeiro de 2011.
MANOEL MARCELO DA CUNHA.
Prefeito Municipal em exercício.

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 074/2011

PORTARIA Nº 074/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 17 de janeiro de 2011, do servidor ANTONIO PEREIRA DE MORAES (Matr. 226), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas I, Nível/Referência - 4-2/G, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 191/2005, Art.69, § 3º.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 18 de Janeiro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 075/2011

PORTARIA Nº 075/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar a pedido, conforme requerimento em anexo, o Servidor RICARDO HOHMANN CAMINA (Matr. 3230), a partir de 20 de Janeiro de 2011, o qual exercia as funções do Cargo de Médico - ESF, Nível 14, Referência "A", 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 191/2005, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Janeiro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 076/2011

PORTARIA Nº 076/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor IGOR FONTANA DARONCO, (Matr. 2786), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível 13, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido de 23 de junho de 2009 a 22 de junho de 2010, para serem gozadas a partir de 20 de janeiro de 2011 a 18 de fevereiro de 2011, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Janeiro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 077/2011

PORTARIA Nº 077/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 20 de janeiro de 2011, da servidora LILIAN TANIA AMORIN (Matr. 2549), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico - PSF, Nível/Referência - 14-A, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 191/2005, Art.69, § 3º.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 20 de Janeiro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 078/2011

PORTARIA Nº 078/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio, à servidora OLIVIA COSTA, (Matr. 104), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 1/G, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 79, e seus parágrafos, da Lei Complementar Nº. 191/2005, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 30 de dezembro de 2010, para serem gozadas a partir de 20 de janeiro de 2011 a 18 de fevereiro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 20 de Janeiro de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 079/2011

PORTARIA Nº 079/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor ALEXANDER ROVER (Matr. 3255), a partir de 20 de janeiro de 2011 até o término do ano letivo, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, turno matutino e vespertino, para atuar na Assistência Social, junto ao PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Ensino Fundamental, classificado em 2º lugar, aprovado pelo Processo Seletivo 002/2010 - SMECE de 17 de novembro de 2010, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Janeiro de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Imbituba

CÂMARA DE VEREADORES**Extrato Contrato CMI nº 001/2011**

Extrato do Contrato nº 001/2011 (CMI)
Termo Aditivo IV ao Contrato nº 010/2007

Contratante: Câmara Municipal de Imbituba
Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Objeto: Serviços de postagem
Fundamento: Processo Administrativo nº 006/2007
Valor do contrato: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
Vigência: 06/01/2011
Validade: 31/12/2011

Imbituba, 06 de janeiro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Presidente CMI

Extrato Contrato CMI nº 002/2011

Extrato do Contrato nº 002/2011 (CMI)

Contratante: Câmara Municipal de Imbituba
Contratada: Getel Comércio de Máquinas Copiadoras Ltda - ME
Objeto: Locação de uma máquina copiadora
Fundamento: Processo Administrativo nº 001/2011 - Dispensa nº 001/2011
Valor do contrato: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
Vigência: 11/01/2011

Validade: 31/12/2011

Imbituba, 11 de janeiro de 2011.
ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Presidente CMI

Extrato Contrato CMI nº 003/2011

Extrato do Contrato nº 003/2011 (CMI)

Contratante: Câmara Municipal de Imbituba
Contratada: Imbituba Comércio de Derivados de Petróleo Ltda
Objeto: Aquisição, parcelada, de gasolina comum para o veículo oficial da Câmara.
Fundamento: Convite nº 002/2010.
Valor do contrato: R\$ 10.636,00 (dez mil seiscentos e trinta e seis reais).
Vigência: 11/01/2011
Validade: 31/12/2011

Imbituba, 11 de janeiro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Presidente CMI

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL**Decreto N º 2068/2011.**

"ABRE VAGAS PARA OS CARGOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS SOCIAIS, PROFESSOR ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, PARA FINS DE CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO N º 001/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a necessidade de profissionais nas áreas de Serviços Sociais, de Educação e Serviços Gerais, no quadro de pessoal efetivo do Município;

CONSIDERANDO a existência de vagas em aberto para todos os cargos mencionados, no Quadro de Pessoal Efetivo do Município, conforme anexo I da Lei Complementar n º 07/2001, com redação dada pela Lei Complementar n º 044/2009;

CONSIDERANDO a existência de candidatos aprovados no Concurso Público n º 001/2010, em lista de espera, para todos os cargos citados no Artigo 1 º do presente Decreto;

CONSIDERANDO a necessidade da prestação de serviços cada vez mais eficientes e eficazes junto a população do Município:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertas 01 (uma) vaga para o cargo de Auxiliar de Serviços Sociais, 01 (uma) vaga para o cargo Professor de Especialista em Educação Inclusiva, e mais 02 (duas) vagas para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, para fins de convocação através do Concurso Público n º 001/2010.

Art. 2 º - Em razão das vagas abertas através do artigo anterior, deverão ser convocados os próximos candidatos aprovados, constantes da lista de espera do referido Edital do Concurso Público,

para que de acordo com os prazos legais e editais, apresentem a documentação solicitada bem como providenciem os exames exigidos, para fins de nomeação e posse.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis (SC), 20 de janeiro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria Nº. 010/2011

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

PRORROGAR, a contar de 15/01/2011, por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, dada pela Portaria nº 134/2010.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 17 de Janeiro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria Nº. 011/2011

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

PRORROGAR, a contar de 18/01/2011, por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, dada pela Portaria nº 212/2010.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 17 de Janeiro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Dispensa de Licitação Nº 02/2011 PROCESSO Nº 14/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2011

PROCESSO Nº 14/2011

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia elétrica, para executar os serviços no Sistema de Iluminação Pública sob a responsabilidade do Município de Itapoá, composto nesta data de 6.424 (seis mil quatrocentos e vinte quatro) pontos de iluminação pública, incluindo os serviços de manutenção rotineira e de emergência e atendimento de reclamações via call Center e a destinação final de lâmpadas, conforme termo de referencia planilha orçamentaria e cronograma de desembolso.

CONTRATANTE: Município de Itapoá/SC, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

CONTRATADO: ENGECO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, com sede à Rua Presidente Campos Salles, nº 192, Bairro: Glória, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.538.132/0001-07.

VALOR TOTAL R\$: 78.811,41 (setenta e oito mil oitocentos e onze reais e quarenta e um centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado com interesse da administração pública.

BASE LEGAL: Art.24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Itapoá/SC, 21/01/2011.

JACSON ALVES DE ASSUNÇÃO

Presidente da Comissão Permanente da Licitação

ERRATA AO Termo Aditivo Nº 22/2010

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA AO TERMO ADITIVO Nº 22/2010

DISPENSA Nº 06/2009

PROCESSO Nº 13/2009

E R R A T A

O município de Itapoá-SC torna público que do Contrato administrativo firmado com o locatário TÂNIA ANDRADE DA SILVA, aonde consta contrato administrativo nº 53/2009 e Dispensa de Licitação nº 06/2009 - Processo nº 13/2009, lê-se CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/200 e DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2010 - PROCESSO Nº 11/2010. Justificativa os termos desta errata como erro material.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no termo aditivo administrativo.

Itapoá, 12 de janeiro de 2011.

ERVINO SPERANDIO

Município de Itapoá

Prefeito Municipal

VALCI TEREZINHA DE SOUZA

Secretária de Educação

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Homologação PP 02 PL 02/2011-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2011/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 02/2011/FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 02/2011/FMS

Objeto: a contratação de empresa para o fornecimento de oxigênio medicinal destinado aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, para uso nas ambulâncias, bem como para as unidades dos PSF's, CEM e SAMU, durante o exercício financeiro de 2011.

- Empresa Vencedora:

OXIGENIO.COM COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS LTDA.

Valor Total R\$ 140.460,00 (cento e quarenta mil e quatrocentos e sessenta reais).

Contrato nr. 164/2011

- Vigência: 31/12/2011.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 20 de janeiro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Contrato 163/2011 PL 01 PP 01/2011 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 163/2011/FMS
PL 01/2011 FMS - EDITAL PP 01/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA.

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de combustíveis e óleos lubrificantes destinados à manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde e os dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Joaçaba, SC, durante o exercício financeiro de 2011.

VALOR CONTRATO: R\$-100.620,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: ATÉ 31/12/2011.

DATA DE ASSINATURA: 18/01/2011.

Extrato Contrato 163/2011 PL 01 PP 01/2011 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2011/FMS
PL 01/2011 FMS - EDITAL PP 01/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON.

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de combustíveis e óleos lubrificantes destinados à manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde e os dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Joaçaba, SC, durante o exercício financeiro de 2011.

VALOR CONTRATO: R\$-71.750,00.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: ATÉ 31/12/2011.

DATA DE ASSINATURA: 18/01/2011.

Extrato de Termo de Convênio Nº 01/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2011

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC),

CONVENIADO: ROTA DA AMIZADE CONVENTION & VISITORS BUREAU

OBJETO: COOPERAÇÃO PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE FORMA INTEGRADA NA REGIÃO DA ROTA DA AMIZADE, PARA OS ANOS DE 2011 E 2012, PROMOVENDO E DIVULGANDO EM FEIRAS E EVENTOS DIRECIONADOS A COMERCIALIZAÇÃO DE ROTEIROS TURÍSTICOS.

VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2012

JOAÇABA-SC, 06 DE JANEIRO DE 2011.

RAFAEL LASKE PREFEITO

WILSON LUIZ DE MACEDO PRESIDENTE ROTA DA AMIZADE

Extrato de Termo de Convênio Nº 02/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 02/2011

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC),

CONVENIADO: APAS - CENTRO DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS

OBJETO: ESTABELECIMENTO DE BASES PARA A COOPERAÇÃO PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES REALIZADAS.

VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE UM ANO.

JOAÇABA-SC, 06 DE JANEIRO DE 2011.

RAFAEL LASKE PREFEITO

ROBERTO ARMANDO PEDRINI PRESIDENTE DA APAS

Extrato de Termo de Convênio Nº 03/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 03/2011

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC),

CONVENIADO: UNIÃO MUNICIPAL DA MELHOR IDADE DE JOAÇABA(SC)

OBJETO: COOPERAÇÃO FINANCEIRA PARA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS À ENTIDADE: UNIÃO DA MELHOR IDADE DE JOAÇABA, QUE PRESTA SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PARA OS IDOSOS, CONVENIADA COM O MUNICÍPIO. RECURSOS ESTES DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DE DESPESAS DE AÇÕES /ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS GRUPOS DE IDOSOS E, SUAS REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS ESPORTIVOS, RECREATIVOS E CULTURAIS CUJO OBJETIVO SEJA A REPRESENTATIVIDADE DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE UM ANO.

JOAÇABA-SC, 06 DE JANEIRO DE 2011.

RAFAEL LASKE PREFEITO

IRACEMA MILAGRE MARTINS FERRI PRESIDENTE

Extrato de Termo de Convênio Nº 04/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 04/2011

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC),

CONVENIADO: APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAÇABA

OBJETO: COOPERAÇÃO PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES REALIZADAS.

VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE UM ANO.

JOAÇABA-SC, 06 DE JANEIRO DE 2011.

RAFAEL LASKE PREFEITO
CARLOS BRUSTOLIN PRESIDENTE DA APAE

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Homologação Pregão pml.001.2011

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão nº 001/2011

O Prefeito Municipal de Luzerna, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 002/2011, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão

- Objeto: Aquisição de cadeiras e carteiras escolares destinadas a Escola Municipal São Francisco.

Empresa(s) Vencedora(s):

- INDUSTRIA DE MÓVEIS CEQUIPEL PARANÁ

Valor total: R\$ 17.050,00

Luzerna (SC), 21 de janeiro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 2135 de 17 de Janeiro de 2011

DECRETO Nº. 2135 DE 17 DE JANEIRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 61.104,44 (Sessenta e um mil, cento e quatro reais e quarenta e quatro centavos), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 31800 - Transferências do FUNDEB (Aplic. Prof)

R\$ 61.104,44

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2010.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 17 de Janeiro de 2011

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2136 de 17 de Janeiro de 2011

DECRETO Nº. 2136 DE 17 DE JANEIRO DE 2011

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 50.472,40 (Cinquenta mil, quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0506 - GERÊNCIA DE ESPORTES

0506.027.812.270.2090 - Apoio ao Esporte Amador

0506 - 33900000 - Aplicações Diretas

0506 - 32455 - Transferências Convênios do Estado - Outros

R\$ 32.972,40

0506 - 44900000 - Aplicações Diretas

0506 - 32455 - Transferências Convênios do Estado - Outros

R\$ 17.500,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2010.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 17 de Janeiro de 2011

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

Errata Edital Pregão 03.2011

ERRATA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2011

OBJETO: - O presente Pregão tem como objeto a AQUISIÇÃO DE 02 (dois) veículos automotores e 01 (um) triciclo cargo, ZERO KM, ANO E MODELO 2010/2011, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO EM VIGÊNCIA, para ser utilizado pelas Secretarias e Fundos DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC, conforme especificações físicas e técnicas constantes do ANEXO V.

1.1. Onde se ler: Veículo tipo perua, na cor branca, zero km, ano/modelo 2010/2011 ou superior, com porta lateral, com som toca tudo, alarme, trava elétrica, stepe, com todos os equipamentos de segurança exigidos pelas legislações de transito vigentes;

1.2. Leia-se: Veículo tipo perua, COM CAPACIDADE MINIMA DE 12 LUGARES, na cor branca, zero km, ano/modelo 2010/2011 ou

superior, com porta lateral, com som toca tudo, alarme, trava elétrica, stepe, com todos os equipamentos de segurança exigidos pelas legislações de trânsito vigentes;

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 13:45 horas, para abertura às 14:00 horas do dia 03/02/2011.

MENOR PREÇO POR ITEM.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações, Rod. SC 456, Km 15.

HORÁRIO: Das 12:00 às 18:00 horas.

TELEFONE No (0__49) 3546 0194

Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 19 de janeiro de 2011.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato de Prestação de Serviço de Advocacia e Consultoria Jurídica, para Atendimento da Demanda Jurídica do Município de Monte Carlo Nº 0

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA, PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO nº 07/2011.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, com endereço sito ao Paço Municipal, SC 456, Km 19, Centro, Monte Carlo, SC, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, Antoninho Tibúrcio Gonçalves, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Monte Carlo, SC, nos termos da Legislação em vigor, que passa a denominar-se, simplesmente CONTRATANTE; e,

CONTRATADO: CRISTÓVAM & TAVARES ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade civil de advogados regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil/SC, e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob n. 07.131.882/0001-73, com endereço na Avenida Professor Othon Gama D'Eça, 900, sala 611, Florianópolis, SC, CEP n. 88015-240, representada neste ato pelo seu sócio administrador José Sérgio da Silva Cristóvam, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SC n. 16.298, com endereço profissional declinado acima, passando a denominar-se, simplesmente CONTRATADO.

Contratação de serviços de advocacia com especialidade em direito administrativo, para atendimento da demanda jurídica, especialmente no contencioso judicial e administrativo do PROCESSO 2007.003096-3, envolvendo SONHA DE FATIMA AMARAL CONTRA MUNICIPIO DE MONTE CARLO, para defender juridicamente os interesses do Município Junto ao TJ-SC e STJ, conforme documentos anexos ao processo administrativo que deu origem a este termo.

Preço para o presente ajuste é de até R\$ 3.946,98 (três mil, novecentos e quarenta e seis reais, com noventa e oito centavos).

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

Código Reduzido: 111

Unidade: 02.01

Proj. Atividade: 2.004

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00

MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

Monte Carlo, 20 de janeiro de 2011.

Município de Monte Carlo

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Contratante

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 1.852

DECRETO Nº 1.852, de 20 de Janeiro de 2011.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior e dá outras providências.

SEBASTIÃO LIMA DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 430/2010;

Considerando a ocorrência de Superávit financeiro em razão de repasse do contrato 231813-07/2007 MDA PRONAT;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 4.088,84 (quatro mil e oitenta e oito reais com oitenta e quatro centavos), relativos a recursos vinculados, assim consignados:

50.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA TRANSP. OBRAS E MEIO AMBIENTE

50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Atividade 2.021 - Obras e serviços

Elemento de Despesa 4.4.90.06.0024.000000 Aplicações Diretas

.. R\$ 4.088,84

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 4.088,84

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 20 de Janeiro de 2011.

SEBASTIÃO LIMA DOS SANTOS

Prefeito Municipal em exercício.

Edital de Chamamento Público Nº 001/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

Processo Licitatório Nº 006/2011

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2011

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O objeto da presente Chamamento Público consiste no cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino, verba FNDE/PNAE, para o 1º semestre de 2011, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos. Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 03/02/2011

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei 11.947/2009, decreto 6319/2007 e resolução CD/FNDE 038/2009.

Novo Horizonte (SC) em 20 de Janeiro de 2011.

SEBASTIÃO LIMA DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício.

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 3.309, de 03 de Janeiro de 2011.

DECRETO Nº 3.309, DE 03 DE JANEIRO DE 2011.

AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o art. 11 da Lei Municipal nº 1.131, de 15 de junho de 2004 e a Lei Federal nº 6.766/1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área de terra urbana medindo 8.708,39m² (Oito mil setecentos e oito metros e trinta e nove centímetros quadrados), registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 4.361, situado à Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, Município e cidade de Pinheiro Preto, conforme Processo Administrativo nº 010/2010, registrado à fl. 04, do livro 14, requerentes Marlene Tomazzi Orth, Osnir Francisco Orth e Angela Thomazi, Brasileiros, inscritos no CPF nº 433.359.509-68, 310.903.709-20 e 927.930.299-04 respectivamente, residentes e domiciliados à Rua Luiz Argenta, 217, Floresta, Cidade de Videira - SC, formando 01 (uma) parcela autônoma, a saber:

Área Total do RG Nº 4.361: 47.912,50m²

Confrontações:

NORTE: confronta-se com Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, distância de 126,21m;

SUL: confronta-se com Madereira Guzzi Ltda, distância de 30,72m;

LESTE: confronta-se com Lenir Tomazi Varela, distância de 432,01m;

OESTE: confronta-se em dois planos: primeiro com Madereira Guzzi Ltda e segundo com Alexandre Zucco Filho, distância total de 511,42m;

Área 01 a Desmembrar do RG Nº 4.361: 8.708,39m²

Confrontações:

NORTE: confronta-se com Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, distância de 125,83m;

SUL: confronta-se com a Faixa de Dominio da Rodovia SC 303, distância de 115,81m;

LESTE: confronta-se com Lenir Tomazi Varela, distância de 74,95m;

OESTE: confronta-se com Alexandre Zucco Filho, distância de 72,11m;

Relação das Áreas:

Área a Desmembrar; 8.708,39m²

Área Remanescente; 39.204,11m²

Área Total matrícula nº 4.301; 47.912,50m²

Art. 2º Fica a Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará autorizada a efetuar o registro da área fracionada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 03 de Janeiro de 2.011
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 002/2011 - Aasistência Social

Extrato de Contrato Nº 002/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 076/2010

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI, DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, para o ano de 2011, CONFORME ESPECIFICADO NAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO Nº 7/2011 E 8/2011. DOCUMENTO EM ANEXO, PARTE INTEGRANTE DESTES CONTRATO.

Contratado: COMERCIAL STORINNY ME

Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência até 31/12/2011.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 21.300,29 (vinte e um mil e trezentos reais e vinte e nove centavos).

Data e assinatura do contrato: 6 de janeiro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 007/2011 - PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 007/2011 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 075/2010

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO, CONFORME PROJETO BÁSICO EM ANEXO.

Contratado: ACP ASSESSORIA CONTROLE E PLANEJAMENTO CONTABIL LTDA

Prazo de vigência: O presente contato terá vigência a partir de sua assinatura até 31/12/2011.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais).

Data e assinatura do contrato: 04 de janeiro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Edital de Pregão Presencial 010/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 011/2011

Extrato de Edital de Pregão Presencial 010/2011

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço, por item para aquisição de óleo lubrificante e graxa diversos. Recebimento do credenciamento e dos envelopes será no dia 07 de fevereiro de 2011, as 14:00 horas na Prefeitura Municipal, com inicio da sessão publica as 14:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 35231155, e mail - licitacao@portouniao.sc.gov.br e ou liciteportouniao@yahoo.com.br.

Porto União SC, 21 de janeiro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Edital 03/2011 FMS

Prefeitura de Rio do Sul
Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Suprimentos - Setor de Compras
EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2011 FMS

OBJETO: Aquisição de gaze, anestésico e preservativo para uso de diversos setores desta secretaria.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 11:00 horas do dia 04/02/2011.

CREDENCIAMENTO e SESSÃO DE LANCES: As 11:00 horas do dia 04/02/2011, na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, Rua Tuiuti, 154, centro, Divisão de Suprimentos - Setor de Compras, fone (47) 3531 1437, no seguinte horário: das 07:30 às 13:30 horas, pelo e-mail sau.compras@riodosul.sc.gov.br ou no no site www.riodosul.sc.gov.br

Rio do Sul (SC), 21 de janeiro de 2011.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
Secretária Municipal de Saúde

Edital de Intimação de Decisão Proferida em Processo Administrativo

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Rubia Carla Aguiar Confecções ME	06.325.875/0002-20	123475/2010
Rede Feminina de Combate ao Câncer	83.547.828/0001-91	123216/2010
Manoel dos Santos	379.250.599-15	123644/2010
Gilmar Eger	791.582.189-04	123631/2010
Jorge Ledra	498.399.269-34	124145/2010
Bianca Janine Scoz	026.986.829-14	124487/2010

Rio do Sul, 21 de Janeiro de 2011.

EUGÊNIO VICENZI
Secretário Municipal da Fazenda

LEONICE WITTE
Protocolo Geral

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 0014/2011

PORTARIA Nº. DP0014/2011

"NOMEIA COORDENADORA DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº16/2010 de 23/12/2010, Anexo I, Quadro de Pessoal do Município,

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica nomeada para o cargo de Coordenadora do Ensino Fundamental, cargo em comissão, nível CC-4, com 40 horas semanais, a partir de 01/01/2011 a Srta. JUSSARA GETASSI.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, 03 de Janeiro de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria 0015/2011

PORTARIA Nº. DP0015/2011

"NOMEIA DIRETORA GERAL DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº16/2010 de 23/12/2010, Anexo I, Quadro de Pessoal do Município,

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica nomeada para o cargo de Diretora Geral de Planejamento, cargo em comissão, nível CC-2, com 40 horas semanais,

a partir de 01/01/2011 a Srta. SIBELE S. GAIO.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de Janeiro de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria 001/2011

PORTARIA Nº. DP0001/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 016/10 de 23/12/2010.

RESOLVE:

Artigo 1º. Admitir a Srta. BRUNA ROHDEN DE LUCCA, para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura na função de Nutricionista, 30 horas, conforme Contrato Temporário n.º 001/2011.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de Janeiro de 2011

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria 0010/2011

PORTARIA Nº. DP0010/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr.(a) RENATA MANENTI, do cargo de Professora.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de janeiro de 2011

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria 0011/2011

PORTARIA Nº. DP0011/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr.(a) BRUNO DE PAULA BARBOZA, do cargo de Professor.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de janeiro de 2011

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria 0012/2011

PORTARIA Nº. DP0012/2011

"NOMEIA DIRETORA GERAL DE DEPARTAMENTO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº16/2010 de 23/01/2010, Anexo I, Quadro de Pessoal do Município,

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica nomeada para o cargo de Diretora Geral de Planejamento, cargo em comissão, nível CC-2, com 40 horas semanais, a partir de 01/01/2011 a Srta. LUCIANA HOELTGEBAUM.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de Janeiro de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria 0013/2011

PORTARIA Nº. DP0013/2011

"NOMEIA DIRETOR DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº16/2010 de 23/12/2010, Anexo I, Quadro de Pessoal do Município,

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica nomeada para o cargo de Diretor de Esportes e lazer, cargo em comissão, nível CC-3, com 40 horas semanais, a partir de 01/01/2011 o Sr. ANDERSON LEBET.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente

portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de Janeiro de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria 0016/2011

PORTARIA Nº. DP0016/2011

"NOMEIA COORDENADOR DE LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº16/2010 de 23/12/2010, Anexo I, Quadro de Pessoal do Município,

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica nomeada para o cargo de Coordenador de Limpeza Urbana, cargo em comissão, nível CC-6, com 40 horas semanais, a partir de 01/01/2011 a Sr. DARCI ANTONIO SERIGHELLI

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de Janeiro de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria 0017/2011

PORTARIA Nº. DP0017/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr.(a) BRUNA ROHDEN DE LUCCA, do cargo de Administradora de Nutricionista.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 24 de janeiro de 2011

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria 0018/2011

PORTARIA Nº. DP0018/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr.(a) DIEGO BUZANELLO FABRIS, do cargo de medico.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 24 de janeiro de 2011

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria 0019/2011

PORTARIA Nº. DP0019/2011

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso-SC em exercício, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr.(a) CLEDI WIEZOREK ALTENBURGER, do cargo de Psicologa.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 17 de Janeiro de 2011

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

em exercício

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria 002/2011

PORTARIA Nº. DP0002/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr.(a) MINEIA MAFIOLETI, do cargo de Professora.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de Janeiro de 2011

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria 0020/2011

PORTARIA Nº. DP0020/2011

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso-SC em exercício, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 120 dias de Licença Gestante, no período compreendido de 18 de Janeiro de 2011 a 17 de Maio de 2011, a funcionária pública MAGDA CRISTINA DONADELI GEMELLI, de acordo com atestado médico parte integrante desta portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 18 de Janeiro de 2011.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Em exercício

LUCIANA HOELTGEBaum

Responsável pelo Setor de

Recursos Humanos

Portaria 003/2011

PORTARIA Nº. DP0003/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr.(a) MARISTELA DOS SANTOS, do cargo de Zeladora.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de Janeiro de 2011

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBaum

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria 004/2011

PORTARIA Nº. DP0004/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeita Municipal de Salto Veloso-SC em exercício, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr.(a) TIAGO VIGOLO, do cargo de Professor.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de Janeiro de 2011

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBaum

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria 005/2011

PORTARIA Nº. DP0005/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr.(a) PATRICIA KASTELLER, do cargo de Professora.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de Janeiro de 2011

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBaum

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria 006/2011

PORTARIA Nº. DP0006/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr.(a) JUSSARA GETASSI, do cargo de Auxiliar Administrativo.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de Janeiro de 2011

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBaum

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria 007/2011

PORTARIA Nº. DP0007/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr.(a) LUCIANA HOELTGEBaum, do cargo de Administradora de Ensino fundamental.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de janeiro de 2011

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBaum

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria 008/2011

PORTARIA Nº. DP0008/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr.(a) LILIANE APARECIDA DE MELLO, do cargo de ZELADORA.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de janeiro de 2011

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria 009/2011

PORTARIA Nº. DP0009/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr.(a) ANDERSON LEOBET, do cargo de Coordenador de Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de janeiro de 2011

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

Prefeitura De Salto Veloso - SC

Contratante: Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC

Contratado: Controller Tecnologia e Sistemas de Informação LTDA ME

Objeto: Locação de Sistema de Gestão Escolar

Contrato: 008/2011

Valor: 3.002,04 reais

Vigência: retroativo a 01/01/2011 até 31/12/2011.

Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 21 de janeiro de 2011.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal e.e

São Pedro de Alcântara**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria 46.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 046/2006

Prorroga a Licença para tratamento de saúde do funcionário PAULINO DA SILVA, ocupante do Cargo de Coordenador de Serviços Públicos.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 96, da Lei Complementar 05/97,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a licença para tratamento de saúde do funcionário PAULINO DA SILVA, pelo período de 19/01/2011 até o dia 31/07/2011, conforme decisão da perícia do Ministério da Previdência Social (INSS).

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de janeiro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 47.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 047/2011

NOMEIA, DÁ POSSE E DETERMINA O INÍCIO DO EXERCÍCIO DE JAQUELINE PFLEGER PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município bem como da Lei Complementar n.º 41/2007 e Lei Complementar 63/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear JAQUELINE PFLEGER para o cargo de Agente Comunitário de Saúde - PSF, na área Campo de Demonstração - Santa Filomena, vencimento inicial de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), carga horária semanal de 40 horas, em virtude de sua classificação n.º. 01 no Concurso Público Municipal - Edital n.º 001/2010, homologado em 29 de dezembro de 2010.

Art. 2.º- Neste mesmo ato dá-se POSSE a servidora acima nomeada.

Parágrafo único. A servidora aqui nomeada e empossada entre em exercício neste dia 19/01/2011.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de janeiro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 48.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 048/2011

Admite em Caráter Temporário DAIANY CRISTINA HOFFMANN para o Cargo de Agente de Saúde do Programa Saúde da Família - PSF.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, DAIANY CRISTINA HOFFMANN para o Cargo de Agente de Saúde do Programa Saúde da Família - PSF, contrato de trabalho nº. 006/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de janeiro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 49.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 049/2011

Admite em Caráter Temporário JULIANA HILLESHEIM NUNES para o Cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, JULIANA HILLESHEIM NUNES para o Cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica, contrato de trabalho nº. 007/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de janeiro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Pregão Presencial Nº 04/2011 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201.

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/ SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2011 - PMS

PROCESSO Nº. 09/2011-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de operadora de telefonia móvel local de sistema GSM, para prestação de serviço móvel pessoal - SMP, com o fornecimento aproximadamente de 9.600 minutos mensais locais e longas distância e tarifa zero para linhas do grupo com minutos indeterminados, conforme anexo, para um grupo de 66 aparelhos celulares, com expansão ou redução de minutos e aparelhos, tipo pós-pago, disponibilizados em regime de comodato devidamente habilitados com abrangência em todo território nacional, para uso da Prefeitura de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 04 de fevereiro de 2011 às 14h.

Abertura do Processo: 04 de fevereiro de 2011 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 24 de janeiro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Registro de Preços no 05/2011 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201.

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/ SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS No 05/2011 - PMS

PROCESSO Nº. 10/2011-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos

alimentícios destinados à merenda escolar das Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 03 de fevereiro de 2011 às 14h.

Abertura do Processo: 03 de fevereiro de 2011 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 24 de janeiro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 2/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 2/2011-PMS

Processo nº. 2/2011 - FMS - Dispensa de Licitação nº. 1/2011 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CLINIVITA SOCIEDADE SIMPLES, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.856.415/0001-85, estabelecida a rua Arthur Muller, nº. 105, Centro, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89251-590.

Objeto: Contratação de entidades prestadoras de serviços em Cardiologia, com avaliação de diagnóstico e tratamento das doenças cardiovasculares para os pacientes que estão na fila de espera do Sistema Único de Saúde (SUS) da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

- 30 (trinta) consultas em Cardiologia, com avaliação de diagnóstico e tratamento das doenças cardiovasculares e pré-operatório para os pacientes que estão na fila de espera do Sistema Único de Saúde (SUS).

Valor do contrato: R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), sendo o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a consulta.

Data da Assinatura: 21/01/2011 - Vigência: 21/07/2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Edital de Praça Nº 01/2011 - Rua Erich Froehner

EDITAL DE PRAÇA Nº 01/2011

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de Santa Catarina,

representado por seu Prefeito, Senhor Felipe Voigt, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 001/95, Código Tributário Municipal de Schroeder e demais legislações pertinentes, através do presente edital, torna público, e notifica os senhores proprietários, que executará o lançamento legal da Contribuição de Melhoria, dos valores referentes a Pavimentação Asfáltica da Rua Erich Froehner, Bairro Schroeder I, abrangendo no Trecho 01 - estaca OPP até estaca 132 - extensão = 2.640,00m, perfazendo uma área total de 26.400m² e Trecho 02 - estaca OPP até estaca 88 + 6,81m - extensão= 1.766,81m, perfazendo uma área total de 17.668,100m², ficando assim determinado.

I - DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS:

Está sendo beneficiada a seguinte rua:

Rua Erich Froehner, Bairro Schroeder I, perfazendo uma área total de 44.068,10m² nos seguintes trechos:

Trecho 01 - estaca OPP até estaca 132 - extensão = 2.640,00m, perfazendo uma área total de 26.400m² e;

Trecho 02 - estaca OPP até estaca 88 + 6,81m - extensão= 1.766,81m, de acordo com os projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do instrumento convocatório, conforme projeto, memorial descritivo e relação dos imóveis na tabela abaixo.

II - MEMORIAL DESCRITIVO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ERICH FROEHNER BAIRRO SCHROEDER I.

O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES na Rua Erich Froehner, Bairro Schroeder I, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

MEMORIAL DESCRITIVO TRECHO 01 E TRECHO 02 DA RUA ERICH FROEHNER

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ERICH FROEHNER - TRECHO 01 - ESTACA OPP ATÉ ESTACA 132 - EXTENSÃO = 2.640,00 METROS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O presente caderno tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES na RUA ERICH FROEHNER, TRECHO 1, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

NORMAS GERAIS DE TRABALHO

GENERALIDADES

ABREVIATURAS

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de Schroeder.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR - Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira.

TERMOS

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e

obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer

signalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMG.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letrero "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas

de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
SERVIÇOS PRELIMINARES
PLACA DA OBRA

OBJETIVO

Identificar de maneira clara e objetiva as obras.

MATERIAIS

SUPORTE

Chapas planas com material resistente as intempéries; ou, Chapas metálicas galvanizadas.

PINTURA

Tinta a óleo, ou;

Tinta esmalte.

EXECUÇÃO

A placa possuirá tamanho mínimo de 3,00mx1,50m, sendo que o seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas oportunamente pela PMS.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

Será medida na quantidade de placas instaladas na obra.

PAGAMENTO

Será pago após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução do fornecimento e instalação da placa de obra.

SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes: Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matações ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida. A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores

conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

As massa excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objeto de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, são ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.

Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes: Os serviços serão medidos em m³ executados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

REFORÇO DO SUB-LEITO

GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do sub-leito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte.

Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

Os materiais deverão ter ISC \square 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

motoniveladora;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o sub-leito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do sub-leito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

A camada de reforço do sub-leito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;

Cotas : +/- 0,02 m das cotas do projeto;

Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : +/- 5% da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do sub-leito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

PAVIMENTAÇÃO

REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do sub-leito da via a pavimentar, compreendendo cortes a aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do sub-leito serão os do próprio sub-leito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução

da regularização :

Trator com lâmina frontal;

Carregador frontal;

Caminhões basculantes;

Motoniveladora pesada, com escarificador;

Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

carro-tanque com barra distribuidora de água;

grade de discos;

pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do sub-leito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto.

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 20 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 2 cm em relação as cotas de projeto;

± 5 cm quanto a largura da plataforma.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do sub-leito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material de jazida a ser usado deverá apresentar capacidade de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

Tratores de lâmina;

Escavo-transportadores;

Caminhões basculantes;

Moto-niveladoras;

Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção

transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de ± 2% em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, GC > 100%, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 10cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;

± 10%, quanto a espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo

PENEIRAS	FAIXA				
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou

igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%; a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira nº 40; o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e com a energia do método DNER-ME 48-64. O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja a fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

motoniveladora pesada, com escarificador;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

pulvi-misturador

central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações de espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais importados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado +/- 2 %.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução do reforço do subleito, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

+/- 10 cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de +/- 2 cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o

revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

IMPRIMAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;

promover condições de aderência entre a base e o revestimento; impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de

aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

CONTROLE

Quantidade de material consumido.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA "C"

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhado e comprimido à quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos: cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;

índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas			Tolerâncias fixas de projeto
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	+/- 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	+/- 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	+/- 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	+/- 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	+/- 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	+/- 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	+/- 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	+/- 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	+/- 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	+/- 2%
		4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	
Betume solúvel no CS2 (+) %		Camada de ligação	Camada de ligação e rolamento	Camadas de rolamento	+/- 0,3%

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário,

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá

ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de ± 5 %) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para a frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 +/- 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5, para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, consequentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de::

para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m³ (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, ± 0,3%, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

do agregado, no silo quente da usina;

do ligante, na usina;

da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de +/- 5 °C das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de +/- 5 °C.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.

Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-provas extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estações da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder ± 5 cm.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 Bristish Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental como extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m^3 através da mistura efetivamente aplicada na pista.

PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos.

O preço unitário remunerará os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

DRENAGEM PLUVIAL

DISPOSIÇÕES GERAIS

Os serviços e obras deverão obedecer as plantas, desenhos, detalhes contidos no projeto de drenagem pluvial e aos demais elementos que a FISCALIZAÇÃO venha a fornecer.

Eventuais divergências entre os elementos do projeto constataados pela Contratada, deverão ser imediatamente levadas ao

conhecimento da FISCALIZAÇÃO para os devidos esclarecimentos. Todos os aspectos particulares do projeto serão em ocasião oportuna detalhados pela FISCALIZAÇÃO.

Durante o andamento das obras a CONTRATADA deverá manter, tanto quanto possível o local de trabalho livre de obstáculos, detritos, etc, enfim tudo que restrinja a liberdade de ação ou contrarie as normas de higiene e segurança do trabalho.

Terminados os serviços e antes da entrega definitiva da obra, a CONTRATADA deverá remover do local todos os materiais, equipamentos e quaisquer detritos provenientes dos serviços realizados. A CONTRATADA deverá observar a legislação brasileira, bem como as Normas Gerais de Trabalho.

A CONTRATADA não poderá interromper o funcionamento de qualquer serviço de utilidade pública. Para isso deverá proteger, envidando todos os esforços e meios possíveis, a plena integridade das instalações relacionadas com tais serviços (água, energia elétrica, telefonia, etc...).

Correrá por conta da Contratada, a reparação de todos os danos causados às propriedades e utilidades públicas, devidos à imperícia ou imperfeição na execução dos serviços. Esses danos deverão ser reparados no menor prazo possível.

A execução dos serviços deverá ser plenamente protegida contra o risco de acidentes com o próprio pessoal e com terceiros.

A CONTRATADA será responsável por qualquer dano causado a terceiros.

A CONTRATADA colocará, no local da obra, sinalização adequada, constituída de cavaletes, bandeiras vermelhas, placas etc..., que deverão estar de acordo com as instruções e orientações determinadas pelo Departamento de Trânsito.

O esquema de sinalização para proteção da obra e orientação dos usuários deverá ser aprovado, primeiramente, pelo Departamento de Trânsito.

Quando, por qualquer motivo, os serviços forem suspensos, a CONTRATADA continuará responsável pela manutenção de todo o material existente no local e pela segurança do canteiro de serviços contra acidentes com veículos e pessoas.

INÍCIO DOS SERVIÇOS

Após a autorização emitida pela FISCALIZAÇÃO e nada havendo em contrário, a CONTRATADA iniciará os trabalhos dando prioridade para realização dos serviços topográficos.

Deverão ser locadas as plataformas das ruas e nos eixos destas, colocadas estacas de madeira, distanciadas entre si de 20 (vinte) metros.

Também, serão fixadas estacas de madeira nos locais previstos para poços de visita, caixa cega, caixas de inspeção, bocas de lobo, etc.

Ao longo dos serviços topográficos serão observadas as diretrizes básicas do projeto com relação aos greides (declividades longitudinal e transversal) e sentido de escoamento das águas pluviais.

DRENAGEM PLUVIAL

OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo e poços de visita, destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou de concreto.

Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões,

declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL

TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-9794.

Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

Geotêxtil

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

Argamassa de rejuntamento

Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Recomenda-se, no mínimo, os seguintes equipamentos:

Caminhão basculante;

Caminhão de carroceria fixa;

Betoneira ou caminhão betoneira;

Motoniveladora;

Pá carregadeira;

Rolo compactador metálico;

Retroescavadeira ou valetadeira;

Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

Serra elétrica para formas;

Vibradores de placa ou imersão.

EXECUÇÃO

GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER- ES 284/97.

Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-9794. No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto.

Nas áreas trafegáveis a tubulação será assente em berço de concreto.

O assentamento dos tubos poderá ser feito sobre berço de concreto ciclópico com 30% de pedra-de-mão, lançado sobre o terreno natural, quando este apresentar condições de resistência adequadas, adotando-se (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos:

Serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa. Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamentos indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterro as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita e as saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobrelargura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo.

As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa. As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recocado ou tijolo de concreto, assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da grelha.

A grelha deverá ser de ferro fundido e deverá ter as dimensões e formas fixadas no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carregados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores.

As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto.

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se o lastro com concreto magro dosado para resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

Após a execução do lastro, serão instaladas as formas das paredes da câmara de trabalho e os tubos convergentes ao poço.

Em seguida procede-se à colocação das armaduras e a concretagem do fundo da caixa, com a conseqüente vibração, utilizando-se concreto com (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

Concluída a concretagem das paredes, será feita a desmoldagem, seguindo-se, a colocação da laje pré-moldada de cobertura da caixa executada com concreto dosado para (fckmin), aos 28 dias de 22MPa, sendo esta provida de abertura circular com a dimensão da chaminé.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixada a tampa.

A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa.

No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem.

O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetta de material energicamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e acabamento do concreto será feito mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida.

A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

Quando especificado no projeto será aplicado revestimento vegetal de forma complementar no material apiloado contíguo ao dispositivo.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMG.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes

elementos:

local da aplicação, extensão e largura;

dimensões das faixas;

espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;

outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;

b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorrefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

No caso de serem exigidas microesferas de vidro, a sua aplicação deve ser feita na proporção de:

tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

tipo "drop-on" - mínimo de 200g/m².

No caso de serem exigidas microesferas de vidro tipo "drop-on" (II) a sua aplicação deve ser feita mecânica e simultaneamente com a tinta, na proporção especificada.

A espessura úmida de material a ser aplicado deve estar entre 0,4mm a 0,6mm, a ser obtida de uma só passada da máquina sobre o pavimento.

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, não exercer qualquer ação que danifique o

revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

b) nome comercial e/ou numeração;

c) cor da tinta : branca ou amarela;

d) referência quanto a natureza química da resina;

e) data da fabricação;

f) prazo de validade;

g) identificação da partida de fabricação;

h) nome e endereço do fabricante;

i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

Os tipos de tintas empregadas na sinalização horizontal, podem ser:

tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

acrílica;

vinílica.

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

Classificam-se quanto ao seu tipo em:

"innermix" - as incorporadas aos materiais termoplásticos, durante sua fabricação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície da película aplicada, quando tornam-se expostas;

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando tornam-se expostas;

"Drop-on" - aplicadas por aspersão, concomitantemente com a tinta ou com material termoplástico, de modo a permanecer na superfície da película aplicada, fornecendo retrorrefletorização

imediatamente.

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

No caso de adição de microesferas de vidro tipo "pré-mix", pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto; a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

consumo dos materiais;

espessura do material aplicado;

tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;

dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);

linearidade das faixas;

temperatura de aquecimento do material termoplástico;

sinalização para o serviço de obras;

atendimento ao projeto de sinalização;

retrorefletorização integral das faixas, sinais, etc...

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização horizontal serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m².

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na execução da pintura acrílica de piso serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

SINALIZAÇÃO VERTICAL

OBJETIVO

Este item estabelece a sistemática a ser adotada na implantação da sinalização vertical, abrangendo o recebimento de materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

Sinalização vertical - processo de sinalização constituído por dispositivos montados sobre suportes, no plano vertical, fixos ou móveis, por meio dos quais são fornecidas mensagens de caráter permanente e, eventualmente variáveis, através de legendas ou símbolos, com propósito de regulamentar, advertir ou indicar, uso das vias pelos veículos e pedestres da forma mais segura e eficiente, visando o conforto e segurança do usuário e melhor fluxo do tráfego.

Placas de sinalização - dispositivos para controle de trânsito, verticais ao lado ou sobre a pista, transmitindo mensagens fixas e eventualmente móveis mediante símbolos, ou legendas previamente conhecidas e legalmente instituídas, visando regulamentar, advertir ou indicar quanto ao uso das vias, pelos veículos e pedestres de forma mais segura e eficiente.

Painéis - dispositivos especiais constituídos por chapas metálicas com mensagens visando segurança e melhor fluxo de tráfego, suspensas sobre a rodovia por meio de estruturas adequadas.

MATERIAIS

As placas de sinalização são constituídas de chapas metálicas ou de BMC (resina plástica reforçada) cortadas nas dimensões do projeto e material de acabamento. As formas e cores das placas de sinalização estão especificadas no anexo II do regulamento do Código Nacional de Trânsito ou explicitadas no projeto.

CHAPAS METÁLICAS

As chapas, após cortadas nas dimensões finais, tem os cantos arredondados, exceto as placas octogonais.

São submetidas a uma decapagem por processo químico a fim de proporcionar boa aderência à película de tinta. Qualquer que seja o processo de decapagem, as placas devem ser suficientemente lavadas e secas em estufas de modo a remover qualquer resíduo de produto químico. As chapas são confeccionadas em aço laminado a frio números 14 e 16. A chapa número 14 destina-se à execução de sobplacas de dimensões (40x60) cm. Para as demais dimensões de placas, a chapa usada é a número 16.

PLACAS REFLETIVAS

A chapa metálica possuirá uma demão de "wash-primer", à base de cromato de zinco, se for alumínio, ou uma demão de "Primer" à base de Époxi, se for de aço. A face principal da placa é executada em película com esferas inclusas, não apresentando rugas, bolhas ou cortes. O verso da placa recebe uma demão de tinta esmalte sintético na cor semi-fosca.

SUPORTES

O suporte n.º 1 é um poste de 3,0m para placas de Regulamentação, Advertência e Indicativas de Serviços Auxiliares.

Os postes são confeccionados de tubo de aço galvanizado de dimensões Ø 11/2"x 3,0m e parede de 0,3cm. Possuem as extremidades superiores fechadas por tampa soldada de aço galvanizado de espessura 3/16", 2(duas) aletas de aço galvanizado de dimensões 3/16x5x10cm, soldados com ângulo de 180º entre si a 5

cm das extremidades inferiores e 2(dois) furos de Ø 8,5 mm com eixos paralelos distantes das extremidades superiores de 3 cm e 36 cm, respectivamente.

Equipamento

Os equipamentos utilizados na implantação da sinalização vertical, são:

Caminhão Munck (para as placas suspensas);

Prumo;

Escavadeira manual;

Execução

LOCAÇÃO

As placas deverão ser posicionadas seguindo as indicações do projeto.

COLOCAÇÃO DO POSTE

É feita através de uma primeira camada de concreto-magro de seção circular de Ø 30 cm por 30 cm de profundidade e uma segunda camada de aterro socado com pedras que após o acabamento do piso deve totalizar 30 cm. A colocação dos postes deverão estar alinhadas vertical e horizontalmente.

COLOCAÇÃO DA PLACA

É fixada através de 2(dois) parafusos galvanizados de cabeça francesa Ø 5/16x2/1/2' com arruelas e porcas sextavadas. A colocação dos postes deverão estar alinhadas vertical e horizontalmente.

CUIDADOS NA COLOCAÇÃO

Os serviços deverão ser executados sem causar prejuízo para a circulação de veículos no sistema viário. A firma executante deverá verificar previamente as condições de "campo" do local indicado no projeto. As interferências subterrâneas e aéreas deverão ser observadas visando uma perfeita instalação e uma boa visualização da sinalização da sinalização. As seguintes condições de "campo" deverão ser observadas antes de iniciar os serviços:

Posição de caixas de inspeção de redes elétricas e telefônicas, incluindo suas prováveis tubulações.

Posição dos poços de visita, bocas de lobo, etc., de redes de esgoto e pluvial, incluindo suas prováveis tubulações.

Posição de caixas de registros, hidrantes de rede d'água, incluindo suas prováveis tubulações poços de visita, bocas de lobo, etc., de redes de esgoto e pluvial, incluindo suas prováveis tubulações.

Posição dos postes da rede elétrica, telefônica e iluminação pública.

Posição da altura da fiação elétrica e telefônica, bem como de luminárias.

Posição de árvores e arbustos.

Posição de marquises e estruturas destinadas à propaganda dos edifícios circunvizinhos.

Posição dos rebaixamento de meio-fio.

As perfurações executadas e prejudiciais pelas interferências, deverão ser reaterradas e recomposto o piso original do local, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

O danos causados às redes de concessionárias, órgãos públicos ou terceiros correrão por ônus e sob responsabilidade da firma executante.

INSPEÇÃO

Controle do Material

Cada elemento da sinalização vertical deverá ser observado quanto ao atendimento das características prescritas no capítulo condições específicas desta Norma.

Não devem ser utilizados placas amassadas e/ou arranhadas.

Controle de Execução

Localização, tipos e dimensões da sinalização.

Eventual obstrução à visibilidade da sinalização.

Condição da fundação para fixação da estrutura de suporte em concreto de cimento Portland, nas dimensões e resistência previstas.

Altura da sinalização em relação à superfície do pavimento.

Fixação dos suportes e da sinalização.

Necessidade de substituição de placas de sinalização por avarias quaisquer.

Tipo de película utilizada.

Sinalização adequada para os serviços de implantação.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de Sinalização Vertical serão medidos através da quantidade de placas implantadas, para cada tipo.

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na colocação de placa de regulamentação serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

TACHÃO BI-DIRECIONAL E TACHINHA

OBJETIVO

A execução dos serviços será feito segundo estas especificações de serviço, ou nos casos omissos, será resolvido pela FISCALIZAÇÃO.

A mão de obra deverá ser experiente e o acabamento de acordo com as presentes especificações. Todos os serviços deverão seguir rigorosamente as normas técnicas em vigor.

MATERIAIS

Todos os materiais deverão satisfazer rigorosamente estas especificações, e somente serão utilizados na obras após examinados pela fiscalização. Todos os materiais deverão ser depositados em áreas adequadas de modo a permitir a separação dos diversos tipos e dimensões e também, mantê-los limpos.

A fiscalização se reserva o direito de solicitar da contratada ensaios de materiais, previstos na ABNT, quando se fizer necessário.

A PEÇA RESISTENTE

É confeccionada em material a base de resinas e filerizantes mineiros, possuindo estrutura de reforço e de ancoramento. O material deve ser de cor amarelo-branco de acordo com os padrões de sinalização, e não pode apresentar descoloração ou adesão de sujeiras por efeito do tráfego ou intempéries.

A estrutura de reforço e de ancoramento é composta de chapas de aço 1010-1020 e dois parafusos galvanizados. Em nenhum ponto da peça a estrutura de reforço poderá ficar a menos de 10 mm da superfície externa.

O ADESIVO PARA FIXAÇÃO

As características físico-químicas será de tal ordem que permita a colocação das peças na pista com uma folga de tempo de 10 a 15 min.. A cada 8 peças ou fração, corresponderá a 1 kg de adesivo. A viscosidade da mistura permitirá a aplicação através de espátula. Endurecida, a mistura apresentará uma resistência a tração, ao corte e ao esmagamento superior da peça, apresentando uma aderência perfeita

TACHÃO REFLETIVO BIDIRECIONAL

Possuirá 2 (duas) placas refletivas opostas em 180º, incrustadas e coladas nos rebaixos de ambas as faces trapezoidais frontais.

EXECUÇÃO

LIMPEZA DA PISTA

Constará de:

- Varredura completa da pista, para retirada de detritos maiores;
- Limpeza da pista com a utilização da caminhão pipa, para uma lavagem com água.

LOCAÇÃO DA OBRA

Após os serviços preliminares será procedida a locação de toda a obra seguindo rigorosamente as indicações do projeto.

APLICAÇÃO DO TACHÃO

A aplicação será de tal ordem que permita a colocação das peças na pista com uma folga de tempo de 10 a 15 min, a liberação do tráfego sobre os elementos colocados será de 45 a 50 minutos após a colocação da peça.

MEDIÇÃO

A colocação do tachão será medido pela quantidade de tachões colocados.

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na colocação de placa de regulamentação serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

**OBRAS COMPLEMENTARES
EXECUÇÃO DE MEIOS-FIOS****OBJETIVO**

Esta especificação tem por objetivo fixar as características exigidas para os meios-fios de concreto pré-moldados e o método de assentamento a serem empregados nas obras viárias do Município de SCHROEDER.

Conceituar-se-á como meio-fio peça prismática retangular de dimensões e formatos adiante discriminados, destinada a oferecer solução de descontinuidade entre a pista de rolamento e o passeio ou acostamento da via pública.

MATERIAIS

Os meios-fios serão de concreto moldados no local, e modelo e dimensões conforme projeto.

EQUIPAMENTOS

Serão empregados os seguintes equipamentos :

Ferramentas manuais, tais como alavancas, pás, picaretas, etc;
Soquetes manuais, com diâmetro da área de 6 a 8 cm de peso de 4kg.

EXECUÇÃO

Compreenderá o assentamento do meio-fio.

Assentamento

As alturas e alinhamentos dos meios-fios serão dados por um fio de nylon esticado com referências topográficas não superiores a 20,00 m nas tangentes horizontais e verticais e 5,00 m nas curvas horizontais ou verticais.

Nos encontros de ruas – esquinas – e sempre que as condições topográficas permitirem, a marcação de pequenos raios horizontais deverá ser feito com cintel.

Para acerto das alturas dos meios-fios, o enchimento entre esses e a base deverá ser feito com material incompreensível, tais como, pó-de-pedra, areia ou argamassa de cimento e areia.

MEDIÇÃO

A confecção meio-fio pré-moldado será medida através da quantidade de executadas em metros lineares.

PAGAMENTO

A confecção meio-fio pré-moldado será paga após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a confecção meio-fio pré-moldado.

EXECUÇÃO DE ATERRO ATRÁS DO MEIO FIO COM MATERIAL DE JAZIDA**OBJETIVO**

Esta Norma apresenta a sistemática a ser adotada na execução de aterros atrás de meio-fio com material de jazida. São também apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução, controle da qualidade e os critérios para aceitação, rejeição e medição dos serviços e pagamentos.

MATERIAIS

O material empregado será constituído por solo livre de terra vegetal, matéria orgânica ou substâncias estranhas ou prejudiciais. A exploração de qualquer jazida deverá ser precedida da remoção da camada de terra vegetal ou qualquer outro material prejudicial que a encobrir.

Todo o material impróprio ou prejudicial que por inobservância destes preceitos for colocado no passeio, deverá ser retirado, correndo os encargos de tal colocação e remoção por conta da Contratada.

EQUIPAMENTO

O equipamento mínimo indispensável à execução do aterro dos passeios deverá constar de rolo vibratório tandem leve, caminhão-tombadeira para o transporte dos materiais de jazida, bem como outras ferramentas comumente empregadas em serviços deste tipo.

EXECUÇÃO

Após a conclusão da pavimentação da pista de rolamento, será feito o aterro dos passeios, com emprego de solo estabilizado na espessura suficiente para atingir o greide de projeto e largura definida no projeto.

O solo selecionado deverá ser compactado a 95% do ensaio Normal de compactação.

MEDIÇÃO

O aterro será medido através da quantidade de executada em metros cúbicos.

PAGAMENTO

A confecção do aterro será paga após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a confecção do reaterro.

OBRAS: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ERICH FROEHNER – TRECHO 02 - ESTACA 0PP ATÉ ESTACA 88 + 6,81 METROS – EXTENSÃO = 1.766,81 METROS

SUMÁRIO**APRESENTAÇÃO**

O presente caderno tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES na RUA ERICH FROEHNER, TRECHO 2, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

NORMAS GERAIS DE TRABALHO

GENERALIDADES**ABREVIATÓES**

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de Schroeder.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR – Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira.

TERMOS

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico,

plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMG.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis

para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

SERVIÇOS PRELIMINARES

PLACA DA OBRA

OBJETIVO

Identificar de maneira clara e objetiva as obras.

MATERIAIS

SUPORTE

Chapas planas com material resistente as intempéries; ou,
Chapas metálicas galvanizadas.

PINTURA

Tinta a óleo, ou;

Tinta esmalte.

EXECUÇÃO

A placa possuirá tamanho mínimo de 3,00mx1,50m, sendo que o seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas oportunamente pela PMS.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

Será medida na quantidade de placas instaladas na obra.

PAGAMENTO

Será pago após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução do fornecimento e instalação da placa de obra.

SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes: Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matações ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes: corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente

escolhido para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

As massa excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objeto de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.

Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes: Os serviços serão medidos em m³ executados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

REFORÇO DO SUB-LEITO

GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do sub-leito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

Os materiais deverão ter ISC \geq 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

motoniveladora;
carro-tanque distribuidor de água;
rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
grade de discos;
entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o sub-leito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de

compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do sub-leito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

A camada de reforço do sub-leito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;

Cotas : +/- 0,02 m das cotas do projeto;

Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : +/- 5% da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do sub-leito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

PAVIMENTAÇÃO

REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do sub-leito da via a pavimentar, compreendendo cortes a aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do sub-leito serão os do próprio sub-leito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

Trator com lâmina frontal;
Carregador frontal;
Caminhões basculantes;
Motoniveladora pesada, com escarificador;
Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
carro-tanque com barra distribuidora de água;
grade de discos;
pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do sub-leito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto.

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 20 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:
 ± 2 cm em relação as cotas de projeto;
 ± 5 cm quanto a largura da plataforma.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do sub-leito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material de jazida a ser usado deverá apresentar capacidade de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

Tratores de lâmina;

Escavo-transportadores;

Caminhões basculantes;

Moto-niveladoras;

Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

INSPEÇÃO**CONTROLE DA EXECUÇÃO**

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de $\pm 2\%$ em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, GC > 100%, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao

nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 10 cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;

$\pm 10\%$, quanto a espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo

P E N E I R A S		F A I X A			
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 – 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 – 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 – 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 – 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 – 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e com a energia do método DNER-ME 48-64.

O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja a fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

motoniveladora pesada, com escarificador;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e

pneumático;
grade de discos;
pulvi-misturador
central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações de espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais importados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado $\pm 2\%$.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução do reforço do subleito, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

± 10 cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de ± 2 cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

IMPRIMAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado; promover condições de aderência entre a base e o revestimento; impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no

canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixa-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um

pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

Afim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

CONTROLE

quantidade de material consumido.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhada e comprimida à quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos: cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;

índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz

respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas			
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias fixas de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	+/- 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	+/- 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	+/- 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	+/- 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	+/- 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	+/- 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	+/- 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	+/- 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	+/- 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	+/- 2%
Betume solúvel no CS2 (+) %		4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	+/- 0,3%
		Camada de ligação	Camada de ligação e rolamento	Camadas de rolamento	

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário,

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação.

Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de ± 5 %) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para a frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 +/- 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas

apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5 , para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de::

para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60°C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25°C (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m^3 (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, $\pm 0,3\%$, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

do agregado, no silo quente da usina;

do ligante, na usina;

da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de $\pm 5^\circ\text{C}$ das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de $\pm 5^\circ\text{C}$.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.

Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-provas extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às

estacas da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder ± 5 cm.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 Bristish Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental como extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m³ através da mistura efetivamente aplicada na pista.

PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

DRENAGEM PLUVIAL

DISPOSIÇÕES GERAIS

Os serviços e obras deverão obedecer as plantas, desenhos, detalhes contidos no projeto de drenagem pluvial e aos demais elementos que a FISCALIZAÇÃO venha a fornecer.

Eventuais divergências entre os elementos do projeto constatados pela Contratada, deverão ser imediatamente levadas ao conhecimento da FISCALIZAÇÃO para os devidos esclarecimentos.

Todos os aspectos particulares do projeto serão em ocasião oportuna detalhados pela FISCALIZAÇÃO.

Durante o andamento das obras a CONTRATADA deverá manter, tanto quanto possível o local de trabalho livre de obstáculos, detritos, etc, enfim tudo que restrinja a liberdade de ação ou contrarie as normas de higiene e segurança do trabalho.

Terminados os serviços e antes da entrega definitiva da obra, a CONTRATADA deverá remover do local todos os materiais, equipamentos e quaisquer detritos provenientes dos serviços realizados. A CONTRATADA deverá observar a legislação brasileira, bem como as Normas Gerais de Trabalho.

A CONTRATADA não poderá interromper o funcionamento de qualquer serviço de utilidade pública. Para isso deverá proteger, envidando todos os esforços e meios possíveis, a plena integridade das instalações relacionadas com tais serviços (água, energia elétrica, telefonia, etc...).

Correrá por conta da Contratada, a reparação de todos os danos causados às propriedades e utilidades públicas, devidos à imperícia ou imperfeição na execução dos serviços. Esses danos deverão ser reparados no menor prazo possível.

A execução dos serviços deverá ser plenamente protegida contra o risco de acidentes com o próprio pessoal e com terceiros.

A CONTRATADA será responsável por qualquer dano causado a terceiros.

A CONTRATADA colocará, no local da obra, sinalização adequada, constituída de cavaletes, bandeiras vermelhas, placas etc..., que deverão estar de acordo com as instruções e orientações determinadas pelo Departamento de Trânsito.

O esquema de sinalização para proteção da obra e orientação dos usuários deverá ser aprovado, primeiramente, pelo Departamento de Trânsito.

Quando, por qualquer motivo, os serviços forem suspensos, a CONTRATADA continuará responsável pela manutenção de todo o material existente no local e pela segurança do canteiro de serviços contra acidentes com veículos e pessoas.

INÍCIO DOS SERVIÇOS

Após a autorização emitida pela FISCALIZAÇÃO e nada havendo em contrário, a CONTRATADA iniciará os trabalhos dando prioridade para realização dos serviços topográficos.

Deverão ser locadas as plataformas das ruas e nos eixos destas, colocadas estacas de madeira, distanciadas entre si de 20 (vinte) metros.

Também, serão fixadas estacas de madeira nos locais previstos para poços de visita, caixa cega, caixas de inspeção, bocas de lobo, etc.

Ao longo dos serviços topográficos serão observadas as diretrizes básicas do projeto com relação aos greides (declividades longitudinal e transversal) e sentido de escoamento das águas pluviais.

DRENAGEM PLUVIAL

OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo e poços de visita, destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou de concreto.

Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL

TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-9794.

Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

Geotêxtil

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

Argamassa de rejuntamento

Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas,

berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Recomenda-se, no mínimo, os seguintes equipamentos:

Caminhão basculante;

Caminhão de carroceria fixa;

Betoneira ou caminhão betoneira;

Motoniveladora;

Pá carregadeira;

Rolo compactador metálico;

Retroescavadeira ou valetadeira;

Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

Serra elétrica para formas;

Vibradores de placa ou imersão.

EXECUÇÃO

GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER- ES 284/97.

Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-9794.

No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto.

Nas áreas trafegáveis a tubulação será assente em berço de concreto.

O assentamento dos tubos poderá ser feito sobre berço de concreto ciclópico com 30% de pedra-de-mão, lançado sobre o terreno natural, quando este apresentar condições de resistência adequadas, adotando-se (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos:

Serão envoltas por um retalho de geotextil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamentos indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterrar as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita e as saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobrelargura

conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo.

As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa. As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recocado ou tijolo de concreto, assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da grelha.

A grelha deverá ser de ferro fundido e deverá ter as dimensões e formas fixadas no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carreados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores.

As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto.

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se o lastro com concreto magro dosado para resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

Após a execução do lastro, serão instaladas as formas das paredes da câmara de trabalho e os tubos convergentes ao poço.

Em seguida procede-se à colocação das armaduras e a concretagem do fundo da caixa, com a conseqüente vibração, utilizando-se concreto com (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

Concluída a concretagem das paredes, será feita a desmoldagem, seguindo-se, a colocação da laje pré-moldada de cobertura da caixa executada com concreto dosado para (fckmin), aos 28 dias de 22MPa, sendo esta provida de abertura circular com a dimensão da chaminé.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixada a tampa.

A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a

conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa.

No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem.

O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banqueta de material energeticamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e acabamento do concreto será feito mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida.

A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

Quando especificado no projeto será aplicado revestimento vegetal de forma complementar no material apiloado contíguo ao dispositivo.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e

enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMG.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

local da aplicação, extensão e largura;

dimensões das faixas;

espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;

outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;

b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou

de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

No caso de serem exigidas microesferas de vidro, a sua aplicação deve ser feita na proporção de:

tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

tipo "drop-on" - mínimo de 200g/m².

No caso de serem exigidas microesferas de vidro tipo "drop-on" (II) a sua aplicação deve ser feita mecânica e simultaneamente com a tinta, na proporção especificada.

A espessura úmida de material a ser aplicado deve estar entre 0,4mm a 0,6mm, a ser obtida de uma só passada da máquina sobre o pavimento.

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

b) nome comercial e/ou numeração;

c) cor da tinta : branca ou amarela;

d) referência quanto a natureza química da resina;

e) data da fabricação;

f) prazo de validade;

g) identificação da partida de fabricação;

h) nome e endereço do fabricante;

i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

Os tipos de tintas empregadas na sinalização horizontal, podem ser:

tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

acrílica;

vinílica.

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retror-refletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retror-refletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

Classificam-se quanto ao seu tipo em:

"innermix" - as incorporadas aos materiais termoplásticos, durante sua fabricação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície da película aplicada, quando tornam-se expostas;

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando tornam-se expostas;

"Drop-on" - aplicadas por aspersão, concomitantemente com a tinta ou com material termoplástico, de modo a permanecer na superfície da película aplicada, fornecendo retror- refletorização imediata.

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e

2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

No caso de adição de microesferas de vidro tipo "pré-mix", pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;

a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

consumo dos materiais;

espessura do material aplicado;

tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;

dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);

linearidade das faixas;

temperatura de aquecimento do material termoplástico;

sinalização para o serviço de obras;

atendimento ao projeto de sinalização;

retrorefletorização integral das faixas, sinais, etc...

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização horizontal serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m².

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na execução da pintura acrílica de piso serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

SINALIZAÇÃO VERTICAL

OBJETIVO

Este item estabelece a sistemática a ser adotada na implantação da sinalização vertical, abrangendo o recebimento de materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

Sinalização vertical - processo de sinalização constituído por dispositivos montados sobre suportes, no plano vertical, fixos ou móveis, por meio dos quais são fornecidas mensagens de caráter permanente e, eventualmente variáveis, através de legendas ou símbolos, com propósito de regulamentar, advertir ou indicar, uso das vias pelos veículos e pedestres da forma mais segura e eficiente, visando o conforto e segurança do usuário e melhor fluxo do tráfego.

Placas de sinalização - dispositivos para controle de trânsito, verticais ao lado ou sobre a pista, transmitindo mensagens fixas e eventualmente móveis mediante símbolos, ou legendas previamente conhecidas e legalmente instituídas, visando regulamentar, advertir ou indicar quanto ao uso das vias, pelos veículos e pedestres de forma mais segura e eficiente.

Painéis - dispositivos especiais constituídos por chapas metálicas com mensagens visando segurança e melhor fluxo de tráfego, suspensas sobre a rodovia por meio de estruturas adequadas.

MATERIAIS

As placas de sinalização são constituídas de chapas metálicas ou de BMC (resina plástica reforçada) cortadas nas dimensões do projeto e material de acabamento. As formas e cores das placas de sinalização estão especificadas no anexo II do regulamento do Código Nacional de Trânsito ou explicitadas no projeto.

CHAPAS METÁLICAS

As chapas, após cortadas nas dimensões finais, tem os cantos arredondados, exceto as placas octogonais.

São submetidas a uma decapagem por processo químico a fim de proporcionar boa aderência à película de tinta. Qualquer que seja o processo de decapagem, as placas devem ser suficientemente lavadas e secas em estufas de modo a remover qualquer resíduo de produto químico. As chapas são confeccionadas em aço laminado a frio números 14 e 16. A chapa número 14 destina-se à execução de sobplacas de dimensões (40x60) cm. Para as demais dimensões de placas, a chapa usada é a número 16.

PLACAS REFLETIVAS

A chapa metálica possuirá uma demão de "wash-primer", à base de cromato de zinco, se for alumínio, ou uma demão de "Primer" à base de Époxi, se for de aço. A face principal da placa é executada em película com esferas inclusas, não apresentando rugas, bolhas ou cortes. O verso da placa recebe uma demão de tinta esmalte sintético na cor semi-fosca.

SUORTES

O suporte n.º 1 é um poste de 3,0m para placas de Regulamentação, Advertência e Indicativas de Serviços Auxiliares.

Os postes são confeccionados de tubo de aço galvanizado de dimensões Ø 11/2"x 3,0m e parede de 0,3cm. Possuem as extremidades superiores fechadas por tampa soldada de aço galvanizado de espessura 3/16", 2(duas) aletas de aço galvanizado de dimensões 3/16x5x10cm, soldados com ângulo de 180º entre si a 5 cm das extremidades inferiores e 2(dois) furos de Ø 8,5 mm com eixos paralelos distantes das extremidades superiores de 3 cm e 36 cm, respectivamente.

Equipamento

Os equipamentos utilizados na implantação da sinalização vertical, são:

Caminhão Munck (para as placas suspensas);

Prumo;

Escavadeira manual;

Execução

LOCAÇÃO

As placas deverão ser posicionadas seguindo as indicações do projeto.

COLOCAÇÃO DO POSTE

É feita através de uma primeira camada de concreto-magro de

seção circular de Ø 30 cm por 30 cm de profundidade e uma segunda camada de aterro socado com pedras que após o acabamento do piso deve totalizar 30 cm. A colocação dos postes deverão estar alinhadas vertical e horizontalmente.

COLOCAÇÃO DA PLACA

É fixada através de 2(dois) parafusos galvanizados de cabeça francesa Ø 5/16x2/1/2' com arruelas e porcas sextavadas. A colocação dos postes deverão estar alinhadas vertical e horizontalmente.

CUIDADOS NA COLOCAÇÃO

Os serviços deverão ser executados sem causar prejuízo para a circulação de veículos no sistema viário. A firma executante deverá verificar previamente as condições de "campo" do local indicado no projeto. As interferências subterrâneas e aéreas deverão ser observadas visando uma perfeita instalação e uma boa visualização da sinalização da sinalização. As seguintes condições de "campo" deverão ser observadas antes de iniciar os serviços:

Posição de caixas de inspeção de redes elétricas e telefônicas, incluindo suas prováveis tubulações.

Posição dos poços de visita, bocas de lobo, etc., de redes de esgoto e pluvial, incluindo suas prováveis tubulações.

Posição de caixas de registros, hidrantes de rede d'água, incluindo suas prováveis tubulações poços de visita, bocas de lobo, etc., de redes de esgoto e pluvial, incluindo suas prováveis tubulações.

Posição dos postes da rede elétrica, telefônica e iluminação pública.

Posição da altura da fiação elétrica e telefônica, bem como de luminárias.

Posição de árvores e arbustos.

Posição de marquises e estruturas destinadas à propaganda dos edifícios circunvizinhos.

Posição dos rebaixamento de meio-fio.

As perfurações executadas e prejudiciais pelas interferências, deverão ser reaterradas e recomposto o piso original do local, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

O danos causados às redes de concessionárias, órgãos públicos ou terceiros correrão por ônus e sob responsabilidade da firma executante.

INSPEÇÃO

Controle do Material

Cada elemento da sinalização vertical deverá ser observado quanto ao atendimento das características prescritas no capítulo condições específicas desta Norma.

Não devem ser utilizados placas amassadas e/ou arranhadas.

Controle de Execução

Localização, tipos e dimensões da sinalização.

Eventual obstrução à visibilidade da sinalização.

Condição da fundação para fixação da estrutura de suporte em concreto de cimento Portland, nas dimensões e resistência previstas.

Altura da sinalização em relação à superfície do pavimento.

Fixação dos suportes e da sinalização.

Necessidade de substituição de placas de sinalização por avarias quaisquer.

Tipo de película utilizada.

Sinalização adequada para os serviços de implantação.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de Sinalização Vertical serão medidos através da quantidade de placas implantadas, para cada tipo.

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na colocação de placa de regulamentação serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

TACHÃO BI-DIRECIONAL E TACHINHA

OBJETIVO

A execução dos serviços será feito segundo estas especificações de serviço, ou nos casos omissos, será resolvido pela FISCALIZAÇÃO.

A mão de obra deverá ser experiente e o acabamento de acordo com as presentes especificações. Todos os serviços deverão seguir

rigorosamente as normas técnicas em vigor.

MATERIAIS

Todos os materiais deverão satisfazer rigorosamente estas especificações, e somente serão utilizados na obras após examinados pela fiscalização. Todos os materiais deverão ser depositados em áreas adequadas de modo a permitir a separação dos diversos tipos e dimensões e também, mantê-los limpos.

A fiscalização se reserva o direito de solicitar da contratada ensaios de materiais, previstos na ABNT, quando se fizer necessário.

A PEÇA RESISTENTE

É confeccionada em material a base de resinas e filerizantes mineiros, possuindo estrutura de reforço e de ancoramento. O material deve ser de cor amarelo-branco de acordo com os padrões de sinalização, e não pode apresentar descoloração ou adesão de sujeiras por efeito do tráfego ou intempéries.

A estrutura de reforço e de ancoramento é composta de chapas de aço 1010-1020 e dois parafusos galvanizados. Em nenhum ponto da peça a estrutura de reforço poderá ficar a menos de 10 mm da superfície externa.

O ADESIVO PARA FIXAÇÃO

As características físico-químicas será de tal ordem que permita a colocação das peças na pista com uma folga de tempo de 10 a 15 min.. A cada 8 peças ou fração, corresponderá a 1 kg de adesivo. A viscosidade da mistura permitirá a aplicação através de espátula. Endurecida, a mistura apresentará uma resistência a tração, ao corte e ao esmagamento superior da peça, apresentando uma aderência perfeita

TACHÃO REFLETIVO BIDIRECIONAL

Possuirá 2 (duas) placas refletivas opostas em 180°, incrustadas e coladas nos rebaixos de ambas as faces trapezoidais frontais.

EXECUÇÃO

LIMPEZA DA PISTA

Constará de:

- Varredura completa da pista, para retirada de detritos maiores;
- Limpeza da pista com a utilização da caminhão pipa, para uma lavagem com água.

LOCAÇÃO DA OBRA

Após os serviços preliminares será procedida a locação de toda a obra seguindo rigorosamente as indicações do projeto.

APLICAÇÃO DO TACHÃO

A aplicação será de tal ordem que permita a colocação das peças na pista com uma folga de tempo de 10 a 15 min, a liberação do tráfego sobre os elementos colocados será de 45 a 50 minutos após a colocação da peça.

MEDIÇÃO

A colocação do tachão será medido pela quantidade de tachões colocados.

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na colocação de placa de regulamentação serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

OBRAS COMPLEMENTARES

EXECUÇÃO DE MEIOS-FIOS

OBJETIVO

Esta especificação tem por objetivo fixar as características exigidas para os meios-fios de concreto pré-moldados e o método de assentamento a serem empregados nas obras viárias do Município de SCHROEDER.

Conceituar-se-á como meio-fio peça prismática retangular de dimensões e formatos adiante discriminados, destinada a oferecer solução de descontinuidade entre a pista de rolamento e o passeio ou acostamento da via pública.

MATERIAIS

Os meios-fios serão de concreto moldados no local, e modelo e dimensões conforme projeto.

EQUIPAMENTOS

Serão empregados os seguintes equipamentos :

Ferramentas manuais, tais como alavancas, pás, picaretas, etc;
Soquetes manuais, com diâmetro da área de 6 a 8 cm de peso

de 4kg.

EXECUÇÃO

Compreenderá o assentamento do meio-fio.

Assentamento

As alturas e alinhamentos dos meios-fios serão dados por um fio de nylon esticado com referências topográficas não superiores a 20,00 m nas tangentes horizontais e verticais e 5,00 m nas curvas horizontais ou verticais.

Nos encontros de ruas – esquinas – e sempre que as condições topográficas permitirem, a marcação de pequenos raios horizontais deverá ser feito com cintel.

Para acerto das alturas dos meios-fios, o enchimento entre esses e a base deverá ser feito com material incompressível, tais como, pó-de-pedra, areia ou argamassa de cimento e areia.

MEDIÇÃO

A confecção meio-fio pré-moldado será medida através da quantidade de executadas em metros lineares.

PAGAMENTO

A confecção meio-fio pré-moldado será paga após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a confecção meio-fio pré-moldado.

EXECUÇÃO DE ATERRO ATRÁS DO MEIO FIO COM MATERIAL DE JAZIDA

OBJETIVO

Esta Norma apresenta a sistemática a ser adotada na execução de aterros atrás de meio-fio com material de jazida. São também apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução, controle da qualidade e os critérios para aceitação, rejeição e medição dos serviços e pagamentos.

MATERIAIS

O material empregado será constituído por solo livre de terra vegetal, matéria orgânica ou substâncias estranhas ou prejudiciais. A exploração de qualquer jazida deverá ser precedida da remoção da camada de terra vegetal ou qualquer outro material prejudicial que a encobrir.

Todo o material impróprio ou prejudicial que por inobservância destes preceitos for colocado no passeio, deverá ser retirado, correndo os encargos de tal colocação e remoção por conta da Contratada.

EQUIPAMENTO

O equipamento mínimo indispensável à execução do aterro dos passeios deverá constar de rolo vibratório tandem leve, caminhão-tombadeira para o transporte dos materiais de jazida, bem como outras ferramentas comumente empregadas em serviços deste tipo.

EXECUÇÃO

Após a conclusão da pavimentação da pista de rolamento, será feito o aterro dos passeios, com emprego de solo estabilizado na espessura suficiente para atingir o greide de projeto e largura definida no projeto.

O solo selecionado deverá ser compactado a 95% do ensaio Normal de compactação.

MEDIÇÃO

O aterro será medido através da quantidade de executada em metros cúbicos.

PAGAMENTO

A confecção do aterro será paga após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a confecção do reaterro.

III – ORÇAMENTO DA OBRA :

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos previstos abaixo especificados:

Planilha Orçamentária

Rua Erich Froehner , TRECHO 01

Obra: Serviços Preliminares, Drenagem Pluvial, Terraplanagem, Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária e Serviços Complementares
Localização: Rua Erich Froehner , TRECHO 1 - Schroeder/SC
Schroeder, fevereiro de 2010

Extensão: 2.640,00 m

Largura: 10,00 m

Área a ser pavimentada: 26.400,00 m²

Trecho: da est. OPP à est. 132

ORÇAMENTO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
1.1	Placa de obra	unid	1,00	R\$ 780,00	R\$ 780,00
SUBTOTAL					R\$ 780,00
2	DRENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<5,0Km	m³	3.752,40	R\$ 7,80	R\$ 29.268,72
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço. Fornecimento e colocação				
2.2.1	para Ø 40cm	m	3.278,00	R\$ 32,00	R\$ 104.896,00
2.2.2	para Ø 60cm	m	134,00	R\$ 74,00	R\$ 9.916,00
2.2.3	para Ø 80cm	m	69,00	R\$ 194,00	R\$ 13.386,00
2.3	Reaterro apiloado com material de reaproveitamento	m³	1.690,22	R\$ 25,60	R\$ 43.269,63
2.4	Caixa coletora com grelha ferro fundido				
2.4.1	CA-1	unid.	123,00	R\$ 275,00	R\$ 33.825,00
2.4.2	CL	unid.	13,00	R\$ 650,00	R\$ 8.450,00
2.5	Dreno profundo com brita nº. 2 e manta geotêxtil	m	387,00	R\$ 65,00	R\$ 25.155,00
SUBTOTAL					R\$ 268.166,35
3	TERRAPLENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
3.1	Remoção de solos inservíveis	m³	1.944,59	R\$ 9,60	R\$ 18.668,06
3.2	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<1,0Km (taludes)	m³	4.092,27	R\$ 6,50	R\$ 26.599,76
3.3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<1,0Km (bordos)	m³	3.795,37	R\$ 6,50	R\$ 24.669,90
3.4	Reposição de escavação com fornecimento, transporte e espalhamento de seixo "in natura" ou rachao	m³	3.795,37	R\$ 25,60	R\$ 97.161,47
SUBTOTAL					R\$ 167.099,19
4	PAVIMENTAÇÃO (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	26.983,26	R\$ 1,10	R\$ 29.681,59
4.2	Fornecimento, transporte e execução de seixo "in natura" para sub-base ou rachao	m³	7.260,00	R\$ 25,60	R\$ 185.856,00

4.3	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10,00cm	m³	2.640,00	R\$ 82,00	R\$ 216.480,00
4.4	Imprimação com CM 30	m²	26.400,00	R\$ 3,10	R\$ 81.840,00
4.5	Pintura de ligação com RR-2C	m²	26.400,00	R\$ 1,80	R\$ 47.520,00
4.6	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.6.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	924,00	R\$ 455,00	R\$ 420.420,00
4.6.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	198,00	R\$ 455,00	R\$ 90.090,00
SUBTOTAL					R\$ 1.071.887,59
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	5.280,00	R\$ 18,00	R\$ 95.040,00
5.2	Reaterro do meio-fio com material de jazida	m³	1.584,85	R\$ 7,80	R\$ 12.361,83
SUBTOTAL					R\$ 107.401,83
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	1.100,17	R\$ 16,50	R\$ 18.152,80
SUBTOTAL					R\$ 18.152,80
TOTAL GLOBAL DOS SERVIÇOS					R\$ 1.633.487,76
BDI					30%

Planilha Orçamentária
Rua Erich Froehner , TRECHO 02

Obra: Serviços Preliminares, Drenagem Pluvial, Terraplanagem, Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária e Serviços Complementares
Localização: Rua Erich Froehner - TRECHO 2 - Schroeder/SC
Schroeder, fevereiro de 2010
Extensão: 1.766,81 m
Largura: 10,00 m
Área a ser pavimentada: 17.668,10 m²
Trecho: da est. OPP à est. 88+6,81m

ORÇAMENTO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
1.1	Placa de obra	unid	1,00	R\$ 780,00	R\$ 780,00
SUBTOTAL					R\$ 780,00
2	DRENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<5,0Km	m³	3.337,89	R\$ 7,80	R\$ 26.035,54
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço. Fornecimento e colocação				
2.2.1	para Ø 40cm	m	2.836,00	R\$ 32,00	R\$ 90.752,00
2.2.2	para Ø 60cm	m	250,00	R\$ 74,00	R\$ 18.500,00
2.2.3	para Ø 80cm	m	18,00	R\$ 194,00	R\$ 3.492,00

2.3	Reaterro apiloado com material de reaproveitamento	m³	1.520,72	R\$ 25,60	R\$ 38.930,43
2.4	Caixa coletora com grelha de ferro fundido				
2.4.1	CA-1	unid.	79,00	R\$ 275,00	R\$ 21.725,00
2.4.2	CL	unid.	12,00	R\$ 650,00	R\$ 7.800,00
SUBTOTAL					R\$ 207.234,97
3	TERRAPLENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
3.1	Remoção de solos inservíveis	m³	1.301,41	R\$ 9,60	R\$ 12.493,54
3.2	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<1,0Km (taludes)	m³	2.738,73	R\$ 6,50	R\$ 17.801,74
3.3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<1,0Km (bordos)	m³	2.540,03	R\$ 6,50	R\$ 16.510,20
3.4	Reposição de escavação com fornecimento, transporte e espalhamento de seixo "in natura" ou rachao	m³	2.540,03	R\$ 25,60	R\$ 65.024,77
SUBTOTAL					R\$ 111.830,25
4	PAVIMENTAÇÃO (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	17.668,10	R\$ 1,10	R\$ 19.434,91
4.2	Fornecimento, transporte e execução de seixo "in natura" para sub-base ou rachao	m³	4.858,73	R\$ 25,60	R\$ 124.383,49
4.3	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10,00cm	m³	1.766,81	R\$ 82,00	R\$ 144.878,42
4.4	Imprimação com CM 30	m²	17.668,10	R\$ 3,10	R\$ 54.771,11
4.5	Pintura de ligação com RR-2C	m²	17.668,10	R\$ 1,80	R\$ 31.802,58
4.6	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.6.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	618,38	R\$ 455,00	R\$ 281.362,90
4.6.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	132,51	R\$ 455,00	R\$ 60.292,05
SUBTOTAL					R\$ 716.925,46
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	3.533,62	R\$ 18,00	R\$ 63.605,16
5.2	Reaterro do meio-fio com material de jazida	m³	1.060,66	R\$ 7,80	R\$ 8.273,15
SUBTOTAL					R\$ 71.878,31
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
6.1	Sinalização horizontal				

6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m ²	736,28	R\$ 16,50	R\$ 12.148,62
SUBTOTAL					R\$ 12.148,62
TOTAL GLOBAL DOS SERVIÇOS					R\$ 1.120.797,61
BDI					30%

IV - CUSTO DA OBRA:

Conforme proposta apresentada no processo de Licitação nº 30/2010, que restou VENCEDORA, a empresa PAVIPLAN – PAVIMENTAÇÃO LTDA no valor da obra inicialmente importou em R\$ 2.049.626,50, (dois milhões, quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos). a qual encontra-se aos interessados na Diretoria de Recursos Materiais, pertencente a Secretaria Municipal da Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder.

Planilha CUSTO
Rua Erich Froehner , TRECHO 01

Obra: Serviços Preliminares, Drenagem Pluvial, Terraplanagem, Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária e Serviços Complementares
Localização: Rua Erich Froehner , TRECHO 1 - Schroeder/SC
Schroeder, fevereiro de 2010
Extensão: 2.640,00 m
Largura: 10,00 m
Área a ser pavimentada: 26.400,00 m²
Trecho: da est. OPP à est. 132

ORÇAMENTO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
1.1	Placa de obra	M2	1,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00
SUBTOTAL					R\$500,00
2	DRENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<5,0Km	m ³	3.752,40	R\$ 5,85	R\$ 21.951,54
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço. Fornecimento e colocação				
2.2.1	para Ø 40cm	m	3.278,00	R\$ 24,00	R\$ 78.672,00
2.2.2	para Ø 60cm	m	134,00	R\$ 49,00	R\$ 6.566,00
2.2.3	para Ø 80cm	m	69,00	R\$ 145,00	R\$ 10.005,00
2.3	Reaterro apiloado com material de reaproveitamento	m ³	1.690,22	R\$ 17,00	R\$ 28.733,74
2.4	Caixa coletora com grelha ferro fundido				
2.4.1	CA-1	unid.	123,00	R\$ 225,00	R\$ 27.675,00
2.4.2	CL	unid.	13,00	R\$ 350,00	R\$4.550,00
2.5	Dreno profundo com brita nº. 2 e manta geotêxtil	m	387,00	R\$ 49,00	R\$ 18.963,00
SUBTOTAL					R\$ 197.116,28
3	TERRAPLENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
3.1	Remoção de solos inservíveis	m ³	1.944,59	R\$ 8,40	R\$ 16.334,56

3.2	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<1,0Km (taludes)	m ³	4.092,27	R\$ 5,85	R\$ 23.939,78
3.3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<1,0Km (bordos)	m ³	3.795,37	R\$ 5,85	R\$ 22.202,91
3.4	Reposição de escavação com fornecimento, transporte e espalhamento de seixo "in natura" ou rachão	m ³	3.795,37	R\$ 17,00	R\$64.521,29
SUBTOTAL					R\$ 126.998,54
4	PAVIMENTAÇÃO (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m ²	26.983,26	R\$ 0,90	R\$ 24.284,93
4.2	Fornecimento, transporte e execução de seixo "in natura" para sub-base ou rachão	m ³	7.260,00	R\$ 18,00	R\$ 130,68,00
4.3	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10,00cm	m ³	2.640,00	R\$ 60,00	R\$ 158.400,00
4.4	Imprimação com CM 30	m ²	26.400,00	R\$ 2,50	R\$ 66.000,00
4.5	Pintura de ligação com RR-2C	m ²	26.400,00	R\$ 1,10	R\$ 29,040,00
4.6	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.6.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m ³	924,00	R\$ 350,00	R\$ 323.400,00
4.6.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m ³	198,00	R\$ 350,00	R\$ 69.300,00
SUBTOTAL					R\$ 801.104,93
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	5.280,00	R\$ 12,50	R\$ 66.000,00
5.2	Reaterro do meio-fio com material de jazida	m ³	1.584,85	R\$ 6,50	R\$ 10.301,53
SUBTOTAL					R\$ 76.301,53
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m ²	1.100,17	R\$ 12,50	R\$ 13.752,13
SUBTOTAL					R\$ 13.752,13
TOTAL GLOBAL DOS SERVIÇOS					R\$ 1.215.773,40
BDI					30%

Planilha CUSTO
Rua Erich Froehner , TRECHO 02

Obra: Serviços Preliminares, Drenagem Pluvial, Terraplanagem, Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária e Serviços Complementares
Localização: Rua Erich Froehner - TRECHO 2 - Schroeder/SC
Schroeder, fevereiro de 2010

Extensão: 1.766,81 m

Largura: 10,00 m

Área a ser pavimentada: 17.668,10 m²

Trecho: da est. OPP à est. 88+6,81m

ORÇAMENTO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
1.1	Placa de obra	M2	1,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00
SUBTOTAL					R\$ 500,00
2	DRENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<5,0Km	m³	3.337,89	R\$ 5,85	R\$ 19.526,66
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço. Fornecimento e colocação				
2.2.1	para Ø 40cm	m	2.836,00	R\$ 24,00	R\$ 68.064,00
2.2.2	para Ø 60cm	m	250,00	R\$ 49,00	R\$ 12.250,00
2.2.3	para Ø 80cm	m	18,00	R\$ 145,00	R\$ 2.610,00
2.3	Reaterro apiloado com material de reaproveitamento	m³	1.520,72	R\$ 17,50	R\$ 26.612,60
2.4	Caixa coletora com grelha de ferro fundido				
2.4.1	CA-1	unid.	79,00	R\$ 225,00	R\$ 17.775,00
2.4.2	CL	unid.	12,00	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
SUBTOTAL					R\$ 151.038,26
3	TERRAPLENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
3.1	Remoção de solos inservíveis	m³	1.301,41	R\$ 8,40	R\$ 10.931,84
3.2	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<1,0Km (taludes)	m³	2.738,73	R\$ 5,85	R\$ 16.021,57
3.3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<1,0Km (bordos)	m³	2.540,03	R\$ 5,85	R\$ 14.859,18
3.4	Reposição de escavação com fornecimento, transporte e espalhamento de seixo "in natura" ou rachao	m³	2.540,03	R\$ 17,50	R\$ 44.450,53
SUBTOTAL					R\$ 86.263,12
4	PAVIMENTAÇÃO (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	17.668,10	R\$ 0,90	R\$ 15.901,29
4.2	Fornecimento, transporte e execução de seixo "in natura" para sub-base ou rachao	m³	4.858,73	R\$ 18,00	R\$ 87.457,14

4.3	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10,00cm	m³	1.766,81	R\$ 60,00	R\$ 106.008,60
4.4	Imprimação com CM 30	m²	17.668,10	R\$ 2,50	R\$ 44.170,25
4.5	Pintura de ligação com RR-2C	m²	17.668,10	R\$ 2,50	R\$ 44.170,25
4.6	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.6.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	618,38	R\$ 350,00	R\$ 216.433,00
4.6.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	132,51	R\$ 350,00	R\$ 46.378,50
SUBTOTAL					R\$ 535.783,69
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	3.533,62	R\$ 12,50	R\$ 44.170,25
5.2	Reaterro do meio-fio com material de jazida	m³	1.060,66	R\$ 6,50	R\$ 6.894,29
SUBTOTAL					R\$ 51.064,54
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	736,28	R\$ 12,50	R\$ 9.203,50
SUBTOTAL					R\$ 9.203,50
TOTAL GLOBAL DOS SERVIÇOS					R\$ 833.853,10
BDI					30%

Aditivo Rua Erich Froehner

Obra: serviços preliminares, Drenagem pluvial, terraplenagem, pavimentação asfáltica, sinalização viária e serviços complementares.

Localização: Rua Erich Froehner, trecho 1 – Schroeder – sc

Extensão 2.640,00 m

Largura: 10,00 m

Área a ser pavimentada: 26.400 m²

Trecho: estaca OPP á estaca 132

SERVIÇOS ADICIONAIS

ORÇAMENTO

Item	DISCRIMINAÇÃO	UN.	QUANTID	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1.	DRENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
1.1	Escavação, carga e transporte de materiais de 1ª categoria pra bota fora, DMT,<5, 0km	m³	306,80	R\$ 5,85	R\$ 1.794,00
1.2	Tubulação de drenagem urbana ser berço. Fornecimento e colocação				
1.2.1	para Ø 40 cm	M	412,00	R\$ 24,00	R\$ 9.888,00
1.2.2	para Ø 60 cm	M	27,00	R\$ 49,00	R\$ 1.323,00

1.2.3	para Ø 80 cm	M	20,00	R\$ 145,00	R\$ 2.900,00
1.2.4	para Ø 100 cm	M	20,00	R\$ 225,07	R\$ 4.501,40
1.3	Reaterro apiloado com material de reaproveitamento	m³	252,25	R\$ 17,00	R\$ 4.288,25
1.4	Caixa coletora com grelha ferro fundido				
1.4.1	CL	und	21,00	R\$ 350,00	R\$ 7.350,00
1.5	Dreno profundo com brita nº. 2 e manta geotextil	m	1.558,00	R\$ 49,00	R\$ 76.342,00
2 PAVIMENTAÇÃO (fornecimento e execução)					
2.1	Regularização Compactação de subleito a 100% PN	m³	46,50	R\$ 0,90	R\$ 41,85
2.2	Fornecimento, transporte e execução de seixo "in natura" para sub-base ou rachao	m³	4.350,34	R\$ 18,00	R\$ 78.306,12
2.3	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada. E = 10,00 cm	m³	4,65	R\$ 60,00	R\$ 279,00
2.4	Imprimação CM-30	m²	46,50	R\$ 2,50	R\$ 116,25
2.5	Pintura de ligação RR-2C	m²	46,50	R\$ 1,10	R\$ 51,15
2.6	Revestimento em c.b.u.q. " faixa C" DNER				
2.6.1	Fornecimento e execução (concreto betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm.	m³	50	R\$ 24,00	R\$ 1.200,00
2.6.2	Fornecimento e execução (concreto betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm.	unid	10,00	R\$ 225,00	R\$ 2.250,00
3	SERVIÇOS COMPLEMENTARES (fornecimento e execução)				
3.1	Espalhamento de materiais escavados junto a bordos da pista	m²	2.112,00	R\$ 3,85	R\$ 8.131,20
3.2	Meio fio de concreto moldado in loco	M	415,20	R\$ 15,00	R\$ 6.228,00
3.3	Reaterro de meio fio com material de jazida	M³	4,00	R\$ 6,50	R\$ 26,00
4	Sinalização viária (fornecimento e execução)				
4.1	Sinalização horizontal				
4.1.1	Pintura de faixas, setas e zebraos com tinta a base de acrílico de durabilidade de dois anos	m²	2,70	R\$ 12,50	R\$ 33,75
TOTAL DOS SERVIÇOS					R\$ 196.313,25

Obra: serviços preliminares, Drenagem pluvial, terraplenagem, pavimentação asfáltica, sinalização viária e serviços complementares.

Localização: rua Erich Froehner, trecho 2 – Schroeder – sc

Extensão 1.766,81 m

Largura: 10,00 m

Área a ser pavimentada: 17.668,10 m²

Trecho: estaca OPP á estaca 88+6,81m

SERVIÇOS ADICIONAIS

ORÇAMENTO

Item	DISCRIMINAÇÃO	UN.	QUANTID	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1.	DRENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
1.1	Escavação, carga e transporte de materiais de 1º categoria pra bota fora, DMT, <5, 0km	m³	242,64	R\$ 5,85	R\$ 1.419,44
1.2	Tubulação de drenagem urbana ser berço. Fornecimento e colocação				
1.2.1	para Ø 40 cm	M	13,00	R\$ 24,00	R\$ 312,00
1.2.2	para Ø 60 cm	M	80,00	R\$ 49,00	R\$ 3.920,00
1.2.3	para Ø 80 cm	M	36,00	R\$ 145,00	R\$ 5.220,00
1.2.4	para Ø 150 cm	M	21,00	R\$ 600,00	R\$ 12.600,00
1.2.5	Para galeria dimensão de 300x200cm	m	17	R\$ 2.669,83	R\$ 45.387,11
1.3	Reaterro apiloado com material de reaproveitamento	m³	141,32	R\$ 17,50	R\$ 2.473,10
1.4	Caixa coletora com grelha ferro fundido				
1.4.1	CL	und	4,00	R\$ 350,00	R\$ 1.400,00
2	Terraplenagem (fornecimento e execução)				
2.1	Remoção de solos inservíveis	m³	2.521,00	R\$ 8,40	R\$ 21.176,40
2.2	Reposição de escavação com fornecimento, transporte e espalhamento de seixo "in natura" ou rachao	m³	3.321,00	R\$ 17,50	R\$ 58.117,50
3	PAVIMENTAÇÃO (fornecimento e execução)				
3.1	Regularização Compactação de subleito a 100% PN	m³	403,12	R\$ 0,90	R\$ 362,81
3.2	Fornecimento, transporte e execução de seixo "in natura" para sub-base ou rachao	m³	2.303,37	R\$ 18,00	R\$ 41.460,66
3.3	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada. E = 10,00 cm	m³	40,31	R\$ 60,00	R\$ 2.418,60
3.4	Imprimação CM-30	m²	403,12	R\$ 2,50	R\$ 1.007,80
2.5	Pintura de ligação RR-2C	m²	403,12	R\$ 1,10	R\$ 443,43
3.6	Revestimento em c.b.u.q. " faixa C" DNER				
3.6.1	Fornecimento e execução (concreto betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm.	m³	20,16	R\$ 350,00	R\$ 7.056,00
3.6.2	Fornecimento e execução (concreto betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm.	unid	000	R\$ 350,00	R\$ 0,00

4	SERVIÇOS COMPLEMENTARES (fornecimento e execução)				
4.1	Relocação de postes de concreto da rede geral de energia elétrica, inclusive rede de energia	und	10,00	R\$ 1.453,00	R\$ 14.530,00
4.2	Enrocamento junto as galerias de concreto	M³	130,00	R\$ 31,74	R\$ 4.126,20
4.3	Espalhamento de materiais escavados junto aos bordos da pista	M³	1.413,45	R\$ 3,85	R\$ 5.441,78
4.4	Meio fio de concreto moldado in loco	M	60	R\$ 12,50	R\$ 750,00
4.5	Reaterro de meio fio com material de jazida	M³	24,00	R\$ 6,50	R\$156,00
5	Sinalização viária (fornecimento e execução)				
5.1	Sinalização horizontal				
5.1.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrações com tinta a base de acrílico de durabilidade de dois anos	m²	155,04	R\$ 12,50	R\$ 1.938,00
TOTAL DOS SERVIÇOS					R\$ 231.716,84
TOTAL GERAL (Trecho 01 = Trecho 02)					R\$ 428.030,09

RESUMO DO CUSTO DA OBRA:

VALOR CONTRATO INICIAL

TOTAL TRECHO 1	R\$ 1.215.773,40
TOTAL TRECHO 2	R\$ 833.853,10
TOTAL	R\$ 2.049.626,50

CUSTO OBRA TERMO ADITIVO

TOTAL TRECHO 1	R\$ 196.313,25
TOTAL TRECHO 2	R\$ 231.716,84
TOTAL	R\$ 428.030,09

TOTAL CUSTO OBRA Rua Erich Froehner

TOTAL INICIAL	R\$2.049.626,50
TOTAL ADITIVO	R\$ 428.030,09
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 2.477.656,59

O Processo de licitação nº 30/2010 poderá ser encontrado no Setor de Recursos Materiais, pertencente à Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder.

O valor total da obra restou em:
 Contrato inicial: R\$2.049.626,50
 Aditivo A54/2010: R\$428.030,09

Totalizando R\$2.477.656,59 (Dois milhões quatrocentos e setenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos).

V – DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados diretamente com a realização ficam assim determinados, bem como os valores dos imóveis antes da obra realizada:

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES ANTES DA OBRA REALIZADA.

IMÓVEL	LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
336		VALDEMIRO JOSÉ ZOZ	7.497,95
4037		GILMAR IRINEU FROEHNER	25.230,41
2871		ELIO ARNILDO FROEHNER	16.720,03
6282		HILMAR RUBENS HERTEL	101.946,09
6280		HILMAR RUBENS HERTEL	20.712,09
2874		TECNOFUND INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO LTDA	62.130,61
2875		ARI E INGO VOGEL	43.258,57
4041		EDITH E URSULA VOGEL	23.928,69
2824		OTAVIO FREIBERGER	51.993,86
2826		MARIA F. EISCHTAEDT	48.181,42
2827		ANTONIO BESEN	22.319,95
2828		ALBERTO FREIBERGER	10.356,05
2343		HEINZ BECK	96.919,55
2829		HEINZ BECK	72.002,39
2830		HELIOMAR KLABUNDE e OUTROS	57.652,88
2831		EGON KANZLER	94.901,28
2832		VALDEMIRO BOLDUAN	43.060,79
2833		EDITH E URSULA VOGEL	37.364,46
2834		HERMES RISTAU	170.593,44
2835		ROLANDO LUDTKE	198.686,07
2837		ARNO VOGEL	119.815,97
2838		VALDEMAR PAULO ZOZ	76.890,97
4176		BRAZ NICOLAU DA CRUZ	13.926,77
		RUA GUILHERME RISTAU	
4663		VALDIR PATERNO	26.789,14
2850		ALT MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA	38.806,66
2851		ADIR LUIZ TURRA	5.951,75
2849		HILÁRIO PATERNO	56.957,75
4051		PASQUALI IND. COM. MONTAGEM MOTO BOMBAS	17.278,87
2853		IDA SLOMP	136.263,75
6063		CIZESKI INCORPORADORA	20.987,75
2855		ROSIMERI LUDTKE LOURENÇO e OUTRO	70.626,37
2856		MORGANA LÜDTKE e LOANA LÜDTKE	127.361,64
2859		VERNER MEYER	58.654,72
4558		CIZESKI INCORPORADORA	9.468,87
2860		ROSALIA TOMAZELLI ZOZ	86.891,86
4155		ELEMAR JOSÉ KAER	16.744,65
4826		MARILEI NOEMIA SCHWINGEL RUCH	32.542,16
2861		JOSÉ WELTER	102.771,68
4055		AMAZILDA WELTER WONCZEWSKI	51.373,00
2811		LIDIA ZOZ e MARIA DE L. ZOZ	13.933,36
2812		VALDEMAR PAULO ZOZ	38.658,18
2813		VILMAR MAIER	26.613,72
2814		COMUNIDADE SCHROEDER I	16.614,67

IMÓVEL	LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
290		VALDEMIRO JOSÉ ZOZ	33.568,27
4086		GILMAR IRINEU FROEHNER	26.047,01
2358		ELIO ARNILDO FROEHNER	24.835,21
6273		HILMAR RUBENS HERTEL	41.166,90
6274		HILMAR RUBENS HERTEL	45.575,24
6275		MARCELO EMMERICH	39.318,46
6276		PAULO ROGERIO MENDONÇA	27.104,27
6277		HILMAR RUBENS HERTEL	11.807,70
6278		SANDRO GRABOWSKI e OUTRA	11.901,70
6281		VERONI BORBA	98.155,01
6279		HILMAR RUBENS HERTEL	30.788,72
2354		RESIVALE CONBUSTÍVEL CATARINENSE LTDA	19.596,97
2350		MARIO DA ROCHA	93.652,85
2349		ARI E INGO VOGEL	66.449,09
5581		RONALDO WALZ	19.283,33
5579		EROLF KANZLER	61.025,23
4085		VILMAR KANZLER	33.527,52
2347		ROGERIO FOSSILE	96.192,82
2346		ADOLFO SCHEFFER	38.241,56
2345		MARIO FREIBERGER	29.708,89
2344		HERMANN BECK	93.939,92
2343		HEINZ BECK	96.919,55
2328		HELIOMAR KLABUNDE e OUTROS	43.455,15
		RUA ERFRIED KLABUNDE	
2326		VALDEMIRO BOLDUAN	18.064,56
2324		MARIA DA COSTA BRESSANINI	35.492,22
2325		MARIA DA COSTA BRESSANINI	29.369,21
2323		ALMIRO PETRI	70.318,36
4084		HERMES RISTAU	34.883,52
2322		ISOLDI RISTAU	58.670,47
2321		LINDOMAR JOSÉ JACOBI	53.107,15
2320		BAMAK EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	88.632,71
2319		ISMARIO BAUER	24.080,21
2318		LEONOR JACOBI	31.863,79
4083		MARCOS JACOBI e ESPOSA	13.286,66
2317		LOURIVAL JACOBI	53.690,32
4858		MARIA ORZECZOWICZ	39.683,77
4082		LEOMAR JACOBI	19.260,30
6188		LEOMAR JACOBI	10.939,45
6189		LEOMAR JACOBI	19.214,76
2316		ROLAND BEHRENDT	116.118,32
2313		CRISMAR INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA	448.667,35
2311		IDA SLOMP	109.267,82
		RUA PAULO MAIER	
7932		CLAUDIO MAIER	58.633,53
2306		BERNARDO GESSER	32.700,79
2305		CIZESKI INCORP. ADM. E EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA	106.492,16
2302		MITRA DIOCESA DE JOINVILLE	28.585,68
2301		GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	69.203,20
2300		PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	42.657,13
4076		JOÃO MAIER	39.578,51
		RUA ANTONIO MAIER	
2299		AMBROSIO MAIER	240.331,54

VI – DA VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados com a execução da obras em questão, após análise da comissão, tiveram a seguinte valorização:

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES APÓS A OBRA REALIZADA

		Valorização do imóvel (R\$) Após obra feita
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	
336	VALDEMIRO JOSÉ ZOZ	15.931,45
4037	GILMAR IRINEU FROEHNER	51.093,15
2871	ELIO ARNILDO FROEHNER	34.149,27
6282	HILMAR RUBENS HERTEL	207.364,89
6280	HILMAR RUBENS HERTEL	38.984,68
2874	TECNOFUND INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO LTDA	101.486,96
2875	ARI E INGO VOGEL	78.679,29
4041	EDITH E URSULA VOGEL	45.574,68
2824	OTAVIO FREIBERGER	70.969,24
2826	MARIA F. EISCHTAEDT	55.771,57
2827	ANTONIO BESEN	33.564,62
2828	ALBERTO FREIBERGER	15.697,27
2343	HEINZ BECK	139.087,07
2829	HEINZ BECK	114.169,91
2830	HELIOMAR KLABUNDE e OUTROS	77.331,06
2831	EGON KANZLER	114.579,46
2832	VALDEMIRO BOLDUAN	57.678,86
2833	EDITH E URSULA VOGEL	51.982,53
2834	HERMES RISTAU	248.181,67
2835	ROLANDO LUDTKE	320.690,76
2837	ARNO VOGEL	161.983,49
2838	VALDEMAR PAULO ZOZ	112.311,69
4176	BRAZ NICOLAU DA CRUZ	22.360,27
	RUA GUILHERME RISTAU	
4663	VALDIR PATERNO	35.222,64
2850	ALT MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA	47.240,16
2851	ADIR LUIZ TURRA	12.979,67
2849	HILÁRIO PATERNO	59.768,92
4051	PASQUALI IND. COM. MONTAGEM MOTO BOMBAS	29.648,01
2853	IDA SLOMP	206.542,95
6063	CIZESKI INCORPORADORA	35.043,59
2855	ROSIMERI LUDTKE LOURENÇO e OUTRO	95.364,65
2856	MORGANA LÜDTKE e LOANA LÜDTKE	158.846,72
2859	VERNER MEYER	116.845,90
4558	CIZESKI INCORPORADORA	30.074,73
2860	ROSALIA TOMAZELLI ZOZ	86.891,86
4155	ELEMAR JOSÉ KAER	23.772,57
4826	MARILEI NOEMIA SCHWINGEL RUCH	38.164,50
2861	JOSÉ WELTER	167.990,78
4055	AMAZILDA WELTER WONCZEWSKI	79.484,68
2811	LIDIA ZOZ e MARIA DE L. ZOZ	22.929,10
2812	VALDEMAR PAULO ZOZ	47.513,36
2813	VILMAR MAIER	44.605,19
2814	COMUNIDADE SCHROEDER I	26.172,64
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valorização do imóvel (R\$) Após obra feita

290	VALDEMIRO JOSÉ ZOZ	42.001,77
4086	GILMAR IRINEU FROEHNER	51.909,75
2358	ELIO ARNILDO FROEHNER	42.264,45
6273	HILMAR RUBENS HERTEL	88.113,40
6274	HILMAR RUBENS HERTEL	63.847,83
6275	MARCELO EMMERICH	47.751,96
6276	PAULO ROGERIO MENDONÇA	35.537,77
6277	HILMAR RUBENS HERTEL	20.241,20
6278	SANDRO GRABOWSKI e OUTRA	20.335,20
6281	VERONI BORBA	114.459,78
6279	HILMAR RUBENS HERTEL	39.222,22
2354	RESIVALE CONBUSTÍVEL CATARINENSE LTDA	40.933,73
2350	MARIO DA ROCHA	117.744,56
2349	ARI E INGO VOGEL	101.869,81
5581	RONALDO WALZ	26.311,25
5579	EROLF KANZLER	63.499,06
4085	VILMAR KANZLER	46.051,27
2347	ROGERIO FOSSILE	131.894,65
2346	ADOLFO SCHEFFER	49.486,23
2345	MARIO FREIBERGER	37.861,28
2344	HERMANN BECK	136.107,44
2343	HEINZ BECK	139.087,07
2328	HELIOMAR KLABUNDE e OUTROS	90.401,65
	RUA ERFRIED KLABUNDE	
2326	VALDEMIRO BOLDUAN	33.244,87
2324	MARIA DA COSTA BRESSANINI	42.196,86
2325	MARIA DA COSTA BRESSANINI	38.055,72
2323	ALMIRO PETRI	98.430,04
4084	HERMES RISTAU	57.372,86
2322	ISOLDI RISTAU	85.657,68
2321	LINDOMAR JOSÉ JACOBI	86.278,93
2320	BAMAK EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	111.122,05
2319	ISMARIO BAUER	34.481,53
2318	LEONOR JACOBI	42.827,34
4083	MARCOS JACOBI e ESPOSA	21.720,16
2317	LOURIVAL JACOBI	65.778,34
4858	MARIA ORZECZOWICZ	44.462,76
4082	LEOMAR JACOBI	27.173,74
6188	LEOMAR JACOBI	15.156,20
6189	LEOMAR JACOBI	25.118,21
2316	ROLAND BEHRENDT	154.912,44
	CRISMAR INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA	521.757,72
2313	IDA SLOMP	188.823,87
	RUA PAULO MAIER	
7932	CLAUDIO MAIER	138.990,77
2306	BERNARDO GESSER	48.443,33
	CIZESKI INCORP. ADM. E EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA	133.839,20
2305	MITRA DIOCESA DE JOINVILLE	74.548,28
	GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	77.636,70
2301	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	53.901,80
4076	JOÃO MAIER	57.569,98
	RUA ANTONIO MAIER	
2299	AMBROSIO MAIER	338.019,63

VII - FATOR DE ABSORÇÃO:

A Municipalidade participará com um fator de absorção, nesta obra, de 60,87% (sessenta vírgula oitenta e sete por cento) do valor de valorização dos imóveis beneficiados.

VIII - PARCELA TRIBUTARIA DEVIDA PELOS CONTRIBUINTES

O valor cobrado a título de Contribuição de Melhoria aos imóveis beneficiados, conforme Artigo 242, inciso IV, da LC 001/95 (Código Tributário Municipal), DEVIDA pelos Lindeiros, correspondente a valorização do imóvel decorrente da obra pública, ficando assim, a distribuição do tributo devido por cada lindeiro, já com o Fator de Absorção do Município:

IMÓVEL	LD	PROPRIETÁRIO	VALOR R\$ DEVIDO PELO LINDEIRO
336		VALDEMIRO JOSÉ ZOZ	3.300,00
4037		GILMAR IRINEU FROEHNER	10.120,00
2871		ELIO ARNILDO FROEHNER	6.820,00
6282		HILMAR RUBENS HERTEL	41.250,00
6280		HILMAR RUBENS HERTEL)	7.150,00
2874		TECNOFUND INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO LTDA	15.400,00
2875		ARI E INGO VOGEL	13.860,00
4041		EDITH E URSULA VOGEL	8.470,00
2824		OTAVIO FREIBERGER	7.425,00
2826		MARIA F. EISCHTAEDT	2.970,00
2827		ANTONIO BESEN	4.400,00
2828		ALBERTO FREIBERGER	2.090,00
2343		HEINZ BECK	16.500,00
2829		HEINZ BECK	16.500,00
2830		HELIOMAR KLABUNDE e OUTROS	7.700,00
2831		EGON KANZLER	7.700,00
2832		VALDEMIRO BOLDUAN	5.720,00
2833		EDITH E URSULA VOGEL	5.720,00
2834		HERMES RISTAU	30.360,00
2835		ROLANDO LUDTKE	47.740,00
2837		ARNO VOGEL	16.500,00
2838		VALDEMAR PAULO ZOZ	13.860,00
4176		BRAZ NICOLAU DA CRUZ	3.300,00
		RUA GUILHERME RISTAU	
4663		VALDIR PATERNO	3.300,00
2850		ALT MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA	3.300,00
2851		ADIR LUIZ TURRA	2.750,00
2849		HILÁRIO PATERNO	1.100,00
4051		PASQUALI IND. COM. MONTAGEM MOTO BOMBAS	4.840,00
2853		IDA SLOMP	27.500,00
6063		CIZESKI INCORPORADORA	5.500,00
2855		ROSIMERI LUDTKE LOURENÇO e OUTRO	9.680,00
2856		MORGANA LÜDTKE e LOANA LÜDTKE	12.320,00
2859		VERNER MEYER	22.770,00
4558		CIZESKI INCORPORADORA	8.063,00
2860		ROSALIA TOMAZELLI ZOZ	8.470,00
4155		ELEMAR JOSÉ KAHER	2.750,00
4826		MARILEI NOEMIA SCHWINGEL RUCH	2.200,00
2861		JOSÉ WELTER	25.520,00
4055		AMAZILDA WELTER WONCZEWSKI	11.000,00
2811		LIDIA ZOZ e MARIA DE L. ZOZ	3.520,00
2812		VALDEMAR PAULO ZOZ	3.465,00
2813		VILMAR MAIER	7.040,00

2814	COMUNIDADE SCHROEDER I	Isento conf. Lei nº 976/95
	TOTAL	459.943,00
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	VALOR R\$ DEVIDO PELO LINDEIRO
290	VALDEMIRO JOSÉ ZOZ	3.300,00
4086	GILMAR IRINEU FROEHNER	10.120,00
2358	ELIO ARNILDO FROEHNER	6.820,00
6273	HILMAR RUBENS HERTEL	18.370,00
6274	HILMAR RUBENS HERTEL	7.150,00
6275	MARCELO EMMERICH	3.300,00
6276	PAULO ROGERIO MENDONÇA	3.300,00
6277	HILMAR RUBENS HERTEL	3.300,00
6278	SANDRO GRABOWSKI e OUTRA	3.300,00
6281	VERONI BORBA	6.380,00
6279	HILMAR RUBENS HERTEL	3.300,00
2354	RESIVALE CONBUSTÍVEL CATARINENSE LTDA	8.349,00
2350	MARIO DA ROCHA	9.427,00
2349	ARI E INGO VOGEL	13.860,00
5581	RONALDO WALZ	2.750,00
5579	EROLF KANZLER	968,00
4085	VILMAR KANZLER	4.900,50
2347	ROGERIO FOSSILE	13.970,00
2346	ADOLFO SCHEFFER	4.400,00
2345	MARIO FREIBERGER	3.190,00
2344	HERMANN BECK	16.500,00
2343	HEINZ BECK	16.500,00
2328	HELIOMAR KLABUNDE e OUTROS	18.370,00
	RUA ERFRIED KLABUNDE	
2326	VALDEMIRO BOLDUAN	5.940,00
2324	MARIA DA COSTA BRESSANINI	2.623,50
2325	MARIA DA COSTA BRESSANINI	3.399,00
2323	ALMIRO PETRI	11.000,00
4084	HERMES RISTAU	8.800,00
2322	ISOLDI RISTAU	10.560,00
2321	LINDOMAR JOSÉ JACOBI	12.980,00
2320	BAMAK EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	8.800,00
2319	ISMARIO BAUER	4.070,00
2318	LEONOR JACOBI	4.290,00
4083	MARCOS JACOBI e ESPOSA	3.300,00
2317	LOURIVAL JACOBI	4.730,00
4858	MARIA ORZECOVICZ	1.870,00
4082	LEOMAR JACOBI	3.096,50
6188	LEOMAR JACOBI	1.650,00
6189	LEOMAR JACOBI	2.310,00
2316	ROLAND BEHRENDT	15.180,00
2313	CRISMAR INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA	28.600,00
2311	IDA SLOMP	31.130,00
	RUA PAULO MAIER	
7932	CLAUDIO MAIER	31.443,50
2306	BERNARDO GESSER	6.160,00
2305	CIZESKI INCORP. ADM. E EMPREEN- DIMENTOS IMOB. LTDA	10.700,80
2302	MITRA DIOCESA DE JOINVILLE	Isento conf. Lei nº 976/95

2301	GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	Isento conf. Lei nº 976/95
2300	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	Isento conf. Lei nº 976/95
4076	JOÃO MAIER	7.040,00
	RUA ANTONIO MAIER	
2299	AMBROSIO MAIER	38.225,00
		439.722,80

VII – DA ARRECADAÇÃO

A arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:

- Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;
- Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

VIII - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo 5 (cinco) anos.

IX - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributária devida por cada proprietário esta exposto no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.schroeder.sc.gov.br.

O PRAZO PARA CONTESTAÇÃO dos itens relatados neste edital é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito.

Schroeder, 18 de janeiro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal,

Timbó

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 2.210 de 18 de Janeiro de 2011

DECRETO Nº 2.210 DE 18 DE JANEIRO DE 2011.

Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007 e 345/2007.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "ERWINO RAMOS", situado no lado par da rua Acre, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 11,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua Pará, nesta Cidade, com a área de 8.596,93m2 (Oito mil, quinhentos e noventa e seis metros e noventa e três decímetros quadrados), processo D-031/2010, tudo conforme documentação apresentada pelo requerente ERWINO RAMOS, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 12.236, datado de 19 de novembro de 2010.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 18.803, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.09.012.0104.001 e está assim constituído:

a) Desmembrar 08 (oito) lotes, numerados de 01 (um) à 08 (oito);

01 - Lote nº 01 (um) - com área de 1.164,68m2 (Hum mil, cento e sessenta e quatro metros e sessenta e oito decímetros quadrados), situado no lado par da rua Acre, distando pelo lado esquerdo do imóvel 11,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua Pará; estremando na frente em 10,14 metros com o lado par da rua Acre; fundos estrema, em linha quebrada, em 11,94 metros e 37,56 metros com o lote nº 08 e em 8,06 metros com o lote nº 03 do Desmembramento "Juvenal João Zanella" de propriedade de Arnildo Formigari, matrícula nº 9.874, livro 2; lado direito estrema em 34,54 metros, sendo em 30,00 metros com o lote nº 02 e em 4,54 metros com o lote nº 08; e, lado esquerdo estrema em 55,26 metros com terras de Erwino Ramos, matrícula nº 18.712, Livro 2 e em 8,31 metros com terras de Elias Spindola, transcrição nº 3.458, fls. 39, livro 3-B. Este lote deverá ser obrigatoriamente anexado ao confrontante Erwino Ramos, matrícula nº 18.712, livro 2;

02 - Lote nº 02 (dois) - com área de 450,00m2 (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da rua Acre, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 21,74 metros da esquina formada com o lado par da Rua Pará; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da rua Acre; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 08; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 03; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 01;

03 - Lote nº 03 (três) - com área de 1.139,55m2 (Hum mil, cento e trinta e nove metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), situado no lado par da rua Acre, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 36,74 metros da esquina formada com o lado par da Rua Pará; estremando na frente em 26,29 metros com o lado par da rua Acre; fundos estrema em 31,20 metros sendo, em 25,20 metros com o lote nº 04 e em 6,00 metros com o lote nº 05, lado direito estrema em 21,54 metros com terras de João Batista Fiamoncini, matrícula nº 14.856, livro 2; e, lado esquerdo estrema

em 30,00 metros com o lote nº 02;

continuação do Decreto n.º 2.210/2011, fls. 02.

04 - Lote nº 04 (quatro) - com área de 891,85m2 (Oitocentos e noventa e um metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), situado no lado ímpar da rua Santa Catarina e em parte na rua Babaçu, distando pelo lado direito do imóvel, 540,15 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau; estremando na frente em 22,36 metros, sendo em 14,34 metros com o lado ímpar da rua Santa Catarina e em 8,02 metros com a rua Babaçu; fundos estrema em 25,20 metros com o lote nº 03; lado direito estrema em 37,50 metros com o lote nº 05; e, lado esquerdo estrema em 37,60 metros com terras de João Batista Fiamoncini, matrícula nº 14.856, livro 2;

05 - Lote nº 05 (cinco) - com área de 1.008,38m2 (Hum mil, oito metros e trinta e oito decímetros quadrados), situado no lado ímpar da rua Santa Catarina, distando pelo lado direito do imóvel, 513,26 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau; estremando na frente em 26,89 metros com o lado ímpar da rua Santa Catarina; fundos estrema em 26,89 metros sendo, em 6,00 metros com o lote nº 03 e em 20,89 metros com o lote nº 08; lado direito estrema em 37,50 metros com o lote nº 06; e, lado esquerdo estrema em 37,50 metros com o lote nº 04;

06 - Lote nº 06 (seis) - com área de 562,50m2 (Quinhentos e sessenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), situado no lado ímpar da rua Santa Catarina, distando pelo lado direito do imóvel, 498,26 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da rua Santa Catarina; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 08; lado direito estrema em 37,50 metros com o lote nº 07; e, lado esquerdo estrema em 37,50 metros com o lote nº 05;

07 - Lote nº 07 (sete) - com área de 562,50m2 (Quinhentos e sessenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), situado no lado ímpar da rua Santa Catarina, distando pelo lado direito do imóvel, 483,26 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da rua Santa Catarina; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 08; lado direito estrema em 37,50 metros com o lote nº 08; e, lado esquerdo estrema em 37,50 metros com o lote nº 06;

08 - Lote nº 08 (oito) - com área de 2.817,47m2 (Dois mil, oitocentos e dezessete metros e quarenta e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da rua Santa Catarina, distando pelo lado direito do imóvel, 468,26 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da rua Santa Catarina; fundos estrema em 21,55 metros com o lote nº 03, 15,00 metros com o lote nº 02 e em 4,54 metros, 11,94 metros, e em 37,56 metros com o lote nº 01; lado direito estrema em 84,77 metros, sendo em 27,82 metros com o lote nº 03 do Desmembramento "G Bertoldi" de propriedade de Giovanni Bertoldi, matrícula nº 18.351, livro 2, em 24,83 metros com o lote nº 03 do Desmembramento "Conrado Darui" de propriedade de Conrado Darui, matrícula nº 8.873, livro 2, em 14,00 metros com a rua Maranhão, e em 18,12 metros com o lote nº 03 do Desmembramento "Juvenal João Zanella" de propriedade de Arnildo Formigari, matrícula nº 9.874, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 37,50 metros com o lote nº 07 e em 50,89 metros, sendo em 15,00 metros com o lote nº 07, em 15,00 metros com o lote nº 06 e em 20,89 metros com o lote nº 05;

Artigo 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 335/2007 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

continuação do Decreto n.º 2.210/2011, fls. 03.

Artigo 4º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 5º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 18 de janeiro de 2011.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

O Decreto n.º 2.210/2011, foi publicado na forma da lei.
Timbó/SC, 18 de janeiro de 2011.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2.211 de 18 de Janeiro de 2011

DECRETO Nº 2.211 DE 18 DE JANEIRO DE 2011.
Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007 e 345/2007.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "DIT-MAR HENKELS", situado no lado par da Rua São Bento, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 70,59 metros da esquina formada com o lado par da Rua Treze Tílias, nesta Cidade, com a área de 7.354,46m2 (Sete mil, trezentos e cinquenta e quatro metros e quarenta e seis décimos quadrados), processo D- 032/2010 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente DIT-MAR HENKELS, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 12.661, datado de 09 de dezembro de 2010.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 19.009, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.07.008.0832.001 e está assim constituído:

a) Desmembrar 02 (duas) áreas, numeradas de 01 (um) e 02 (dois);

01 - Área a desmembrar 01 (um) - com área de 3.677,23m2 (Três mil, seiscentos e setenta e sete metros e vinte e três décimos quadrados), situada no lado par da Rua São Bento, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 70,59 metros da esquina formada com o lado par da Rua Treze Tílias; estremando na frente em 44,51 metros com o lado par da Rua São Bento; fundos estrema em 44,76 metros com a área a desmembrar 02; lado direito estrema em 80,85 metros com terras de Egon Schwartz, matrícula nº 8.042, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 84,11 metros com a área remanescente de Eduardo Voigdlener e Raquel Voigdlener, matrícula nº 14.960, livro 2;

02 - Área a desmembrar 02 (dois) - com área de 3.677,23m2 (Três mil, seiscentos e setenta e sete metros e vinte e três décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Chapecó, distando pelo lado direito do imóvel, 69,28 metros da esquina formada com o lado par da Rua Treze Tílias; estremando na frente em 45,18 metros com o lado ímpar da Rua Chapecó; fundos estrema em 44,76

metros com a área a desmembrar 01; lado direito estrema em 80,64 metros com a área remanescente de Eduardo Voigdlener e Raquel Voigdlener, matrícula nº 14.960, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 83,02 metros com terras de Egon Schwartz, matrícula nº 8.042, livro 2;

continuação do Decreto n.º 2.211/2011, fls. 02.

Artigo 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 335/2007 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Artigo 4º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 5º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 18 de janeiro de 2011.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

O Decreto n.º 2.211/2011, foi publicado na forma da lei.
Timbó/SC, 18 de janeiro de 2011.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2.212 de 18 de Janeiro de 2011

DECRETO Nº 2.212 DE 18 DE JANEIRO DE 2011.
Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007 e 345/2007.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "IMOBILIARIA E EMPREENDIMENTOS BOM JARDIM LTDA.", situado no lado par da Rua Diaconisa Helena Suess, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 75,68 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Bolívia, nesta Cidade, com a área de 2.117,88m2 (Dois mil, cento e dezessete metros e oitenta e oito décimos quadrados), processo D- 033/2010 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente IMOBILIARIA E EMPREENDIMENTOS BOM JARDIM LTDA., acompanhando o requerimento protocolado sob nº 12.701, datado de 13 de dezembro de 2010.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 9.368, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.06.002.0513.001 e está assim constituído:

a) Desmembrar 03 (três) lotes, numerados de 01 (um) à 03 (três);

01 - Lote nº 01 (um) - com área de 683,68m2 (Seiscentos e oitenta e três metros e sessenta e oito décimos quadrados), situado no lado par da Rua Diaconisa Helena Suess, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 75,68 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Bolívia; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Diaconisa Helena Suess; fundos estrema em

15,00 metros sendo, em 1,60 metros com terras de Lirian Bloedorn, matrícula nº 5.244, livro 2, e em 13,40 metros com terras de Wilfried Bloedorn, matrícula nº 12.373, livro 2; lado direito estrema em 45,07 metros com o lote nº 02; e, lado esquerdo estrema em 46,20 metros com terras de Alfonso Marquardt, matrícula nº 14.235, livro 2;

02 - Lote nº 02 (dois) - com área de 666,70m2 (Seiscentos e sessenta e seis metros e setenta decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Diaconisa Helena Suess, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 90,68 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Bolívia; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Diaconisa Helena Suess; fundos estrema em 15,00 metros sendo, em 1,60 metros com terras de Wilfried Bloedorn, matrícula nº 12.373, livro 2, e em 13,40 metros com terras de Ivo Rux, matrícula nº 6.168, livro 2; lado direito estrema em 43,94 metros com o lote nº 03; e, lado esquerdo estrema em 45,07 metros com o lote nº 01; continuação do Decreto n.º 2.212/2011, fls. 02.

03 - Lote nº 03 (três) - com área de 767,50m2 (Setecentos e sessenta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Diaconisa Helena Suess, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 105,68 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Bolívia; estremando na frente em 17,70 metros com o lado par da Rua Diaconisa Helena Suess; fundos estrema em 17,70 metros sendo, em 1,60 metros com terras de Ivo Rux, matrícula nº 6.168, livro 2, em 15,00 metros com o lote nº 02, do Desmembramento denominado "Osvaldo Giovanni Valcanaia", de propriedade de Marcela Girelli, matrícula nº 14.832, livro 2, e em 1,10 metros com o lote n.º 01, do Desmembramento denominado "Osvaldo Giovanni Valcanaia", de propriedade de Catia Raquel Pieritz, matrícula nº 13.972, livro 2; lado direito estrema em 42,60 metros com terras de Leonida Piske Kannenberg, transcrição nº 2.644, folhas 191, livro 3-A; e, lado esquerdo estrema em 43,94 metros com o lote nº 02;

Artigo 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 335/2007 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Artigo 4º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 5º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 18 de janeiro de 2011.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

O Decreto n.º 2.212/2011, foi publicado na forma da lei.
Timbó/SC, 18 de janeiro de 2011.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2.213 de 18 de Janeiro de 2011

DECRETO Nº 2.213 DE 18 DE JANEIRO DE 2011.
Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da

Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007 e 345/2007.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "PARLEY LUIZ FIAMONCINI", situado no lado ímpar da Rua Erwin Reguse, distante pelo lado direito do imóvel, 45,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Cecília Reguse, nesta Cidade, com a área de 1.530,00m2 (Hum mil, quinhentos e trinta metros quadrados), processo D-028/2010 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente PARLEY LUIZ FIAMONCINI, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 11.577, datado de 14 de outubro de 2010.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 15.834, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.09.003.0611.001 e está assim constituído:

a) Desmembrar 02 (duas) áreas, numeradas de 01 (um) à 02 (dois);

01 - Área nº 01 (um) - com área de 765,00m2 (Setecentos e sessenta e cinco metros quadrados), situada no lado ímpar da Rua Erwin Reguse, distante pelo lado direito do imóvel, 45,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Cecília Reguse; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Erwin Reguse; fundos estrema em 15,00 metros com o lote n.º 14, do Loteamento denominado "Eckerhard Gellert", de propriedade de Eckerhard Gellert, matrícula nº 15.038, livro 2; lado direito estrema em 51,00 metros com o lote n.º 07, do Loteamento denominado "Residencial Verona I", de propriedade de Parley Luiz Fiamoncini, matrícula nº 14.373, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 51,00 metros com a área nº 02 a desmembrar;

02 - Área nº 02 (dois) - com área de 765,00m2 (Setecentos e sessenta e cinco metros quadrados), situada no lado no lado ímpar da Rua Erwin Reguse, distante pelo lado direito do imóvel, 60,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Cecília Reguse; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Erwin Reguse; fundos estrema em 15,00 metros com o lote n.º 14, do Loteamento denominado "Eckerhard Gellert", de propriedade de Eckerhard Gellert, matrícula nº 15.038, livro 2; lado direito estrema em 51,00 metros com a área nº 01 a desmembrar; e, lado esquerdo estrema em 51,00 metros com o lote nº 10, do Loteamento denominado "Residencial Verona I", de propriedade de Zenilde Mastelotto Pereira, matrícula nº 15.528, livro 2; continuação do Decreto n.º 2.213/2011, fls. 02.

Artigo 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 335/2007 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Artigo 4º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 5º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 18 de janeiro de 2011.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

O Decreto n.º 2.213/2011, foi publicado na forma da lei. Timbó/SC, 18 de janeiro de 2011.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Aviso de Convocação Assinatura Contratual TP 116 AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA CONTRATUAL

O Município de Timbó, conforme disposto no item 09 do edital 116/2010, convoca a empresa Instaladora Elétrica Guaramirim Ltda para assinatura do contrato e apresentação da garantia de execução dos serviços, referente obra de Melhorias na Rede de Iluminação Pública no prazo improrrogável de dez dias a contar desta publicação. Registra-se que a inobservância do prazo em questão poderá acarretar a punição da empresa nos termos estabelecidos no edital

Timbó, 20 de janeiro de 2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Aviso de Convocação para Assinatura Contratual TP124-2010 AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA CONTRATUAL

O Município de Timbó, conforme disposto no item 10 do edital 124/2010, convoca a empresa Construtora Eros Ltda para assinatura do contrato e apresentação da garantia de execução da obra, referente obra de Ampliação da Escola Nestor Margarida no prazo improrrogável de dez dias a contar desta publicação. Registra-se que a inobservância do prazo em questão poderá acarretar a punição da empresa nos termos estabelecidos no edital

Timbó, 20 de janeiro de 2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato Contrato 06_2011 GEDOC CONTABIL MUNICÍPIO DE TIMBÓ SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/ 06
LOCATÁRIO: Prefeitura Municipal de timbó
LOCADOR: Márcia M. da Silva Cia Ltda
OBJETO: Execução Locação do Sistema de Informática GEDOC CONTÁBIL cuja finalidade versa acerca da digitalização, arquivamento e gerenciamento de documentos fiscais.
VALOR TOTAL: R\$ 3.000,00 (Três mil reais).
PRAZO: 12 (DOZE) MESES.

Timbó, 21 de janeiro de 2011.
MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretaria de Fazenda e Administração

Extrato Contrato 10_2011 Superação Treinamentos MUNICÍPIO DE TIMBÓ SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/ 10
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social
CONTRATADO: Superação Treinamentos Ltda

OBJETO: Execução de treinamentos em ramos estéticos para alunos encaminhados pela Assistência Social
VALOR TOTAL: R\$ 6.600,00 (Seis mil e seiscentos reais).
PRAZO: 11 (ONZE) MESES.

Timbó, 21 de janeiro de 2011.
CINTIA APARECIDA MARCHI
Secretaria de Saúde

Extrato Contrato 18_2011 LINDEMAR KURTH MUNICÍPIO DE TIMBÓ SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/ 18
AUTORIZANTE: Município de Timbó.
AUTORIZADO: Lindemar Kurth
OBJETO: Contrato de autorização de uso
PRAZO: 120 (Cento e vinte) DIAS.

Timbó, 20 de janeiro de 2011.
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital Processo Licitatório Nº 10/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 10/2011
Edital de Convite para Compras e Serviços nº 01/2011

O Município de Tunápolis torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Convite para Compras e serviços, que tem por objeto a contratação de serviço de locação de espaço em jornal para publicação de Campanhas Publicitárias e Educativas, em jornal de circulação regional, edição semanal.

Entrega das propostas até as 09 horas do dia 01/02/2011.
Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (049) 3632-1122 e celular (49) 91365329.

Tunápolis - SC, 21 de janeiro de 2011.
VOLMIR PEDRO LAWISCH
Prefeito em Exercício.

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregao Presencial PMT 13/2011

Aviso de Licitação
Processo de Licitação nº 13/2011 - Pregão Presencial Nº. 13/2011

Objeto: Contratação de Empresa Especializada Para Fazer o Transporte Escolar do Município de Turvo SC, Conforme Memorial

Descritivo Anexo ao Edital, para o ano letivo de 2011.
Entrega dos envelopes: até às 13h45min do dia 02/02/2011
Abertura da Sessão: á partir das 14h00min do dia 02/02/2011
Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186 ou pelo e-mail: compraspmturvo@netvale.net

Turvo - SC, 20 de janeiro de 2011.
NESTOR RECO
Pregoeiro

Editais Repasse Conv TC/PAC 710/09 FUNASA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

- Termo de Compromisso nº TC/PAC 710/09
Objeto: Execução de Sistema de Esgotamento Sanitário
Origem dos Recursos: FUNASA/Ministério da Saúde
Valor da 1ª Parcela: 796.018,07
Data do repasse da parcela: 18/01/2011

Turvo/SC, 20 de janeiro de 2011.

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 0034/11

PORTARIA nº 0034/11

Altera Temporariamente a Carga Horária de Servidor que Especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 225 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos, e a vista do resultado do Edital 010/10 - EDU;

RESOLVE

Aumentar temporariamente, de 20h (vinte horas) para 30h (trinta horas) semanais a carga horária da servidora efetiva ANA DELMAR RIBEIRO, Professora, MG04, de 1º de fevereiro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011.

Videira, 18 de janeiro de 2011.
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA
Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de janeiro de 2.011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0035/11

PORTARIA nº 0035/11

Altera Temporariamente a Carga Horária de Servidor que Especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 225 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos, e a vista do resultado do Edital 010/10 - EDU;

RESOLVE

Aumentar temporariamente, de 10h (dez horas) para 30h (trinta horas) semanais a carga horária da servidora efetiva DÉBORA MARIA GOULART BUDÓ LORENZZONI, Professora, MG05, de 1º de fevereiro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011.

Videira, 18 de janeiro de 2011.
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA
Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de janeiro de 2.011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0036/11

PORTARIA nº 0036/11

Altera Temporariamente a Carga Horária de Servidor que Especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 225 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos, e a vista do resultado do Edital 010/10 - EDU;

RESOLVE

Aumentar temporariamente, de 20h (vinte horas) para 30h (trinta horas) semanais a carga horária da servidora efetiva JANETE FÁTIMA DE SOUZA GEMELLI, Professora, MG04, de 1º de fevereiro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011.

Videira, 18 de janeiro de 2011.
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA
Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de janeiro de 2.011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0037/11

PORTARIA nº 0037/11

Altera Temporariamente a Carga Horária de Servidor que Especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 225 e seguintes do Estatuto dos

Servidores Públicos, e a vista do resultado do Edital 010/10 - EDU;

RESOLVE

Aumentar temporariamente, de 20h (vinte horas) para 30h (trinta horas) semanais a carga horária da servidora efetiva ROSALBA DE ALMEIDA, Professora, MG04, de 1º de fevereiro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011.

Videira, 18 de janeiro de 2011.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de janeiro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0038/11

PORTARIA nº 0038/11

Concede Licença Gestação

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora TAMARA DAIANE TOMASI NUNES DOS SANTOS, Professora de Educação Infantil, E-PE-MAG-I, a partir do dia 17 de dezembro de 2010 até 15 de abril de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 17 de dezembro de 2010.

Videira, 19 de janeiro de 2011.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de janeiro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0039/11

PORTARIA nº 0039/11

Designa Izabel Aparecida Balbinott para exercer Função Gratificada que especifica.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar IZABEL APARECIDA BALBINOTT, Agente Técnico Administrativo, E-PE-SAU-I, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe do Setor de Patrimônio, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2011.

Videira, 19 de janeiro de 2011.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de janeiro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0040/11

PORTARIA nº 0040/11

Concede Licença Gestação

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 5º, da Lei Municipal nº 1.942/07 e no art. 392, da CLT,

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora ALESANDRA PERAZZOLI DE SOUZA, Enfermeira - ESF, a partir do dia 14 de janeiro de 2011 até 13 de maio de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 14 de janeiro de 2011.

Videira, 20 de janeiro de 2011.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de janeiro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Extrato de Contrato de RATEIO Nº 01/11

Extrato de Contrato de Rateio Nº 01/11

CONTRATANTE: Município de Videira

CNPJ: 83.039.842/0001-84

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Videira e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 15/2008.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 672,00 (seiscentos e dois reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2011.

Videira, 03 de janeiro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Anexo V Controle Gastos Educação - 12 2010

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS DEZEMBRO/2010

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	2.786.856,89
1.2 - ITBI	1.047.953,35
1.3 - ISS	4.887.468,06
1.5 - IRRF	1.155.260,85
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	355.059,11
1.7 - Multas e Juros de Impostos	413.674,10
1.8 SOMA	10.646.272,36
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	13.662.476,22
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	200.490,00
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	31.020.327,07
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	666.171,88
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%	16.479,29
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%	4.284.773,46
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%	0,00
1.17 SOMA	49.850.717,92
1.18 TOTAL	60.496.990,28

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	15.124.247,57
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	11.877.059,16
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	111.795,81
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	12.938,56
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	1.032.375,52
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	89.601,97
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	774.459,45
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	807.536,23
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	-17.619,17

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	15.124.247,57	17.743.807,09	2.619.559,52
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		8.238.427,77	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		9.505.379,32	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	12.001.793,53	11.809.174,16	-192.619,37
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	7.201.076,12	9.158.240,55	1.957.164,43
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	4.800.717,41	2.650.933,61	-2.149.783,80
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	1.896.436,94	587.701,82	-1.308.735,12
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	789.917,06	368.092,01	-421.825,05

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	25,80%	0,80%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1)	60,00%	77,11%	17,11%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	22,32%	-18,08%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	11.877.059,16	9.855.759,82	2.021.299,34

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 19 de janeiro de 2011.

Maria Angélica Vanz Balestieri
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberto Maraschin Primo
Secretário Municipal de Educação

Jorge Antonio Lopes Oliveira
Vice-Prefeito na Chefia do
Executivo Municipal

INPREVID**FASM - Concorrência 001-2011**

Estado de Santa Catarina

Município de Videira

Fundo de Assistência Médica dos Servidores Públicos Municipais de Videira - FASM

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N. 01/2011

O Fundo de Assistência Médica dos Servidores Públicos Municipais de Videira - FASM comunica aos interessados que se encontra aberta CONCORRÊNCIA para Contratação de Operadora de Plano de Saúde, devidamente registrada na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, para prestação de Plano Privado de Assistência à Saúde na modalidade PÓS PAGAMENTO registrado na ANS, de abrangência em todo território nacional, em regime ambulatorial e hospitalar, incluindo cobertura obstétrica em acomodação enfermagem, a serem realizados em rede própria ou contratada. A cobertura será dada para o tratamento das doenças definidas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde (CID-10), limitada pelos procedimentos definidos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, vigente à época do evento. Os procedimentos serão prestados por profissionais ou serviços de saúde integrantes da rede própria ou credenciada pela contratada, observadas as determinações estabelecidas na Lei Federal nº 9.656/98, aplicando-se subsidiariamente a Lei Complementar Municipal nº 034/2004, com suas posteriores alterações. Informações na Rua Fiorindo Pires, n. 15 sl.02 - Bairro Alvorada, Videira-SC, fone (49) 35661575. As propostas e documentos serão recebidos até as 14:00 horas do dia 24 de fevereiro de 2011. O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou na sede do FASM, no horário das 08:00 as 11:45 e das 13:30 as 17:30 horas.

Videira, 20 de janeiro de 2011.

JORGE ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA

Vice Prefeito Municipal

VILSO VANZ

Presidente do FASM

Associações**FECAM****Editais de Convocação Nº 005/2011**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2011

Conselho Deliberativo e

Executivos de Associações de Municípios de Santa Catarina

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, Senhor SAULO SPEROTTO, Prefeito de Caçador, no uso de suas atribuições e visando atender ao disposto no arts. 28, 29 e 31, do Estatuto Social,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos membros do Conselho Deliberativo da FECAM e executivos de Associações de Municípios de Santa Catarina, para reunião com a seguinte ordem do dia:

Data: 25 de janeiro de 2011

Horário: 15h30

Local: Centro Empresarial TERRAFIRME

Rua Domingos André Zanini, nº 277 - 14º andar - Ático - São José/SC (Fundos do Shopping Itaguaçu, em frente à churrascaria Pegorini)

Ordem do Dia:

- Participação na assembleia geral da EGEM como representação dos associados
- Análise e deliberação sobre a proposta de alteração estatutária da FECAM
- Assuntos de interesse dos senhores conselheiros.

Florianópolis, 20 de Janeiro de 2011.

SAULO SPEROTTO

Prefeito de Caçador

Presidente da FECAM

Consórcios**CIGA****Extrato Contrato 20/2011 - Rateio - Antônio Carlos**

Extrato de Contrato nº 20/2011

Contrato de Rateio - Antônio Carlos

CONTRATANTE: Município de Antônio Carlos

CNPJ: 82.892.290/0001-90

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Antônio Carlos e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 24/2009.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 224,00 (duzentos e vinte e quatro reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2011 e vigorará até 31 de dezembro de 2011.

Florianópolis, 19 de janeiro de 2011.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 21/2011 - Rateio - Garopaba

Extrato de Contrato nº 21/2011

Contrato de Rateio - Garopaba

CONTRATANTE: Município de Garopaba

CNPJ: 82.836.057/0001-90

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 061/2010

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Garopaba e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 004/2010.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05,

a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 392,00 (trezentos e noventa e dois reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2011 e vigorará até 31 de dezembro de 2011.

Florianópolis, 20 de janeiro de 2011.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 22/2011 - Rateio - Coronel Martins

Extrato de Contrato nº 22/2011

Contrato de Rateio - Coronel Martins

CONTRATANTE: Município de Coronel Martins

CNPJ: 95.993.093/0001-09

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 008/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Coronel Martins e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 03/2009.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 224,00 (duzentos e vinte e quatro reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2011 e vigorará até 31 de dezembro de 2011.

Florianópolis, 20 de janeiro de 2011.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

CINCO

Resolução Nº 0006/2011

Resolução n. 006/2011

Divulga o resultado da prova prática e o classificação final do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0002, de 04 de janeiro de 2011.

O Presidente do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Nelmar Pinz, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica divulgado o resultado da prova prática e a resultado da classificação final do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0002, de 04 de janeiro de 2011, conforme Anexo I.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito de Fraiburgo

Resolução n. 006/2011

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0002, DE 04 DE JANEIRO DE 2011.

RESULTADO PROVA PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO FINAL

CÓDIGO/FUNÇÃO		1./ OPERADOR DE MÁQUINA - Escavadeira Hidráulica		
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Prova Prática	Pontuação Total
01.	0001	Diogo da Cruz Rauber	45	48
02.	0003	Fernando Cordeiro Leite	41	47

CÓDIGO/FUNÇÃO		2./ OPERADOR DE MÁQUINA - Retroescavadeira		
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Prova Prática	Pontuação Total
01.	0002	Juliano Jian Pires	38	02

Critérios de desempate por ordem de eliminação:

1º) obter maior número de pontos a título de cursos de aperfeiçoamento na área específica de atuação.

2º) obter maior número de pontos a título de tempo de serviço na área específica de atuação.

3º) portador de deficiência física, com capacidade e condições para o exercício da função.

4º) maior idade.

Fraiburgo, 21 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito de Fraiburgo

Extrato de Aditivo de Contrato Por Prazo Determinado n. 0001/2011

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N. 0001/2010

CONTRATANTE: Consórcio Integrado do Contestado - CINCO

CONTRATADO: Diogo da Cruz Rauber

OBJETO: Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, para função pública de Operador de Máquina, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA: Prorrogação de vigência do contrato em epígrafe até 31 de janeiro de 2011, podendo ser prorrogado até o limite previsto no artigo 46, do Protocolo de Intenções.

PREVISÃO LEGAL: Inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 46, do Protocolo de Intenções; artigo 46, do Contrato de Consórcio Público e artigos 50 a 52, do Estatuto do Consórcio Público.